

AMP 2020
CRESCIMENTO
INCLUSIVO

AMP 2020

CRESCIMENTO INCLUSIVO

TÍTULO

AMP 2020
Crescimento Inclusivo

COORDENAÇÃO GLOBAL

Teresa Sá Marques
José Paulo Queirós

EQUIPA

Clara Correia
Paula Guerra

COLABORADORES

Diogo Ribeiro
Pedro Barbosa
Cláudia Lousada
Catarina Maia

DESIGN GRÁFICO

Nuno Pacheco Silva

DATA DA EDIÇÃO

05.2017

ISBN

978-989-658-

DEPÓSITO LEGAL

/16

EDIÇÃO

ca
lei
d o s c
ó p i o

Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA

Rua de Strasburgo, 26 – R/c Dto.
2605-501 Casal de Cambra · Portugal
Tel.: (+351) 21 981 79 60 · Fax: (+351) 21 981 79 55
caleidoscopio@caleidoscopio.pt
www.caleidoscopio.pt



SUMÁRIO

9	Siglas e acrónimos
11	Abertura
19	1. <i>Crescimento Inclusivo</i> : conceitos e abordagens
25	2. Família, laços, redes de apoio e sociabilidade de proximidade
43	3. Educação
53	4. Emprego e desemprego
69	5. Condições de vida
79	6. Proteção social, respostas sociais, terceiro setor e saúde
91	7. Vulnerabilidade económica e social: privação material severa e pobreza
97	8. Governação e crescimento inclusivo
115	9. Pistas conclusivas
121	Referências bibliográficas

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ADDICT	Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas
AEP	Associação de Empresarial de Portugal
AIDUS	Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AMP	Área Metropolitana do Porto
ANJE	Associação Nacional de Jovens Empresários
APDL	A Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo
CCDR-N	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte
CNIS	Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
CRE-Porto	Centro Regional de Excelência – Educação para o Desenvolvimento Sustentável
FEAMP	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INEGI	Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial
INESC – Porto	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto
IPATIMUP	Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
ONG	Organizações Não Governamentais
PME	Pequenas e Médias Empresas
RSI	Rendimento Social de Inserção
STCP	Serviços de Transportes Coletivos do Porto
TECMAIA	Parque de Ciência e Tecnologia da Maia
TPNP	Turismo do Porto e Norte de Portugal
UP	Universidade do Porto

O processo de preparação da participação da Área Metropolitana do Porto no atual período de programação dos fundos europeus estruturais de investimento foi precedido por um exercício de planeamento estratégico, assente num diagnóstico aprofundado sobre o espaço metropolitano. Este processo conduziu, posteriormente, à elaboração e aprovação da EIDT- Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, documento orientador da ação da AMP, no período 2014-2020.

Este diagnóstico abarca, fundamentalmente, as três áreas estratégicas do documento Europa 2020: o Crescimento Inteligente, o Crescimento Sustentável e o Crescimento Inclusivo. Estas diferentes perspetivas de desenvolvimento mereceram uma análise circunstanciada que vai muito além do propósito instrumental de justificação e fundamentação das decisões de investimento apoiado pelos fundos estruturais.

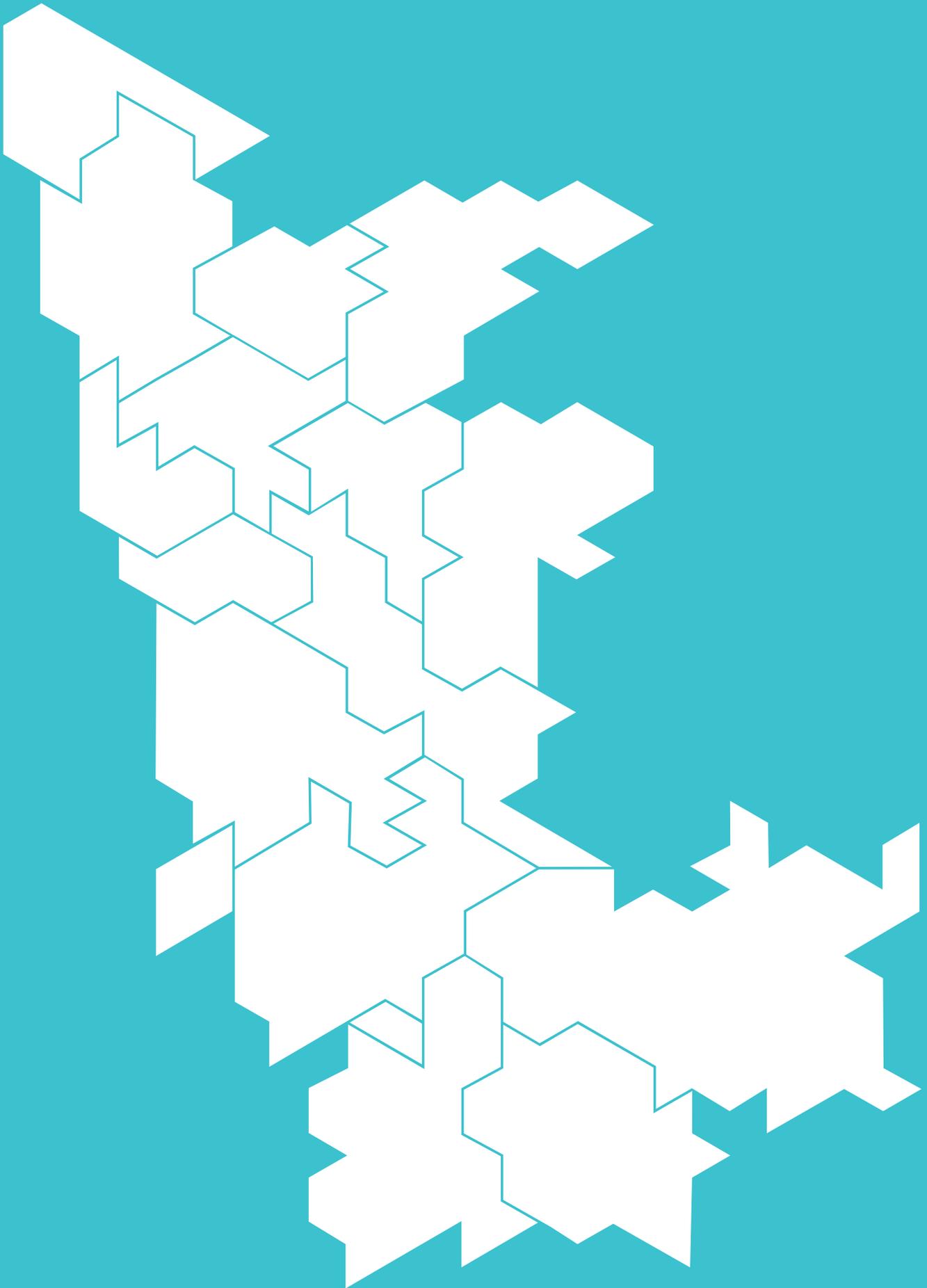
No momento em que se celebram os 25 anos da criação da Área Metropolitana do Porto, enquanto instituição agregadora da vontade e da ação coletiva dos Municípios, considerou-se importante fazer três publicações que caracterizam de forma circunstanciada a realidade económica, ambiental e social da AMP.

Visam, assim, estas publicações contribuir para a afirmação da Área Metropolitana do Porto, enquanto espaço estruturante da Região do Norte e do País estimulando, em paralelo, o sentido de pertença de cada um de nós, enquanto cidadãos e instituições, a uma comunidade metropolitana alargada que ultrapassa os limites concelhios, projetando-se a nível nacional e internacional.

Por último, e numa lógica de prestação de contas, este balanço territorial que agora se publica e que serviu de base à estratégia da AMP para o Portugal 2020, deverá servir também de referencial para avaliação das políticas públicas e dos seus impactos, a realizar no pós 2020.

Emídio Sousa

Presidente do Conselho Metropolitano do Porto



O

ABERTURA

O crescimento inclusivo constitui uma das dimensões da Estratégia Europeia 2020, a par das dimensões do *crescimento inteligente* e do *crescimento sustentável*. A abordagem às temáticas do *crescimento inclusivo* na Área Metropolitana do Porto (AMP), que constitui objeto deste livro, enquadra-se no diagnóstico, realizado em 2013, que suportou a elaboração do Plano Estratégico AMP 2020.

Num contexto de significativa transformação económica, decorrente da crise verificada, a Estratégia Europeia 2020 procura redefinir o caminho e os processos que conduzam não só à retoma económica como ao progresso e coesão sociais. Com esta pretensão, a estratégia *Europa 2020* (Comissão Europeia, 2010) estabeleceu as seguintes três prioridades:

- *Crescimento inteligente*: desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação.
- *Crescimento sustentável*: promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva
- *Crescimento inclusivo*: fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial.

Feita esta necessária contextualização, é importante referir que a concretização da prioridade do *crescimento inclusivo* assentou num conjunto de objetivos e dimensões centrados, fundamentalmente, nos domínios da quantidade e qualidade do emprego, da I&D, da especialização inteligente dos territórios, da qualificação, da educação e da escolaridade, do ambiente, do clima e da energia, da mobilidade e do combate à pobreza e exclusão social. Como reconhece e defende a Comissão Europeia (2010), estes objetivos, dimensões e temáticas “estão interligados e são

determinantes para o nosso êxito global. Para assegurar que cada Estado-membro adapta a estratégia *Europa 2020*¹ à sua situação específica, a Comissão propõe que os objetivos da UE sejam traduzidos em objetivos e trajetórias nacionais” (Comissão Europeia, 2010: 5). É neste contexto que este livro se enquadra, procurando dar corpo às questões que no contexto da Área Metropolitana do Porto se colocam em matéria de *crescimento inclusivo*.

O *crescimento inclusivo*, na aceção atribuída pelo *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*, assume-se como um padrão de crescimento sustentável que gera novas oportunidades produtivas (SEC 2003-1425). A inclusão social, enquanto processo, realidade, objetivo e conceito está fortemente associada à discussão do *crescimento inclusivo*, assomando frequentemente como “expressão alternativa” na abordagem dos temas enunciados. Importa pois partilhar o nosso entendimento de inclusão social:

A inclusão social é “um processo que garante que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social acedam às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas económica, social e cultural e para beneficiarem de um nível de vida e bem estar considerado normal na sociedade em que vivem” (SEC 2003-1425: 9).

O prosseguimento da estratégia *Europa 2020*, designadamente no que respeita ao *crescimento inclusivo*, passa por “favorecer uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão económica, social e territorial” (Comissão Europeia, 2010: 12). A centralidade do emprego nas metas do *crescimento inclusivo*, bem como o

1. Segundo a Comissão Europeia “a Europa 2020 é a estratégia de crescimento da UE para a próxima década. Num mundo em mutação, pretendemos que a UE se torne uma economia inteligente, sustentável e inclusiva. Estas três prioridades, que se reforçam mutuamente, deverão ajudar a UE e os Estados-Membros a atingir níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social. Concretamente, a UE definiu cinco objetivos ambiciosos em matéria de emprego, inovação, educação, inclusão social e clima/energia que deverão ser alcançados até 2020. Cada Estado-Membro adotou os seus próprios objetivos nacionais em cada uma dessas áreas. A estratégia é apoiada por ações concretas a nível nacional e da EU” (Comissão Europeia, 2010: 4).

foco na premissa da coesão social ao nível territorial, são evidenciados de forma inequívoca no documento de apresentação da *Europa 2020*, pela Comissão Europeia, assegurando-se a sua interligação com outras dimensões sociais e económicas chave neste empreendimento da coesão social:

“Um crescimento inclusivo tem como corolário capacitar as pessoas através de taxas elevadas de emprego, investir nas qualificações, lutar contra a pobreza e modernizar os mercados de trabalho e os sistemas de formação e de proteção social, para ajudar as pessoas a antecipar e a gerir a mudança, e construir uma sociedade coesa. É igualmente essencial garantir que os benefícios do crescimento económico beneficiem todas as regiões da União, incluindo as regiões ultraperiféricas, reforçando desta forma a coesão territorial. É necessário assegurar o acesso e a igualdade de oportunidades para todos ao longo da vida. A Europa tem utilizar plenamente o potencial da sua mão-de-obra para enfrentar os desafios do envelhecimento da população e da intensificação da concorrência global. Será necessário definir políticas que promovam a igualdade de género, a fim de melhorar as taxas de participação no mercado de trabalho, reforçando assim o crescimento e a coesão social” (Comissão Europeia, 2010:21).

Neste contexto, a inclusão social – o conceito, os objetivos, as estratégias e os processos – deve assumir importância para o desenvolvimento dos indivíduos, para a sua participação ativa nos processos de mudança, para o desenvolvimento das organizações e para a competitividade e coesão dos territórios, promovendo o reconhecimento da sua relevância no quadro do sistema de atores.

A inclusão decorre do reconhecimento da exclusão. O conceito de exclusão social representou para o mundo ocidental, no alvor dos anos 1980, uma resposta face ao crescendo de divisões, fraturas e desigualdades sociais (Hayes et al., 2008; Béland, 2007; Bradshaw, 2003; Lamarque, 1995; Paugam, 1996).

Desta feita, o trabalho aqui apresentado, que tem por base o diagnóstico do eixo *Crescimento Inclusivo do Plano Estratégico de Base Territorial da Área Metropolitana do Porto*, foi suportado, fundamentalmente, na análise de informação estatística relacionada com um conjunto de temáticas que corporizam a abordagem ao *crescimento inclusivo* e que potenciam a conceção de intervenções e um melhor entendimento das dimensões e condições de acesso à inclusão social e coesão do território num sentido alargado. Foram também desenvolvidas sessões de trabalho e de auscultação de alguns atores e entidades que operam nos domínios da inclusão social, que tiveram como principal objetivo a recolha de reflexão e informação diversa sobre problemas, desafios, projetos em curso, ideias e propostas com o propósito de consubstanciar sobretudo a estratégia e o plano de ação (fases subsequentes ao diagnóstico). Os resultados deste trabalho de terreno constituíram, assim, fonte de informação complementar do diagnóstico.

Procurou-se, deste modo, apresentar resultados da análise de problemas e desafios que estão, explícita ou implicitamente, no centro das prioridades da *Estratégia Europeia 2020*: a criação, a acessibilidade e a qualidade do emprego; a qualidade e o acesso à educação e à formação ao longo da vida; a proteção social, as condições de vida e o combate à pobreza e à exclusão nas suas diversas formas de manifestação.

Neste enquadramento, e ainda que com grau de aprofundamento diverso em função da informação disponível, foram vários os temas de reflexão e análise, com expressão na organização deste trabalho.

○ primeiro capítulo – **crescimento inclusivo: conceitos e abordagens** – procura desenvolver e enquadrar teoricamente a problemática enformadora deste trabalho numa perspetiva atual e contemporânea.

○ segundo capítulo aborda a **família, laços, redes de apoio e sociabilidades**. Neste âmbito, procura detalhar-se a configuração das estruturas familiares – clássicas e institucionais – na AMP e nos concelhos que a integram, salientando-se não só os diferentes níveis de predomínio nos diversos territórios, como dar conta, igualmente, da evolução daquela configuração. Ainda neste capítulo, procede-se à análise das dinâmicas familiares, privilegiando indicadores como os movimentos pendulares (entendidos como fundamentais para o retrato do esforço/energia inerente à obtenção de recursos e meios de subsistência) e os movimentos migratórios. Estes últimos permitem aprofundar aquele retrato – uma vez que as razões subjacentes a estes fluxos prendem-se, como é comumente conhecido, com a procura de meios de subsistência (trabalho) e de melhoria de condições de vida –, como também possibilitam a observação das reconfigurações que provocam nas estruturas familiares, dando conta, simultaneamente, de parte do desenho demográfico dos territórios a que se reportam.

Neste mesmo capítulo, e cumprindo com as dimensões que compõem o seu título, elege-se outras dinâmicas sociais relevantes no âmbito da coesão social. Sendo esta uma problemática

complexa e multidimensional – à qual a nossa abordagem e análise procuraram fazer jus ao eleger e considerar um conjunto vasto de temas relativos a várias dimensões económicas e sociais –, pensamos ser pertinente considerar indicadores que nos permitam aferir padrões e níveis de sociabilidades, designadamente, os que se reportam à participação cultural e lúdica (subdimensão relevante no âmbito da participação social) das populações. Ainda, no âmbito de uma perspetiva alargada de coesão/inclusão social, considera-se, num último nível de análise, indicadores relativos à convivência em sociedade, procurando-se dar conta, em particular, dos números relativos ao desvio.

Um terceiro capítulo de análise respeita à **educação e escolaridade**. Após uma breve síntese geral, relevando as conquistas mas igualmente os riscos e desafios que (ainda) se colocam neste âmbito, privilegia-se a análise de um conjunto de temáticas que constituem, simultaneamente, as problemáticas mais acentuadas a este nível, as quais se assumem como elementos fundamentais a considerar (combater) numa estratégia de *crescimento inclusivo*, nomeadamente: analfabetismo, pré-escolarização, níveis de escolaridade, níveis de retenção, abandono escolar, abandono escolar precoce e outros indicadores de educação-formação.

○ **emprego e o desemprego** constitui o quarto capítulo deste trabalho. Fator e efeito de crescimento económico e social, esta dimensão é elemento incontornável e fundamental de coesão social, cerne da política europeia – *Europa 2020*. Neste âmbito, o emprego é encarado como problemática central, ao postular-se como significado de *crescimento inclusivo*, nomeadamente, o aumento da “taxa de emprego na Europa,

criando mais e melhores emprego, especialmente acessíveis às mulheres aos jovens e aos trabalhadores mais idosos” e a aposta na “aquisição de competências e na formação”. Assim, são exploradas várias dimensões respeitantes ao emprego, como a configuração do emprego e desemprego em Portugal em geral e regional, privilegiando-se uma análise minuciosa da AMP, por referência às principais tendências encontradas a nível concelhio; o retrato da atividade económica por inerência ao mercado de trabalho; a descrição problematizada das dinâmicas empresariais, estas fundamentais, enquanto condicionante, na análise do mercado de trabalho; e, por último, centra-se a análise na evolução e contornos do desemprego, assumindo-se este como fator desestruturador e desestruturante do crescimento económico e social, indicador indelével de exclusão social, logo desafio primordial numa estratégia de inclusão social.

De seguida, toma-se como eixo de análise **as condições de vida** – quinto capítulo –, relevando-se a descrição e problematização de indicadores de privação económica (rendimentos/despesas) e relativos à precariedade das condições habitacionais. Aqui prioriza-se a análise do posicionamento da AMP, no respeito aos ganhos médios mensais, a nível nacional e por comparação com outros contextos regionais. Relativamente às despesas, destaca-se a análise e interpretação das principais despesas dos agregados familiares (procurando conferir uma hierarquia das despesas consoante o peso das mesmas no coeficiente orçamental das famílias). Quer os rendimentos quer as despesas dos agregados familiares constituem-se como importantes indicadores de bem estar das pessoas e populações; uma vez perante rendimentos baixos ou

insuficientes e (muitas vezes como consequente) o incumprimento das despesas, estamos a considerar situações de significativa vulnerabilidade e risco social conducentes a processos de exclusão e pobreza. Na verdade, e atendendo ao contexto de crise económica que se vivencia, traduzido, em primeira linha pelo aumento crescente e persistente do desemprego, a problematização destas duas dimensões, por si ou em conjunto, permitem-nos perceber objetivamente a intensidade das dificuldades vividas na AMP em geral, por comparação com outros níveis regionais e, em particular, assinalar as tendências encontradas a um nível intra-regional.

As condições habitacionais – ulterior dimensão considerada neste capítulo relativo às condições de vida – assumem-se como um importante indicador de qualidade de vida e bem estar das populações. Por oposição, quando verificadas como insuficientes ou graves, as condições de habitação constituem-se, desta feita, como indicador de exclusão social. Assim, a sua abordagem, relativamente à AMP em geral e aos concelhos que a integram em particular, torna-se fundamental na perspetiva do *crescimento inclusivo*. Estritamente relacionado com o capítulo anterior, uma vez tratando-se, agora de outro ponto de vista, das condições de vida e bem estar das populações, apresenta-se o sexto capítulo: **proteção social, a inovação social e a saúde**. Estamos a considerar neste âmbito várias temáticas, tais como os direitos e apoios sociais, a habitação social, o terceiro setor (respostas e desafios) e os equipamentos de saúde. Trata-se, no fundo, de perceber e compreender o nível de cobertura do Estado Providência português, desta feita sob os pontos de vista nacional e regional, privilegiando-se as prestações e medidas sociais

dirigidas a situações consideradas de risco e de vulnerabilidade social.

Neste sentido, e em primeira instância optando-se por demonstrar a vulnerabilidade em termos de rendimentos (principal meio de vida que não proveniente do trabalho, ou seja, remunerações salariais), evidencia-se os indicadores relativos ao número de residentes beneficiários de reformas/pensões e de subsídio de desemprego e, num segundo nível, ao número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Por seu turno, a vulnerabilidade habitacional é medida também pela designada habitação social, traduzida em conjuntos habitacionais a custos controlados, providenciados pelo Estado (administração central ou municípios) destinados a agregados familiares carenciados. O tratamento desta variável é tanto mais importante quando verificamos que, ao longo do tempo, estes conjuntos habitacionais, embora procurem responder às necessidades habitacionais das populações, têm potenciado, na maioria dos casos, situações de exclusão social e territorial, as quais vão persistindo, constituindo-se como elementos estruturadores de reprodução social, estigmatização e autoexclusão.

Ainda, neste grande capítulo, salienta-se as dimensões relativas às respostas sociais providas pela sociedade civil (logo não estatais), traduzidas nas valências/serviços promovidos pelo designado terceiro setor (fundamental neste âmbito quando estamos perante um Estado Providência que em Portugal, devido a diversos fatores, nunca atingiu um patamar de consolidação efetiva) e número de equipamentos e respostas no âmbito da saúde. Estas dimensões são incontornáveis não só na abordagem das condições de vida das populações como na aferição da

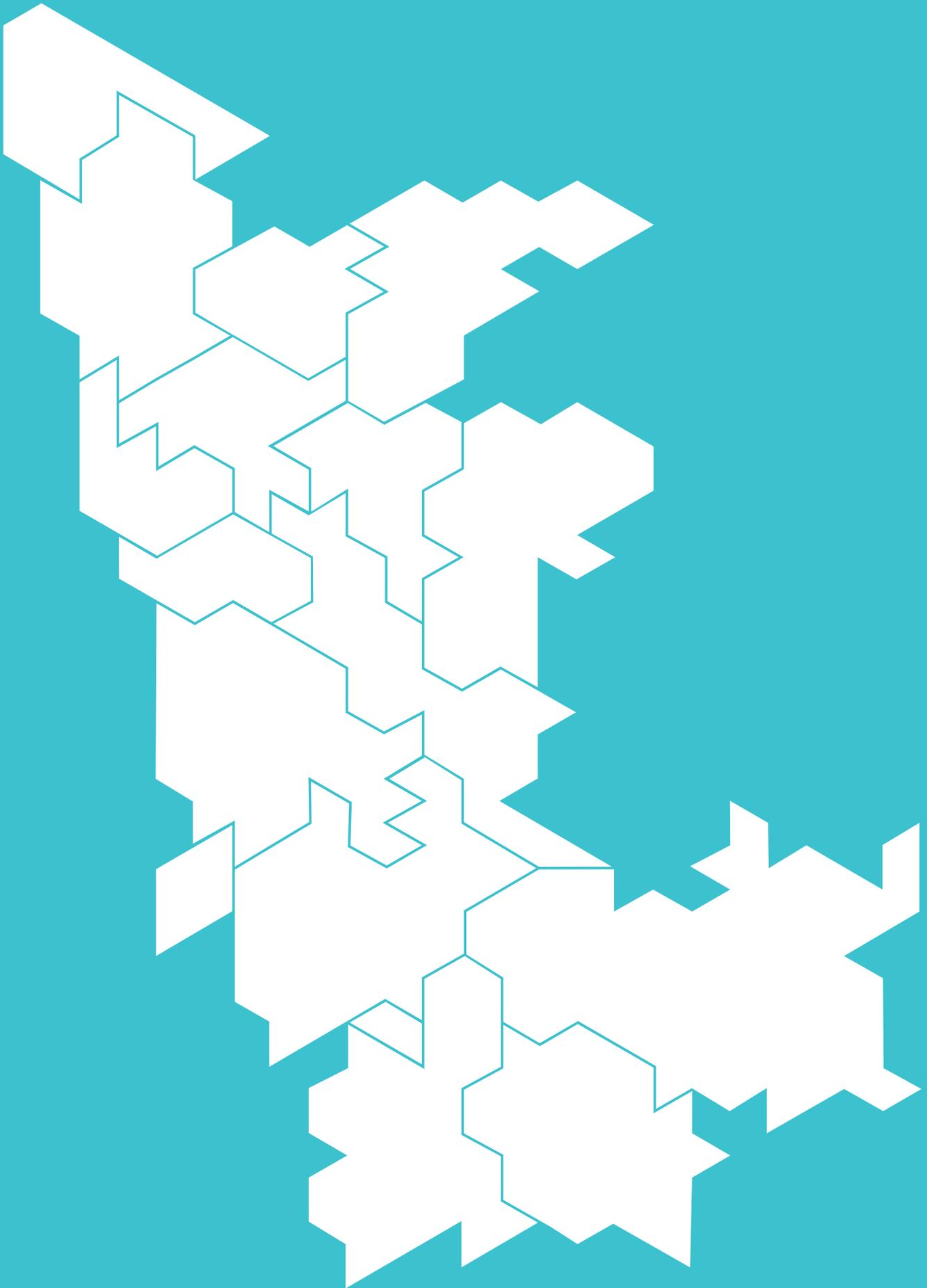
qualidade de vida e bem estar do ponto vista do território. Está-se a considerar, portanto, um nível de análise que permite aferir a coesão sob o ponto de vista territorial, destacando-se a necessária diferenciação regional e local.

O sétimo capítulo aborda a **vulnerabilidade económica e social: privação material severa e pobreza**. Este último capítulo poderá ser entendido como uma espécie de corolário deste percurso ao privilegiar a apreciação do indicador de privação material, indiciador das dimensões material e objetiva da pobreza. Apesar do fenómeno da pobreza (e o da exclusão social) ser multifacetado e multidimensional, implicando ter-se em conta diversas dimensões e diferenciados indicadores, a privação material, encarada aqui como um índice que nos dá conta da situação económica e material das pessoas e famílias, constituir-se-á como um elemento primordial e basilar a considerar na problemática da exclusão/inclusão social.

O oitavo capítulo – governação e inclusão social – congrega dois objetivos cruciais: por um lado, fazer uma avaliação subjetiva de um conjunto de questões-chave para o processo de governança em termos de coesão social da AMP, tendo como contexto a *Estratégia Europa 2020*; por outro, materializar um levantamento das redes de *stakeholders* fundamentais para organizar o processo de governação da AMP no horizonte 2020 considerando o *crescimento inclusivo*. Assim, neste capítulo, discute-se as questões de governança participada por parte dos cidadãos e instituições – face fundamental do planeamento colaborativo, considerando as representações sociais como parte basilar dos processos de planeamento (Cfr. Marques et al., 2014a; Seixas e Marques, 2014). Partimos, aqui, da perspectiva de que uma abordagem mais contemporânea

do planeamento, e implicitamente do desenvolvimento, contempla não só uma leitura física do território, mas também informações sociais e culturais –onde pontuam as representações sociais dos atores face ao território onde habitam e trabalham. Ou seja, a nossa perspetiva combina o entendimento da espacialidade enquanto ‘questões de facto’ e a sua compreensão enquanto ‘questões de valor/interesse/preocupação’ (Latour, 1993, 2005). Isto compreende, igualmente, prestar atenção às questões objetivas e físicas do território, mas também às preocupações sociais tácitas (quantas vezes invisíveis) inerentes a quem vive e representa esse território. Desta feita, a territorialidade deve ser vista nas interações entre os atributos físicos, as necessidades sociais, os padrões culturais, as dinâmicas de poder e as negociações políticas (Davoudi, 2012). O desenvolvimento pressupõe que os territórios sejam também criados através de visões imaginativas e criativas, fruto de processos de aprendizagem e de construção de narrativas (Sandercock, 2003).

Finalmente, no último capítulo, apresenta-se um conjunto sistematizado de conclusões, onde se procura dar conta dos principais contornos, tendências e desafios encontrados na região em análise – AMP, os quais se manifestam nas dimensões económica, geracional, social, educacional, cultural e territorial e configuram desafios crescentes nos planos institucional, cívico e político, sendo por isso fundamentais numa estratégia orientada para o acesso de todos aos benefícios do crescimento e desenvolvimento económico e social.



1

**CRESCIMENTO
INCLUSIVO:
CONCEITOS
E ABORDAGENS**

A abordagem ao crescimento

inclusivo ou à inclusão social não pode fazer-se sem se perspetivar, em primeira linha, os fatores que justificam a sua existência, assentes, grosso modo, no âmago do que se pode considerar as fraturas do progresso económico e social da humanidade em geral, das diferentes populações em particular e dos territórios onde estas vivem. Muito embora a última crise económica e social possa ser encarada, tal como a Comissão Europeia o faz, como uma interrupção àquele progresso económico e social, a verdade é que as desigualdades sociais traduzidas em fortes processos e situações de exclusão social constituem, desde sempre, o maior e mais persistente paradoxo do modelo económico e social contemporâneo. Os auspiciosos fundamentos e finalidades da modernidade, e de tudo o que se lhe seguiu – pluridesignado de pós modernidade, modernidade tardia, última contemporaneidade – não vieram a cumprir-se por força da manutenção de situações (ora mais ora menos agravadas) disruptivas no seio dos tecidos económicos e sociais.

Assim, a concetualização do conceito de exclusão social e o do relativo ao que manifestará a sua concretização/operacionalidade – *crescimento inclusivo* – não pode fazer-se sem se abordar, breve e genericamente, os processos de exclusão social. O conceito de exclusão social assume a particularidade de se constituir como um conceito que é usado não só ao nível científico como também ao nível do discurso sociopolítico. As imbricações entre ambos são evidentes, tanto mais que os dois se implicam e se influenciam. O instrumento de estratégia política que enquadra e justifica este trabalho acaba por se constituir numa prova inequívoca disto mesmo, revelador de que a exclusão social se tornou uma dominante no discurso político relacionada com a privação e a regeneração na Europa ocidental. A exclusão funciona assim como um *catch-all* que envolve pobreza, desemprego, marginalização, guetização, etc (Guerra, 2012). Isto é, uma mistura entre os problemas sociais e económicos que acompanharam a reestruturação industrial das sociedades ocidentais desde o início dos anos 1980 (Seyfang, 2004).

Apesar de podermos encontrar, nomeadamente no seio da Sociologia, por referência à concetualização dos mecanismos de coesão e organização social, preocupações em problematizar as ruturas resultantes dos próprios tecidos sociais, a exclusão social encontra, de forma mais notória a partir da década de oitenta do século passado, domínio concetual próprio e de crescente autonomia, passando a representar “para o mundo ocidental (...) uma resposta face ao crescendo de divisões, fraturas e desigualdades sociais” (Guerra, 2012: 1). Estamos, então, perante um conceito que, pela sua abrangência e multidimensionalidade, se consubstancia, seguindo Bruto da Costa (1998),

na conciliação das tradições teóricas francesa e inglesa. Se a primeira releva os aspetos relacionais e sociais dos fenómenos, enaltecendo as fragmentações da ordem social, a segunda evidencia os aspetos distributivos dos processos excludentes.

Neste sentido, a “exclusão [social] resulta de processos pertencentes à desinserção social (ruptura de laços de solidariedade e risco de marginalização), à desintegração do sistema de atividade económica ou de emprego (perda de competências socioprofissionais, perda de emprego, rendimento insuficiente) e à desinserção das relações sociais e familiares (fragilização das relações interpessoais e dos sentimentos de pertença sociocomunitários)” (Guerra, 2012: 1 – 2).

O conceito de exclusão social apresenta-se assim como multidimensional e multifatorial e por tal, diferente do de pobreza, a qual, embora constitua uma dimensão fundamental da exclusão social, refere-se, sobretudo, à privação material dos indivíduos e das populações. Assim, e seguindo uma vez mais Guerra, que ao fazer esta pertinente distinção, contribui, de forma decisiva, para que se compreenda o conceito de exclusão na sua amplitude dimensional:

“A exclusão social difere do termo hegemónico de pobreza em três sustentáculos distintos. O primeiro move-se de uma análise estática para uma análise dinâmica, apreendendo os processos pelos quais os indivíduos e grupos se tornam excluídos. O segundo compreende a privação como multidimensional, envolvendo habitação, educação, rendimentos, emprego, saúde, fragmentação identitária, etc. O terceiro interpreta a privação e a pobreza como estando imbricadas com as relações sociais, rejeitando uma perspetiva atomística. Em muitas

perspetivas, a exclusão social não se refere primordialmente à privação material, mas ao acesso e ao uso de um conjunto de serviços e participação societal” (Guerra, 2012: 2).

Como resposta aos processos de exclusão social, surge a inclusão social. Entenda-se esta como resposta e não como alternativa à primeira, tendo em conta que o que implica é “muito mais do que quebrar barreiras, pois requer investimentos e *capabilities* para potenciar e desenhar condições (...), num esforço holístico por parte dos atores sociais e sociedades” com vista ao bem estar social (Guerra, 2012: 2).

Assim, à complexidade inerente da exclusão social responde-se com estratégias e iniciativas que combinem “objetivos sociais, comunitários e económicos” (Guerra, 2012: 6). A questão da comunidade ocupa, neste âmbito, um lugar de destaque ao privilegiar-se estratégias de crescimento e desenvolvimento económico e social que passem pela designada Economia Social e pelas redes de sociabilidade de proximidade, com o intuito de “construir capital social (Seyfang, 2004): questão decisiva nesta nova axiomática da inclusão” (Guerra, 2012: 6).

Ainda, não se pode, hoje, dissociar a problemática da inclusão social de duas outras centralidades, que configuram um novo paradigma neste âmbito: o trabalho/emprego, ainda que numa perspetiva integrada com outras dimensões como os rendimentos e a integração comunitária e a educação e a escolarização como condições necessárias de acesso aos benefícios dos processos de inclusão. Esta reconfiguração paradigmática assenta igualmente no postulado do conhecimento (competência), base fundamental para o desenvolvimento e competitividade.

A centralidade do trabalho no novo paradigma da inclusão implica equacionar-se o princípio de que o crescimento económico, assente na potencialização da competitividade, resulte de níveis de educação elevados e de uma mão de obra altamente qualificada. Daqui se depreende a importância da educação no *crescimento inclusivo*, ou seja, no âmbito da inclusão social, uma vez que a aposta na educação não pode dissociar-se da necessária capacitação dos cidadãos no sentido da sua autonomia e participação social efetiva. Por seu turno, destaca-se ainda o necessário entendimento da educação como inclusiva, encarando-se a instituição escolar (também ela) como elemento a capacitar de modo a integrar todos independentemente das suas diferenças e dificuldades.

Aliás, é nas diferenças que se encontra fundamento da e para a inclusão e da potencialização das capacidades de todos como cada um, nas mais diversas esferas, seja na educação, no trabalho, na sociedade ou economia, seja nas dimensões mais particulares como as artes, o desporto, a música, os lazeres, os modos de vida peculiares. São nestas e através destas áreas/dimensões que devem configurar-se os processos de inclusão, no sentido da criação e potencialização dos mais diversos espaços (sociais e físicos) em efetivas oportunidades de capacitação dos indivíduos enquanto membros em plenitude das comunidades/sociedade.

Efetivamente, a valorização da diversidade, da cooperação e da multiplicidade constitui pressuposto fundamental desta nova etapa no entendimento da inclusão social, consubstanciando “um processo através do qual a sociedade, nas suas mais diversas dimensões, se adapta de forma a poder incluir todos os indivíduos que, por sua

vez, se preparam para desempenhar um papel nessa sociedade” (Guerra, 2012:8).

A importância da vivência numa sociedade multicultural (Omdvar e Richmond, 2003) torna-se num elemento incontornável na estruturação dos processos de inclusão social, uma vez que é sinónimo de maior capital humano, o que, por sua vez, assume uma essencialidade irresistível dentro de uma nova economia e numa lógica de multiplicação de capital cultural (Papillon, 2002).

Ainda nesta perspetiva na qual se privilegia a diversidade e a multiculturalidade, salienta-se um outro aspeto igualmente revelador – a reedificação da cultura na charneira da integração social (Bianchini, 2006). De facto, não podemos deixar de perceber a dimensão cultural – na sua materialidade – como um importante gerador de valor acrescentado e motor de desenvolvimento (Sandell, 2003) e como elemento potenciador de sinergias entre os atores (locais/comunitários, por exemplo) e de prosseguimento de projetos comuns. Desta feita, esta partilha comum de projetos, em paralelo com as redes (culturais) que se estabelecem, constituem um fator relevante de coesão social, uma vez que “a exposição dos indivíduos perante o mesmo sistema de valores leva-os a perceber e a concordar com certas prioridades” (Guerra, 2012: 8). Mais, a utilização das práticas culturais, ao contribuírem positivamente para o bem estar psicológico e social (Kinder e Harland, 2004) e ao aumentarem a sensibilidade criativa e empreendedora coletiva, afetam de forma direta e/ou indireta os processos de integração social.

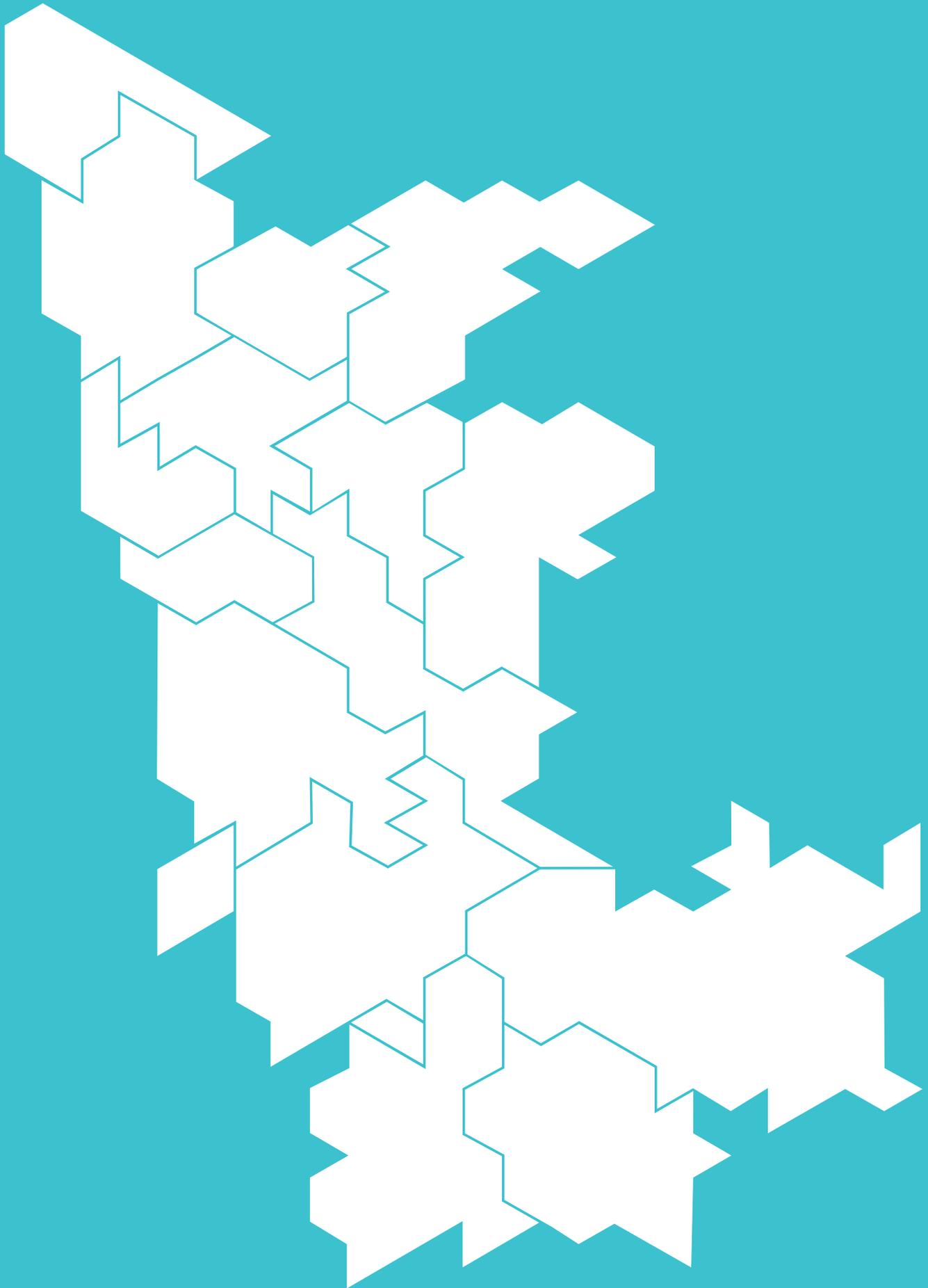
Por fim, a abordagem que apela à mudança paradigmática no que concerne à problemática da inclusão social não pode completar-se sem referência à teoria da qualidade social. Esta teoria,

que emergiu na *European Foundation on Social Quality* em finais dos anos 1990 (Beck et al., 1997, 2001), considera que o mundo social se operacionaliza pela interação e interdependência entre o bem-estar pessoal e a identidade social. São quatro as condições básicas para que esta interação/interdependência se efetive: os atores sociais devem ter possibilidades de interação o que lhes permitirá *empowerment* pessoal (Friedman, 1996); os contextos organizacionais e sociais devem ser marcados pela acessibilidade aos diferentes atores, propiciando a inclusão social; as ações humanas devem estar munidas de recursos materiais e sociais facilitadores da interação, fomentando a segurança socioeconómica; e deve existir um consenso e partilha de valores e normas que possibilitem a coesão social (Beck et al., 2001). “Assim, a qualidade social define-se pela envolvente que permite às pessoas a participação na vida social e económica e o desenvolvimento comunitário num quadro de bem-estar e de potencial individual” (Guerra, 2012: 9). Desta feita, traçar um diagnóstico de populações e de territórios, como aquele que aqui se propôs em relação à AMP, com vista ao desenho de uma estratégia que vise o *crescimento inclusivo*/inclusão social, implica uma abordagem multidimensional, na qual se privilegia a análise e interpretação do retrato económico, sociológico, educativo, cultural e territorial, através do estudo de áreas como as apresentadas anteriormente.

Na verdade, e no que vier a constituir-se neste âmbito em termos de políticas públicas, é necessário ter-se em conta que o que está em causa é mobilização dos indivíduos no sentido de “facultar a sua inserção no mercado de trabalho, nos serviços e cuidados de saúde, nos sistemas de educação e formação, no mercado de habitação,

nos sistemas de proteção e segurança, em famílias, em comunidades arreigadas... A aplicação destes princípios leva à necessária combinação de políticas universais com políticas de diferenciação numa complementaridade e interface colaborativo” (Capucha, 2010: 31).

Acreditando que a promoção e, sobretudo, a efetivação da inclusão social equivale a incrementar a qualidade de vida, será postular-se que esta se traduzirá em diversos e múltiplos processos que, por um lado, permitam a participação ativa das pessoas na vida económica e social e, por outro lado, potenciem o desenvolvimento comunitário num quadro efetivo de bem-estar coletivo e individual (Guerra, 2012).



2

FAMÍLIA, LAÇOS, REDES DE APOIO E SOCIABILIDADE DE PROXIMIDADE

A análise da família assume particular importância devido ao papel que esta assume quer no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos quer na sua integração/inclusão na sociedade. Conscientes de que dar conta das transformações das estruturas familiares implica um trabalho que tenha por base um horizonte temporal bem mais alargado do que aquele que aqui se privilegia (intercensitário), devido estarmos perante um processo evolutivo lento (Delgado e Wall, 2014), não podemos deixar, contudo, de considerar relevante não só perceber como num determinado momento se configuram aquelas estruturas, como também enquadrá-las nas tendências que se tem vindo a constatar nas últimas décadas a este nível.

Na verdade, é possível distinguir-se um tendencial evolutivo no que respeita à família, demarcando o que poderíamos considerar indicadores de alguma estruturalidade. Assim, verifica-se, em particular, na última década, mudanças no que respeita à conjugalidade (maior número de uniões de facto e de nascimentos fora do casamento, por exemplo), à taxa de fecundidade (significativamente menor), à esperança média de vida (continuamente a aumentar), ao número de elementos dos agregados (cada vez menos) e à reconfiguração das estruturas familiares (mais famílias monoparentais e de pessoas a viverem sós) (Delgado e Wall, 2014). Estas tendências estão intrinsecamente relacionadas com as mudanças demográficas significativas que se assistiram em Portugal, nas últimas décadas. A evolução relativa à mortalidade, à fecundidade e às migrações constitui, em conjunto, indicativo de reestruturação dos contextos e estruturas familiares. Estamos assim perante uma população cada vez mais envelhecida (resultado do aumento da esperança média de vida e da diminuição da fecundidade), a crescer pouco (devido ao (menor) número de nascimentos e às alterações verificadas nos perfis dos fluxos migratórios), a casar menos, a divorciar-se mais (Pina, 2014). Ora, estas tendências revelam e contribuem para explicar as mudanças verificadas ao nível das famílias, em Portugal, “seja na sua formação e dissolução, seja na sua estrutura e dimensão (famílias mais reduzidas, famílias unipessoais de idosos, famílias recompostas)” (Pina, 2014: 41).

Importa, então, reconhecer, neste âmbito em concreto, os contextos e configurações das estruturas familiares associados a uma territorialidade específica – AMP – e procurar adiantar, para

além, de um retrato, um conjunto de pistas que permitam sistematizar os maiores desafios que se colocarão, a este nível, no território em análise. Assim, consideramos aqui não só a importância da organização social familiar na estruturação do quadro de vida das populações, como também as suas dinâmicas (nomeadamente os laços e redes de apoio a si associados) e práticas sociais mais alargadas, ao atentarmos em indicadores relativos a várias dimensões de sociabilidade. Assim, daremos conta da configuração familiar, da sua composição e recomposição, das formas de vivência, dos padrões de mobilidade das pessoas e, ainda, de formas de participação social e de adaptação às normas. Esta análise parte do pressuposto de que a instituição família, nas suas tradicionais e novas formas, é elemento determinante de interação social, a base primeira de vivência em sociedade.

As estruturas familiares

De uma forma genérica, e comparando os anos 2001 e 2011, podemos constatar que a AMP apresentou aumentos mais significativos que a AML e a média nacional, ao nível das estruturas familiares compostas por uma ou duas pessoas e um decréscimo mais acentuado ao nível das famílias compostas por três a cinco indivíduos. Já no que diz respeito às famílias mais numerosas, apesar de não apresentar uma diminuição tão acentuada quanto a média nacional, revela, ainda assim, um decréscimo bastante elevado. A tendência de diminuição do número de elementos das estruturas familiares é atestada na AMP pelo facto da sua dimensão média ser em 2001 de 3,04 pessoas face a 2011, cujo valor se situa nas 2,76 pessoas - valores coincidentes

com o Norte de Portugal (Pordata, 2012a). Esta é aliás uma tendência encontrada igualmente na AML (para os mesmos anos apresenta respetivamente 2,6 e 2,4) e em geral, uma vez que em Portugal, em 2011, a dimensão média dos agregados domésticos privados era de 2,6 pessoas, o que evidencia uma aproximação à UE-27, cuja dimensão média dos agregados era de 2,3 (Pordata, 2013a).

Perceber a natureza do laço familiar na AMP levou-nos a especificar a composição da dimensão das famílias clássicas. Assim, com 1 pessoa contam-se cerca 119 820 famílias unipessoais (mais 50,28% que em 2001), enquanto na AML esse valor ascendia às 293 220 famílias (mais 39,70% que em 2001). Estes valores na AMP têm vindo a ser alimentados pelo número de pessoas que, com menos de 65 anos, vivem sós; isto porque, apesar do número de famílias unipessoais com indivíduos acima dos 65 anos ter aumentado 39,77% em relação a 2001, o peso destas mesmas famílias sobre o total de famílias unipessoais tem vindo a decair (se em 1981, as famílias unipessoais idosas correspondiam a 48,93% do total das famílias unipessoais, em 2001 esse valor descia para os 45,46% e em 2011 para os 42,29%). É nos concelhos do Porto, Gaia e Matosinhos que encontramos, em termos absolutos, mais famílias unipessoais. Esta tendência, por si só, não indicia um contexto de vulnerabilidade à exclusão; no entanto, quando conjugada com o aumento da solidão pelo crescendo de desemprego, de entrada na reforma, pela redução da mobilidade física, pela rutura conjugal, pela morte, acaba por evidenciar um contexto particularmente vulnerável à fragilidade de redes sociais e favorecedor de exclusão. Aliás, o envelhecimento da população tem tido na AMP, como no

QUADRO 1.1 > Tipologia das estruturas familiares em 2011

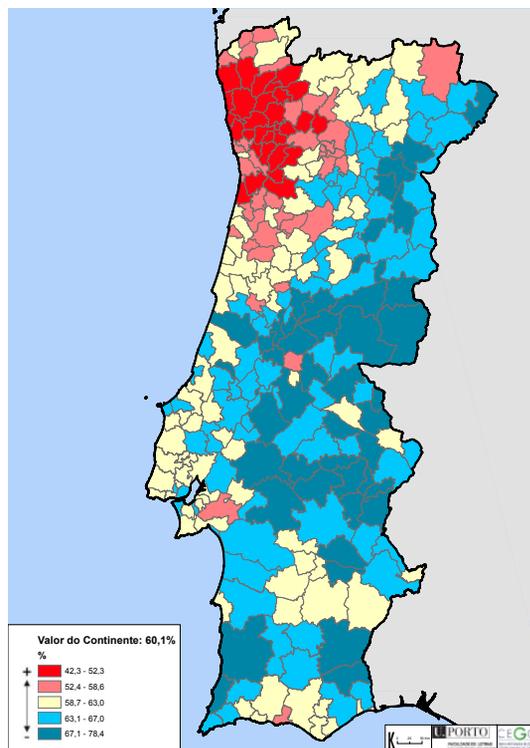
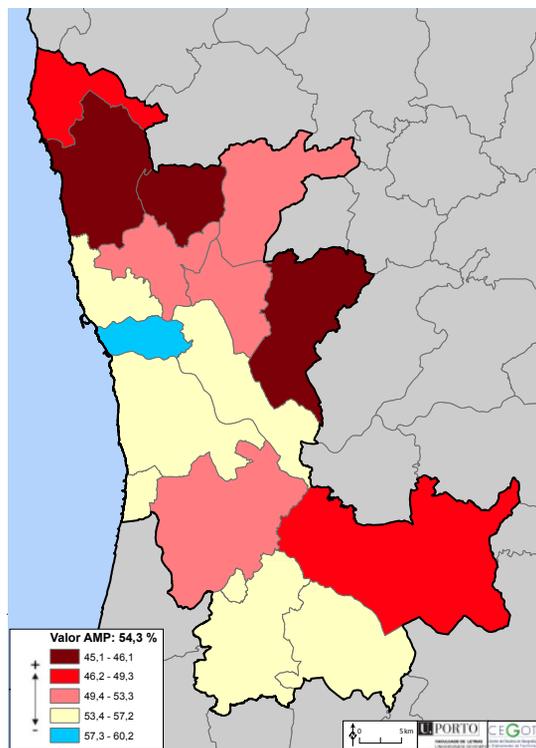
Fonte:
INE (2012a) –
Censos 2011.

	Com 1 elemento		Com 2 elementos		Com 3-5 elementos		Com 6+ elementos		Unipessoais pessoas 65+ anos	
	2011	2011-2001	2011	2011-2001	2011	2011-2001	2011	2011-2001	2011	2011-2001
	Número	Variação (%)	Número	Variação (%)	Número	Variação (%)	Número	Variação (%)	Número	Variação (%)
Portugal	866827	37,21	1277558	23,28	1818875	-2,39	80466	-32,51	406942	26,75
AML	293220	39,70	376955	24,56	458388	-2,72	19212	-12,39	117839	35,64
AMP	119820	50,28	196908	30,13	322852	-3,88	13478	-28,66	50667	39,77
Santo Tirso	3116	58,25	7529	33,64	13735	-6,33	578	-30,19	1676	43,99
Trofa	1518	52,10	3468	26,38	7694	-1,71	405	8,00	671	46,83
Espinho	2326	47,50	3881	21,93	5547	-14,53	263	-21,26	1237	44,34
Gondomar	9466	63,29	18527	36,23	32286	-3,53	1172	-31,14	4132	51,63
Maia	8439	83,66	15092	42,40	25984	6,95	753	-30,34	2939	63,92
Matosinhos	14004	72,85	21690	37,87	31093	-4,52	1034	-24,64	5157	53,94
Porto	30736	20,63	32663	13,75	35713	-18,41	1714	-37,22	13329	20,42
Póvoa de Varzim	3491	50,60	5914	25,59	11318	-7,13	946	-0,42	1547	46,64
Valongo	5151	90,50	9980	44,30	18115	3,35	700	-24,08	1916	69,11
Vila do Conde	3803	45,71	7402	32,60	15191	3,67	814	-17,28	1640	36,21
Vila Nova de Gaia	21242	65,36	35309	33,17	55725	-2,45	1987	-23,90	8225	49,93
Paredes	2928	67,31	6430	32,63	17810	5,97	946	-35,95	1315	38,71
Arouca	970	23,57	2055	31,56	4165	-1,00	274	-55,88	563	5,23
Oliveira de Azeméis	3238	53,10	7436	23,73	12965	-6,02	583	-36,70	1756	46,46
Santa Maria da Feira	6529	51,94	13984	29,28	27377	-0,94	1073	-28,18	3132	39,08
São João da Madeira	1467	82,01	2765	47,70	3959	-5,26	101	-48,21	604	53,30
Vale de Cambra	1396	41,87	2783	22,01	4175	-10,87	135	-54,39	828	31,64

resto do país, uma consequência de diminuição do número de elementos por grupo doméstico e uma retração das famílias complexas, mas igualmente um incremento de isolamento, abandono e solidão de idosos, com todas as consequências sociais, físicas, psicológicas e simbólicas que esses processos acarretam.

Também a forma como os portugueses e os residentes na AMP e AML perspetivam o número de filhos é outra das grandes mudanças a destacar: há mais casais com filhos do que na média europeia, mas há muito menos crianças por casal, restringindo a dimensão dos agregados familiares. A análise das famílias com 6 ou mais pessoas

FIGURA 1.1 > Representação das população com 65 ou mais anos a residir só, em percentagem, em 2011



Fonte:
INE (2012a)
- Censos 2011.

sublinha a observação anterior. Assim, a acompanhar os desenvolvimentos já verificados em outros estudos, o número de famílias alargadas tem vindo a decair: em 2011, na AMP existiam -28,66% famílias de 6 ou mais pessoas que em 2001, enquanto na AML se verifica -12,39%. É nos concelhos de Arouca, Vale de Cambra e São João da Madeira que se registam decréscimos mais acentuados face a 2001. Trata-se de concelhos situados no Entre Douro e Vouga, porventura mais arraigados – no caso dois primeiros – a dinâmicas de ruralidade (propensas a dissiparse) e a processos de emigração mais intensos, ocasionando assim uma diminuição mais visível

das estruturas domésticas.

Este quadro tendencial não nos deve fazer esquecer a importância do peso das famílias com três a cinco pessoas, mostrando que os casais com filhos ainda constituem a principal composição do agregado familiar nacional e metropolitano. Desta feita, na AMP existiam 322 852 famílias de 3 a 5 pessoas (menos 3,88% que em 2001), enquanto na AML existiam 458 388 (menos 2,72% que em 2001). Estes valores revelam que, apesar de estarem a diminuir, são este tipo de famílias que continuam a predominar nos lares da AMP. Em termos absolutos, podemos encontrar um maior número de famílias deste

FIGURA 1.2 > Representação das famílias constituídas por 5 ou mais pessoas, em percentagem, por concelho na AMP, em 2011

Fonte: INE (2012a) – Censos 2011.

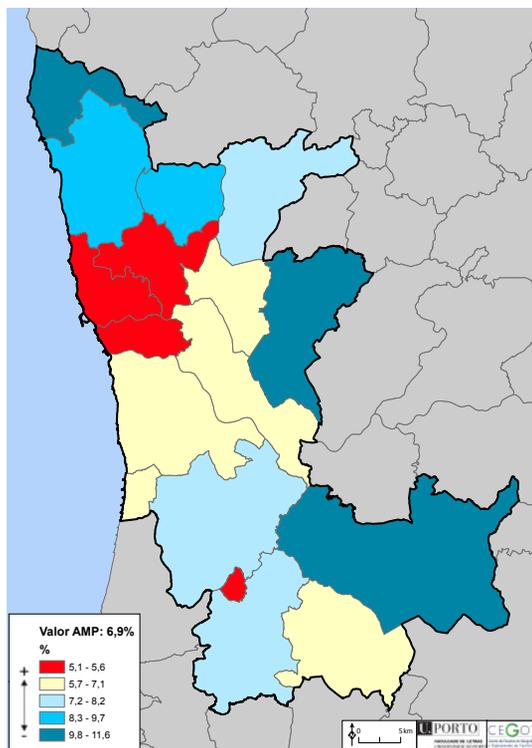
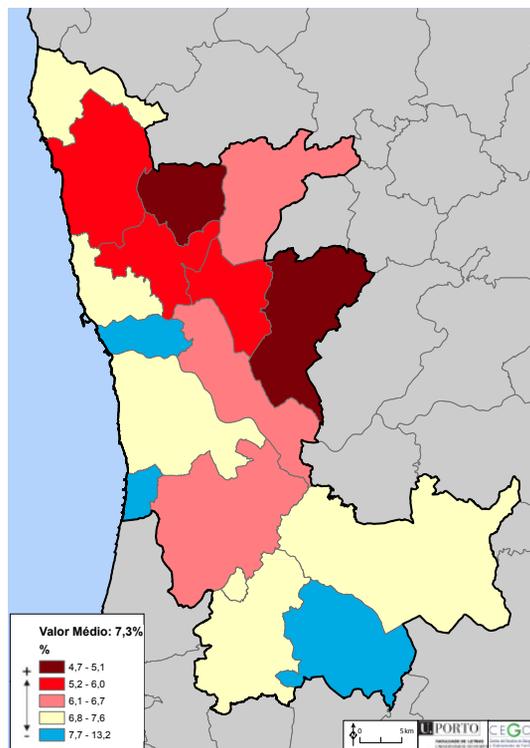


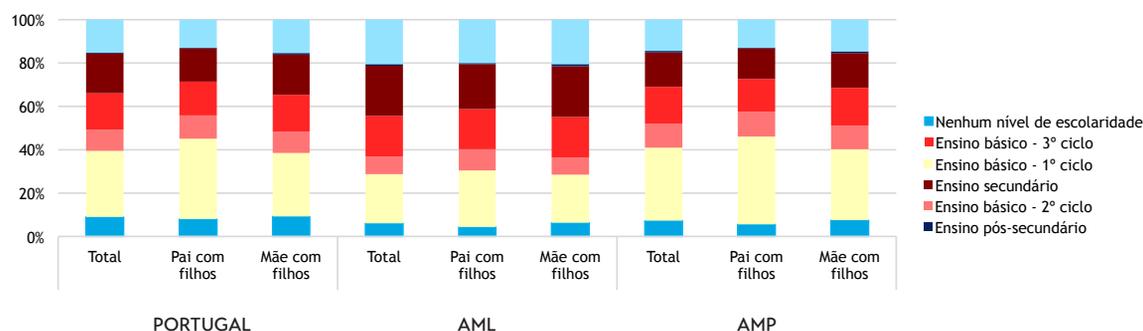
FIGURA 1.3 > Famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos, em percentagem, por concelho na AMP, em 2011



tipo nos concelhos de Gaia, Porto e Gondomar. Já em termos relativos, são os concelhos de Paredes (63,35%), Trofa (58,80%) e Santa Maria da Feira (55,91%) que maiores proporções de famílias deste tipo apresentam no total das famílias existentes em cada um dos concelhos. Hipoteticamente, o facto de estes três concelhos possuírem uma taxa de atividade significativa, quando comparada com o valor médio da AMP, tem importância aqui. A AMP é, na realidade, composta na sua maioria por concelhos que ainda apresentam uma estrutura familiar de tipo dito mais clássico,

visto que 11 dos seus 17 concelhos revelam pesos deste tipo de famílias no total das famílias que ascendem ou ultrapassam os 50%; apenas os concelhos de Vale de Cambra, Gaia, São João da Madeira, Espinho, Matosinhos e Porto exibem valores abaixo dos 50%, revelando a cada vez maior importância das famílias unipessoais, mas sobretudo das famílias compostas por 2 pessoas. Este quadro demonstra, outrossim, e como já foi adiantado atrás, a crescente importância da estruturação dos processos de envelhecimento no dinamismo demográfico e familiar da região

FIGURA 1.4 Famílias monoparentais, total e por género dos pais, segundo o nível de escolaridade dos pais, em percentagem, em 2011



metropolitana. O envelhecimento enquanto tendência marcante na estruturação dos processos sociais da AMP foi aliás tópico de referência central – a par com o desemprego – nos discursos dos interlocutores, no quadro do trabalho de terreno, na medida em que se trata de um processo que tem vindo a reconfigurar esses processos sociais dando-lhe novos contornos (aumento do número de pessoas a residir sozinhas e diminuição do número de filhos por grupo doméstico por exemplo), mas também a constituir novos desafios de intervenção, na medida em que se trata de processos de envelhecimento desprotegido, isto é, situações em que não existem mecanismos de proteção social e de inserção económica capazes de enfrentar esse envelhecimento.

Monoparentalidade

A monoparentalidade é similarmente um indicador claro da mudança das estruturas familiares metropolitanas, pois regista um claro aumento: se em 2001, na AMP, os núcleos familiares monoparentais representavam 11,38% do total

dos núcleos familiares, em 2011, eles passariam a representar 15,01%. Estamos a considerar neste âmbito um aumento de 39,28%, entre 2001 e 2011, no número de famílias monoparentais; um aumento que acompanhou os valores verificados na evolução deste tipo de famílias ao nível da média nacional (35,73%), da Região Norte (32,86%) e da AML (39,44%) no mesmo período de tempo.

É nos concelhos do Porto, Espinho, São João da Madeira e Matosinhos que a proporção de famílias monoparentais no total das famílias mais se faz sentir (tendo, respetivamente, uma representatividade que ronda os 22,19%, 17,35%, 17,28% e 16,09%). Aqui, evidencia-se uma eventual relação entre uma maior tendência de urbanização e a monoparentalidade, situação recorrente em quase todas as realidades regionais, nacionais e europeias (Wall e Lobo, 1999).

Olhar para a distinção interna das famílias monoparentais é uma outra forma de apreender sinais de mudança. Ora, podemos constatar que a AMP acompanha as tendências nacionais no que diz respeito ao nível de escolaridade dos

pais sozinhos, sendo que, na sua maioria, estes pais possuem apenas o primeiro ciclo do ensino básico. Ainda, a condição de monoparentalidade é vivida, na sua maioria, pelas mulheres: na AMP, 87,64% das famílias monoparentais têm como responsável um indivíduo do sexo feminino, o que vai ao encontro dos valores nacionais (86,66%) e da AML (86,34%). Nenhum dos concelhos da AMP foge desse cenário, apresentando todos valores que ultrapassam os 85%. Estes dois aspetos associados – nível de instrução baixo e predominância de indivíduos do sexo feminino como responsáveis pelas famílias – constituem importantes indicadores de significativa vulnerabilidade à pobreza e exclusão social. De facto, os vários estudos realizados neste âmbito, os quais permitiram a construção de teoria, apontam como uma das categorias sociais mais vulneráveis à pobreza e exclusão social as famílias monoparentais, devido, precisamente ao facto de, na maioria destas famílias, caber a responsabilidade das mesmas às mulheres. Tal prende-se com posicionamentos socioeconómicos, encontrados em maior número nas mulheres, mais propensos ao desfavorecimento, traduzidos nomeadamente pela desqualificação e precariedade profissional e remuneratória (Wall et al., 2001).

Sociabilidades, apoios e suportes familiares

Um outro indicador relevante nesta nossa análise sobre a importância e mudança das estruturas familiares diz respeito ao apoio e suporte familiar. Este indicador assume particular relevância se considerarmos que, a par de se constituir como uma manifestação no que respeita às reconfigurações verificadas ao nível das

estruturas familiares, consistirá num importante marcador ao nível das configurações das redes de apoio social e de solidariedade num âmbito social mais abrangente (Wall e Amâncio, 2007). Avaliando a proporção de indivíduos a cargo da família, podemos constatar que a AMP exhibe valores (15,19%), que sendo mais baixos do encontrados em Portugal (15,38%) e na Região Norte (16,37%), são mais altos que na AML (14,38%). De salientar as discrepâncias no seio da AMP, com os concelhos de Paredes (18,89%), Arouca (17,55%), Espinho (17,19%), Póvoa de Varzim (17,15%) e Vale de Cambra (16,49%) a registar valores mais elevados que a AMP no seu conjunto, e até mesmo que a Região Norte, no que toca ao número de indivíduos a cargo da família (valores para os quais contribui a forte dependência familiar que os indivíduos entre os 15 e 64 anos (população ativa) exibem nestes concelhos), e com os concelhos de Santo Tirso (12,57%) e São João da Madeira (13,61%) a registar os menores valores. Se focarmos a análise na população mais idosa dependente do suporte familiar, verificamos que são os concelhos de Oliveira de Azeméis, Trofa e Paredes que registam as percentagens mais elevadas. A AMP, de resto, embora exhiba valores mais baixos que a Região Norte e que a média nacional ao nível da dependência familiar dos mais idosos, não se afasta, no entanto, muito desses valores; exibindo, ao invés, uma proporção bastante mais elevada de idosos dependentes da família se comparada com a AML, expressando assim a persistência de traços de ruralidade traduzidos em redes apoio, proximidade e solidariedade assentes na família (Cfr. Wall e Amâncio, 2007).

QUADRO 1.2 › Proporção de indivíduos a cargo da família no total de indivíduos, com 15 ou mais anos, em 2011²

	Total	15-64 anos	65 + anos
Portugal	15,38	18,97	3,42
Norte	16,37	19,88	3,13
AML	14,38	17,31	1,09
AMP	15,19	18,11	2,83
Arouca	17,55	22,00	2,94
Espinho	17,19	21,45	2,46
Gondomar	16,08	18,76	3,60
Maia	14,18	16,37	2,34
Matosinhos	14,73	17,39	3,11
Oliveira de Azeméis	14,27	17,33	4,00
Paredes	18,89	21,27	3,72
Porto	14,26	18,35	3,26
Póvoa de Varzim	17,15	20,06	1,39
Santa Maria da Feira	15,76	18,72	2,76
Santo Tirso	12,57	15,37	2,03
São João da Madeira	13,61	16,30	2,32
Trofa	15,63	17,98	3,79
Vale de Cambra	16,49	21,10	2,89
Valongo	14,87	17,06	1,90
Vila do Conde	15,15	17,83	3,32
Vila Nova de Gaia	15,02	17,68	2,56

Fonte:
INE (2012a)
- Censos 2011.

As famílias institucionais e a emergência das teias da sociabilidade alargada

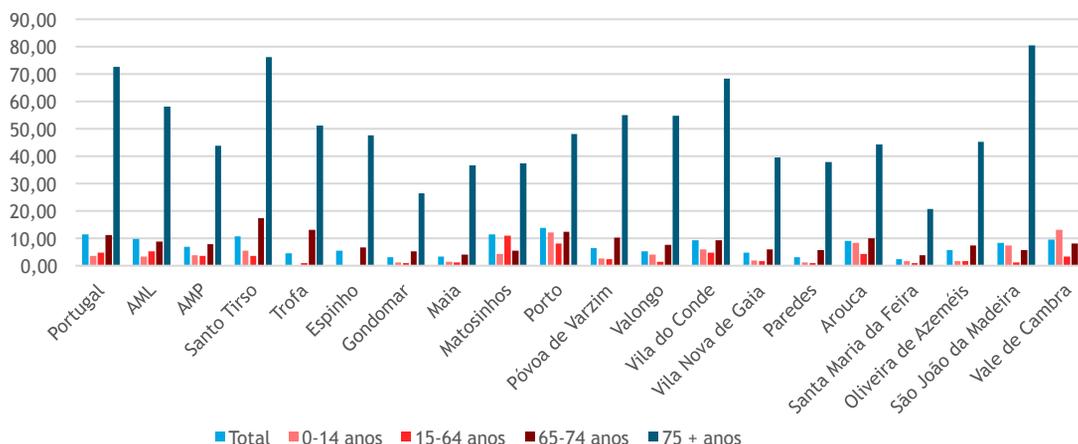
A análise do conjunto de pessoas que não residem num quadro familiar estrito, mas nas chamadas famílias institucionalizadas também nos pode ajudar a explicar e compreender as mudanças nas estruturas de proximidade e convivialidade inerentes à família enquanto instituição básica de organização da vida social. A institucionalização

exógena das populações é um esforço do Estado moderno para tratar, cuidar e reinserir indivíduos que não encontram na família a sua esfera de realização. Na AMP, em 2011, residiam cerca de 12 035 indivíduos em convivências (tipo de alojamento coletivo que exclui os estabelecimentos hoteleiros ou similares e inclui os alojamentos de apoio social, educação, militar, prisional, religiosa, saúde, trabalho, outras); tal significa que cerca de 6,84 pessoas por mil habitantes residentes

2. Trata-se de um indicador INE que conjuga a população residente com 15 e mais anos de idade por local de residência (à data dos Censos 2011), sexo, grupo etário e principal meio de vida. Tem um caráter decenal e apresenta valores em percentagem por concelho.

FIGURA 1.5 > Taxa de pessoas institucionalizadas em 2011³

Fonte:
INE (2012a)
- Censos 2011.



na AMP residia neste tipo de alojamento; enquanto na AML essa taxa atingia os 9,72‰ e em Portugal os 11,37‰. Assim, a AMP apresenta valores mais favoráveis face ao contexto nacional e regional, demonstrando eventualmente a ainda vitalidade da força das relações de familiaridade e de proximidade na agregação das pessoas. Era, especificamente, nas instituições de apoio social que mais indivíduos residiam, seja na AMP (com uma taxa que rondava os 4,80‰), seja na AML (6,52‰), seja no território nacional em geral (8,58‰). Nestes alojamentos, encontramos um maior número de mulheres do que homens, seja também na AMP (mulheres = 7,89‰; homens = 5,68‰), na AML (mulheres = 10,61‰; homens = 8,72‰), ou em Portugal (mulheres = 13,26‰; homens = 9,30‰). Dentro da AMP, é no município do Porto, seguido pelos de Matosinhos e Santo Tirso que as taxas atingem valores mais elevados em virtude por um lado da existência, nestes concelhos, de uma maior oferta e no que toca a convivências (tipo de alojamento coletivo), mas

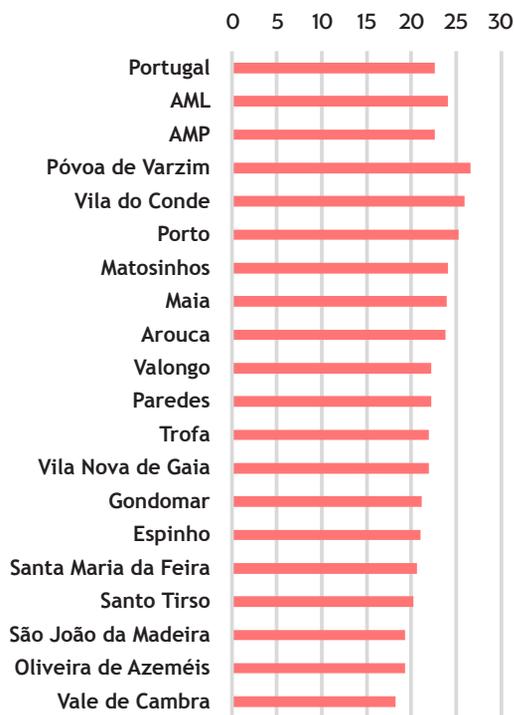
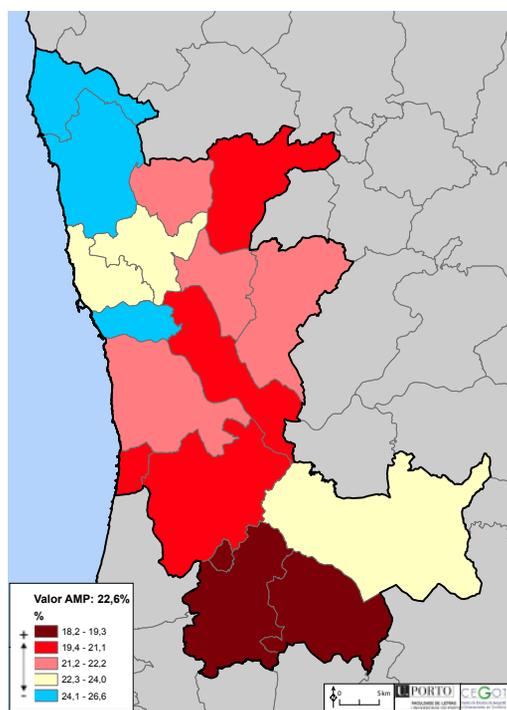
também ao facto de estarmos tendencialmente perante concelhos (Porto e Matosinhos) onde se registam maiores dinâmicas de urbanização, tendencialmente mais favoráveis à implantação deste tipo de estruturas.

Dinâmicas familiares no tempo e no espaço contemporâneo

Dentro da nossa abordagem, é também importante considerar alguns indicadores de análise relativos ao dispêndio de energias e esforços das famílias tendo em vista a obtenção de recursos e meios para a sua subsistência. Assim, consideramos o dispêndio de tempo de trabalho medido pelas horas de trabalho e pelos movimentos quer pendulares, quer migratórios. Na verdade, e a título de exemplo, a estruturação e a qualidade da vida familiar poderão ser condicionadas pela chamada sobreocupação de adultos empregados, pois o número de horas destinado ao trabalho e à profissão parece determinar a qualidade da

3. Indicador INE: Indivíduos (N.º) nas famílias institucionais por Local de residência (à data dos Censos 2011), por Grupo etário.

FIGURA 1.6 > População residente que trabalha 45 ou mais horas, em percentagem, por concelho, em 2011



Fonte:
INE (2012a)
- Censos 2011.

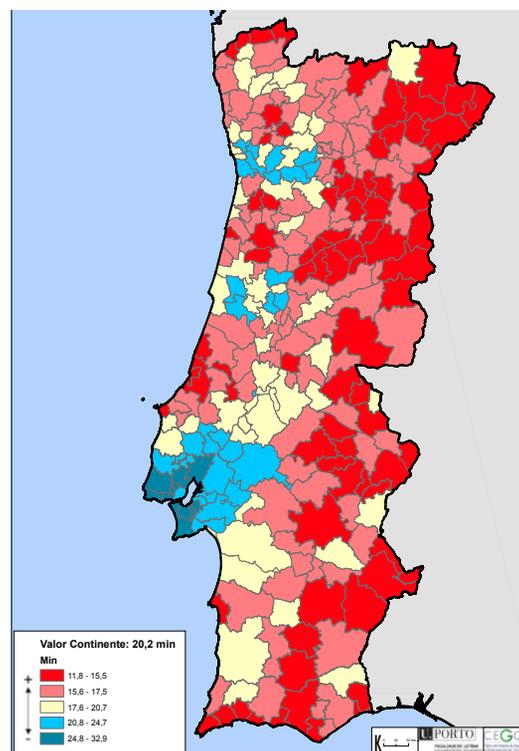
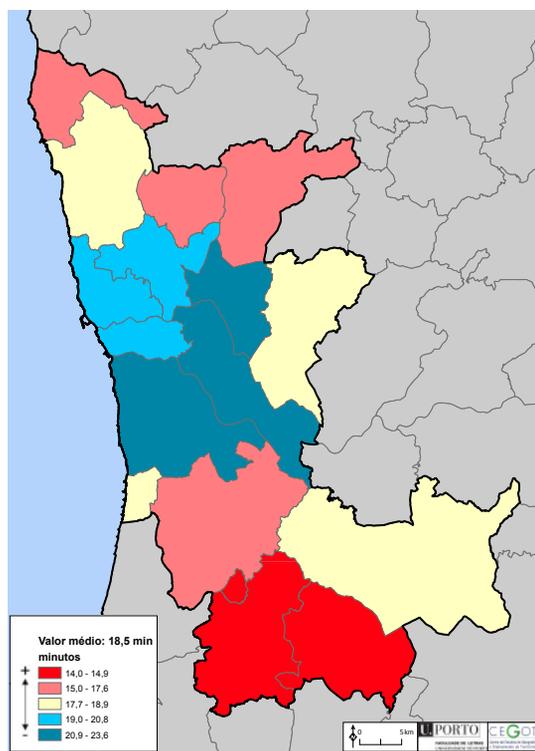
fruição da vida familiar, designadamente as relações de convivalidade, os níveis de saúde física e mental e a capacidade de autorrealização pessoal. Considerando a população empregada que trabalha 45 ou mais horas por semana⁴, podemos dizer que a AMP, em 2011, acompanhava a média nacional e exibia um perfil um pouco mais favorável que a AML: na AMP 22,65% dos trabalhadores trabalham semanalmente 45 ou mais horas, na AML esse valor sobe para os 24,05%. São os concelhos de Póvoa de Varzim (26,58%), Vila do Conde (25,91%) e Porto (25,21%) que apresentam as maiores percentagens de indivíduos a trabalhar 45 ou mais horas por semana.

A distância e a duração das movimentações casa-trabalho também se assumem como relevantes na abordagem das condições de vida da população, pois sabemos que a fruição familiar, lúdica e recreativa, assim como o descanso e o bem-estar mental aparecem muito dependentes desse tempo. No que diz respeito à duração dos movimentos pendulares, a população da AMP demora, em média, 18,49 minutos nas viagens casa-trabalho/escola; mais 0,21 minutos do que a Região Norte e menos 7,88 minutos que na AML e 1,53 minutos que a nível nacional. É no coração da AMP que os movimentos pendulares assumem uma maior duração (Gondomar, Vila Nova de Gaia e Valongo),

4. A duração média do horário de trabalho semanal "corresponde ao apuramento resultante da aplicação da fórmula: (população que trabalha por conta de outrem de 1 a 4 horas * 2,5 + população que trabalha por conta de outrem de 5 a 14 horas * 9,5 + população que trabalha por conta de outrem de 15 a 29 horas * 22 + população que trabalha por conta de outrem de 30 a 34 horas * 32 + população que trabalha por conta de outrem de 35 a 39 horas * 37 + população que trabalha por conta de outrem de 40 a 44 horas * 42 + população que trabalha por conta de outrem 45 ou mais horas * 49) / população que trabalha por conta de outrem." (INE, 2012a)

FIGURA 1.7 > Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante em 2011

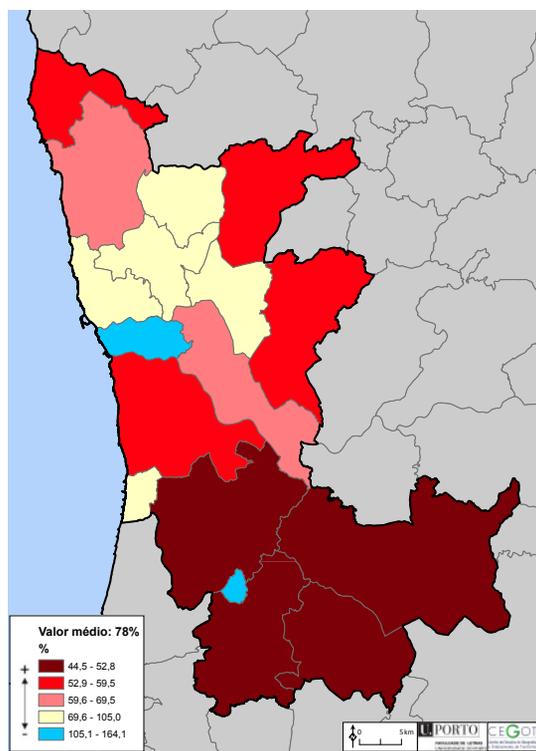
Fonte:
INE (2012a) –
Censos 2011.



circunstância conexas da sua própria condição de dependência económica e laboral do Porto. As crescentes dificuldades em termos de condições de vida têm ditado nos três últimos anos uma vaga emigratória intensa por parte de jovens e adultos ativos residentes em território nacional. Desta feita, existem dados recentes que situam esse movimento emigratório ao nível do que o precedeu na década de 60 do século XX em Portugal, este último ditado pelo contexto político, económico e de guerra que se vivenciava na altura no país. No que toca às emigrações, a AMP (com uma proporção de emigração que ronda os 7,08%) apresenta um cenário ligeiramente menos saliente que o contexto

nacional (7,49%) e o Norte de Portugal (10,43%), mas mais intenso face à AML (5,90%). Alguns dos concelhos da AMP ultrapassam a barreira dos 15% – é o caso de Póvoa de Varzim (15,68%), Paredes (15,90%) e Vila do Conde (19,77%); enquanto outros não atingem o limite dos 4% – é o caso de Santo Tirso (3,62%) e Oliveira de Azeméis (3,63%). Este indicador e a sua tendência de evolução no sentido do seu reforço no contexto metropolitano indicia por parte das famílias (e de alguns dos seus membros) e suas dinâmicas, um incremento da sua mobilidade, assim como, a procura de recursos económicos, profissionais, escolares, operando uma mobilidade para fora do país, o que

FIGURA 1.8 › Mobilidade pendular da população empregada, em %, por concelho em 2011



atestar a novas formas de enraizamento e novas modalidades de relação da instituição familiar com o espaço, tal como nos foi referido por alguns dos agentes intervenientes no terreno. Não sendo ainda possível avaliar os impactos destas deslocações recentes, é possível adiantar que trarão novos desafios na estruturação dos grupos domésticos – e na configuração demográfica em geral –, a médio e a longo prazo, designadamente no tocante ao acentuar da diminuição dos grupos domésticos e ao aumento da proporção de famílias residentes com casal e sem filhos (Rodrigues *et al.*, 2013). Em paralelo, torna-se importante analisar os fluxos de imigração, do ponto de vista da dinâmica

demográfica do território em análise, notando-se o seu interesse no que respeita ao impacto dos mesmos nas redes sociais e de sociabilidade e, eventualmente, na reconfiguração das estruturas e dinâmicas familiares. Em 2011, no que diz respeito à imigração, a AMP (com uma proporção de imigrantes por mil habitantes que ronda os 14,22‰) apresentava um cenário menos intenso que o contexto português (cuja taxa de imigração é de 34,08‰) e que o cenário da AML (cuja taxa de imigração atinge os 66,76‰), mas mais intenso face à Região Norte (12,25‰). Os concelhos do Porto, São João da Madeira e Matosinhos constituem os concelhos com maiores taxas de atração de imigrantes, sendo da América (Brasil) e da Europa (países do leste europeu) que provém a maioria dos imigrantes que residem na AMP. Esta crescente abertura da sociedade portuguesa e da região metropolitana do Porto a outras culturas, a outros modos de vida e a outras formas de estruturação familiar é algo importante e que dado o contexto de globalização presente será um desafio crescente de intervenção social, sob o ponto de vista da inclusão/integração social e em prol do multiculturalismo e do diálogo cultural.

Sociabilidades alargadas, participação cultural e lúdica para além das famílias

As condições de vida das populações também se encontram condicionadas, e em muito, pela sua participação cultural e lúdica. A cultura assume-se hoje como elemento agregador e potenciador de inúmeras dinâmicas sociais. As atividades culturais devem ser vistas não só como um meio para a promoção do desenvolvimento, na medida em que geram emprego, valor económico, permitem a requalificação dos espaços

FIGURA 1.9 › Imigrantes por 1000 habitantes em 2011

Fonte:
INE (2012a) –
Censos 2011.

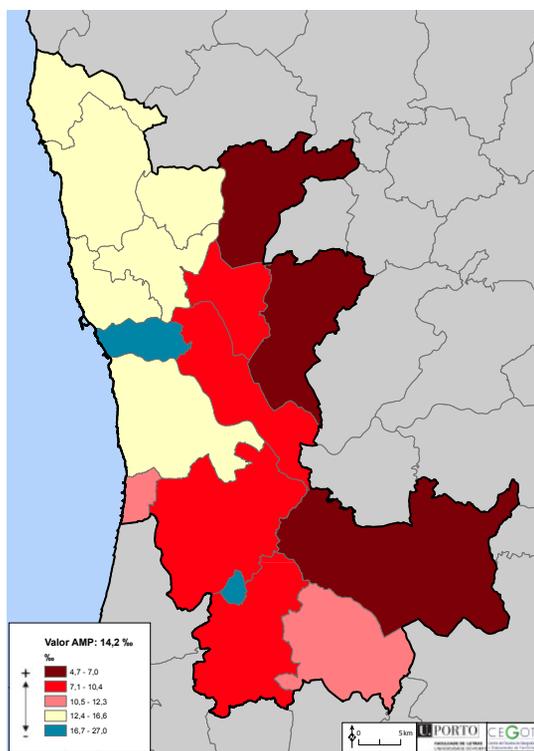
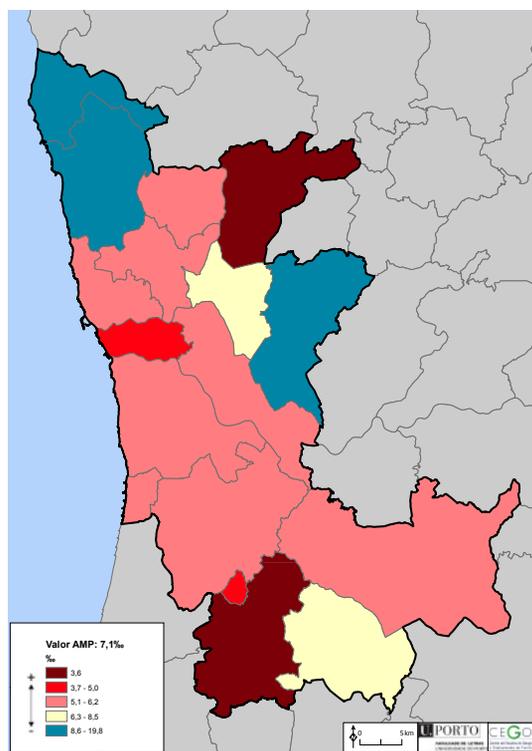


FIGURA 1.10 › Emigrantes por 1000 habitantes em 2011



urbanos, a participação e expressão das populações, a integração de segmentos sociais excluídos, mas também como uma dimensão final dos processos de desenvolvimento. Simultaneamente, estas atividades possibilitam a promoção da qualidade de vida e o bem-estar e permitem a afirmação de identidades, reforçando diversas sociabilidades e relações sociais. Assim, as dinâmicas de sociabilidade também têm de ser analisadas não só pela participação dos indivíduos e estruturas familiares no mercado de trabalho, nas redes de integração e proteção social, mas igualmente pelas práticas lúdicas e culturais. Este entendimento enquadra-se numa

abordagem holística de inclusão social que fazemos na aproximação ao *crescimento inclusivo*, considerando que a participação cultural e lúdica é, concomitantemente, esfera de realização fundamental dos indivíduos e eixo determinante da sua qualidade de vida.

Na verdade, reconhece-se, como tivemos oportunidade de relevar no primeiro capítulo, a importância da cultura como fator e contexto de integração social. A análise de alguns dados apontam no sentido de correlacionar a área da cultura com o aumento da criação de emprego e no crescimento do rendimento provenientes do turismo, no crescimento do mercado internacional de bens e

QUADRO 1.3 › Equipamentos e fruição cultural em 2011⁵

	Visitantes de galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias por habitante	Visitantes de museus, jardins zoológicos e botânicos e aquários por habitante	Espectadores de cinema por habitante (2005)	Espectadores de espetáculos ao vivo por habitante	Cinema: recintos	Recintos culturais	Galerias de arte e outros espaços de exposição temporária	Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários
Portugal	0,8	1,3	1,6	0,8	0,16	0,33	0,84	0,38
Norte	0,8	0,9	1,4	0,7	0,11	0,22	0,77	0,29
AML	1,4	2,4	2,8	1	0,13	0,33	0,90	0,28
AMP	1,0	1,6	1,1	0,9	0,10	0,21	0,97	0,23
Arouca	0,3		0	0,6	0,00	0,45	1,79	0,89
Espinho	1,2			0,7	0,31	0,31	2,20	0,31
Gondomar	0,2				0,06	0,06	0,54	0,12
Maia	0,6			0,1	0,15	0,07	0,37	0,07
Matosinhos	0,1			0,1	0,11	0,11	0,40	0,11
Oliveira de Azeméis	0			0,1	0,00	0,29	0,58	0,29
Paredes		0	0		0,00	0,23	0,12	0,00
Porto	6,1	7,2	1,2	5	0,17	0,63	3,41	0,67
Póvoa de Varzím	0,4				0,16	0,16	0,95	0,16
Santa Maria da Feira				0,8	0,07	0,14	0,29	0,14
Santo Tirso	0,3	0		0,5	0,00	0,14	0,84	0,00
São João da Madeira	1,9		0	0,6	0,46	0,00	2,76	0,46
Trofa		0	0		0,00	0,00	0,26	0,00
Vale de Cambra			0		0,00	0,44	0,87	0,44
Valongo	0,4		0	1,3	0,00	0,00	0,75	0,11
Vila do Conde	1,3			0,2	0,13	0,38	1,13	0,25
Vila Nova de Gaia	0,6	0,7	7,7	0,4	0,13	0,13	0,36	0,20

Fonte: PORDATA (2012b, 20013e, 2013f, 2013g) e INE (2012e) – Estatísticas da Cultura.

serviços produtos culturais e no forte crescimento da procura de bens culturais, o que tem vindo, conforme então assinalamos, na senda de Sandell (2003), a gerar valor acrescentado, constituindo-se como motores de desenvolvimento.

Ainda, e retomando o defendido por nós anteriormente, é necessário compreender que “a

coesão social beneficia da existência de redes culturais – a exposição dos indivíduos perante o mesmo sistema de valores leva-os a perceber e a concordar com certas prioridades. Ora, a utilização das práticas culturais tem efeitos diretos e indiretos em termos de integração social pois contribuem de forma positiva para o seu

5. Refira-se que os recintos e espetáculos culturais foram calculados com base no número de visitantes/espectadores por habitante; e no número de espaços/recintos culturais por 10 000 habitantes.

bem-estar (...) e aumentam a sensibilidade criativa e empreendedora” (Guerra, 2012: 8).

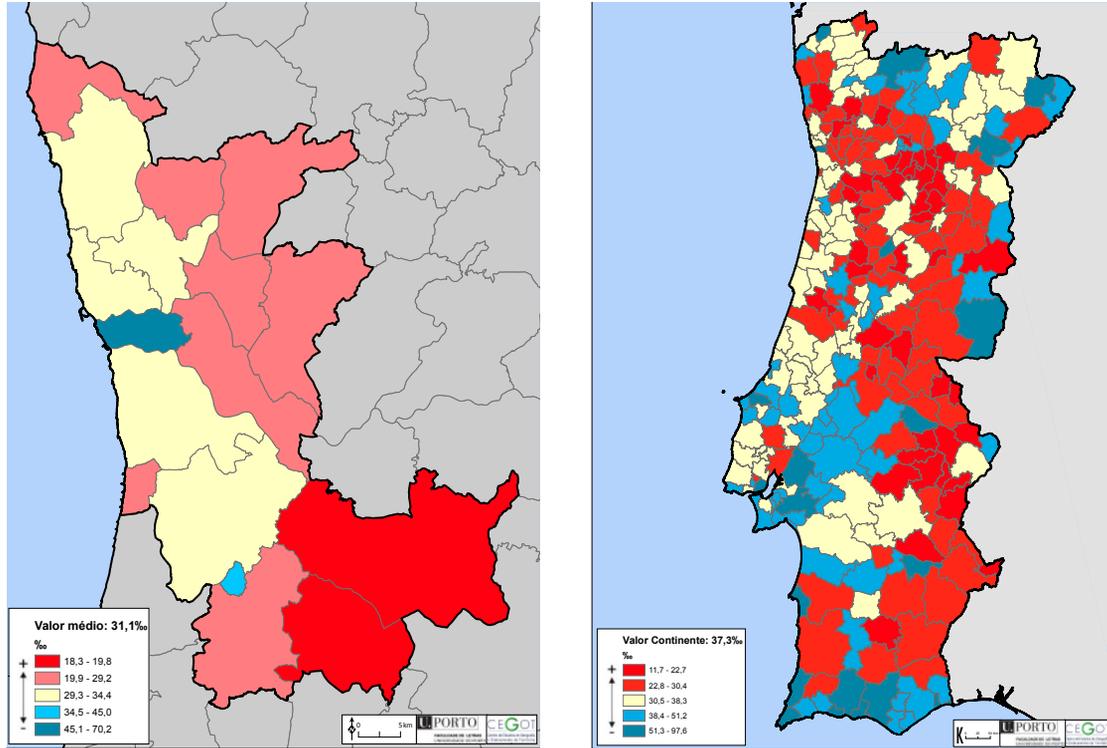
No que toca à participação cultural, a AMP apresenta um cenário que acompanha a Região Norte e a média nacional; porém afasta-se da situação vivida na AML, onde os indivíduos visitam mais espaços culturais e assistem mais a espetáculos ao vivo. Apesar da falta de informação que continua a persistir relativamente a diversos concelhos, podemos, com toda a certeza, assegurar que é no concelho do Porto que as pessoas estão mais abertas às saídas culturais, mesmo porque, a averiguar pelo número de equipamentos culturais aí existentes por 10 000 habitantes, a oferta cultural apresenta-se como sendo maior e mais diversificada, o que acaba por atrair mais pessoas. Este facto vem contrariar a tendência da AMP no seu todo, a qual exhibe valores relativos à existência de equipamentos culturais por 10 000 habitantes que ficam um pouco aquém dos valores verificados ao nível da média nacional e da AML; somente nas galerias de arte e outros espaços de exposição temporária, a AMP revela um cenário mais favorável. Estes indicadores e respetivos resultados evidenciarão, por um lado, a parca existência, em muitos dos concelhos que integram a AMP, de equipamentos (os considerados neste âmbito pela estatística oficial) de fruição cultural – facto que indicará a ausência, independentemente das razões, de investimentos nesse sentido – e, por outro lado, a eventual dependência das manifestações/práticas/instituições culturais de fatores relacionados com as centralidades urbanas e de públicos e consequentes conexões a inevitáveis lógicas de mercado (Silva, Babo e Guerra, 2015). Estes aspetos, ainda que possam ser verificados e entendidos isoladamente, não deixam de se

constituírem como relevantes na problemática da inclusão e do *crescimento inclusivo*, quando o que está em questão são mecanismos importantes e indelévels no âmbito do que se constituirá como relevante (e ainda de uma forma geral, por resolver) em termos de integração ou inclusão social, uma vez entendidos legitimamente como indicadores de participação social e de qualidade de vida das populações.

A convivência em sociedade e os desvios

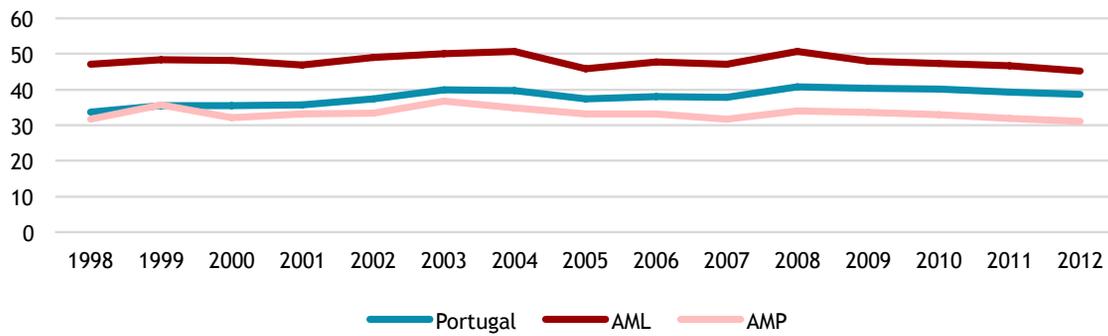
A organização social passa ainda pelo cumprimento das regras de convivência em sociedade. Assim, a taxa de criminalidade pode ser vista como um indicador de interação social e de identificação das principais fraturas no tocante ao cumprimento de normas. Referimos este indicador pela inexistência de mais indicadores a nível nacional a este respeito. Em 2012, a média na AMP situava-se nos 31,1 crimes por mil habitantes (menos 7,49 crimes que a nível nacional e menos 14,09 crimes que na AML). Tal prefigura um contexto mais conforme às regras e não tão incidente de desvios face ao contexto nacional e ao contexto metropolitano lisboeta. O Porto detém a maior taxa de criminalidade como seria de esperar, sendo o contexto mais polarizador da AMP, mais urbanizado e mais insegurizante. É também relevante ter em atenção a evolução da taxa de criminalidade dos concelhos de Trofa e Paredes, já que tem vindo a aumentar significativamente (respetivamente, 25,9% e 18,3% em relação a 2000). Por oposição, encontramos os concelhos de São João da Madeira e Espinho, cujas taxas de criminalidade baixaram bastante desde 2000 (respetivamente, menos 35,9% e 21,8%).

FIGURA 1.11 › Taxa de criminalidade em 2011

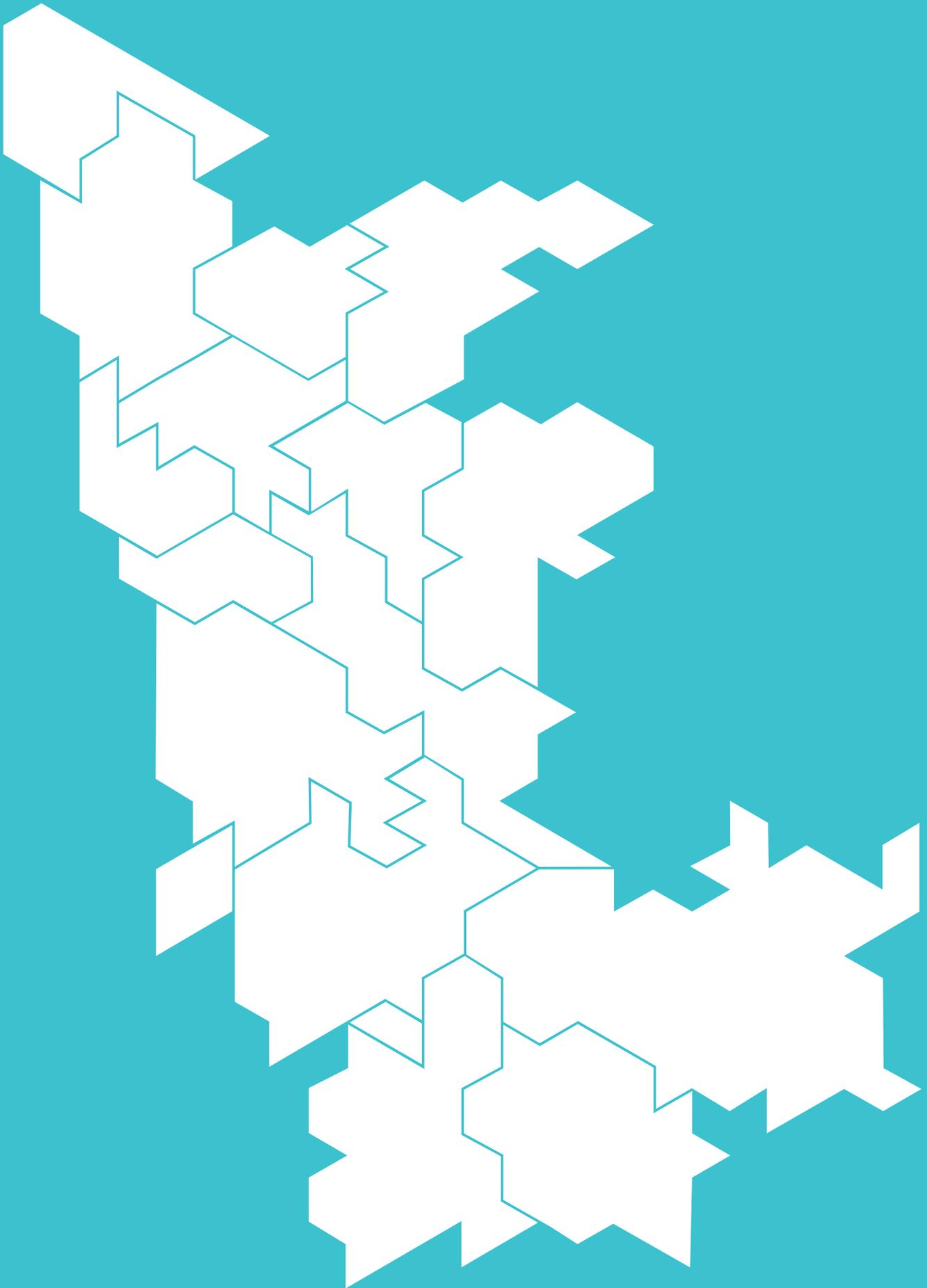


Fonte: INE (2012b)
- Anuário Estatístico.

FIGURA 1.12 › Evolução da taxa de criminalidade entre 1998 e 2012



Fonte: INE (2012b)
- Anuário Estatístico.



3 EDUCAÇÃO

A educação configura um campo de intervenção que é olhado com prioridade por parte da União Europeia, sendo objeto de apoios comunitários. Em Portugal, raras são as legislações em que não são propostas e/ou discutidas orientações e reformas. Nas dimensões formal e não formal, a educação é assumida, invariavelmente no discurso político, como um domínio com forte impacto no futuro de uma sociedade, quer consideremos o ponto de vista da cultura e da inclusão social, quer nos detenhamos na perspetiva mais económica e do rendimento quer, de um modo geral, falemos em competitividade e coesão dos territórios. No entanto, a educação é também um dos campos onde Portugal parte mais atrasado face aos seus parceiros europeus. As reformas iniciadas, bem como as dinâmicas sociais e institucionais verificadas, sobretudo na segunda metade da última década, foram dando resposta a muitos dos problemas que se foram evidenciando. Aquelas, embora tenham permitido uma evolução positiva na situação comparativa de Portugal, em termos de níveis de escolaridade e de qualificação da população, não escondem o atraso de décadas, traduzido, nomeadamente, na grande maioria dos indicadores de escolarização.

No ano letivo 2010/2011, na Região Norte, existiam 38 territórios educativos de intervenção prioritária (TEIP), sendo que 47% (18) se situavam no Grande Porto, situação que evidencia a existência de défices e problemas na esfera da educação e escolarização da população residente. De acordo com estudos diversos, os projetos desenvolvidos nestes TEIP têm tido impacto na melhoria das aprendizagens e no combate ao insucesso escolar e vindo a reforçar a importância de intervenções locais devidamente contextualizadas e integradas.

O estudo da autoria de José Maria Azevedo (2013) apresenta com detalhe a evolução mais recente dos indicadores de educação e escolarização na Região Norte, problematizando situações, identificando dinâmicas e propondo respostas que nos parecem ser da maior relevância e oportunidade no contexto de uma intervenção estratégica na AMP, que se pretende orientada para a valorização das dinâmicas e projetos de inclusão social. O estudo refere como objetivo o seguinte: “apresentar e caracterizar a evolução ocorrida na década censitária 2001-2011, com referência à década anterior sempre que possível e pertinente, significará de algum modo avaliar o impacto, aferido pelos índices de escolarização dos residentes, do forte investimento que a democracia fez na formação dos cidadãos, tanto das crianças e dos jovens como dos adultos” (2013: 13).

Neste contexto, e considerando o âmbito alargado do presente diagnóstico, detemo-nos, no que respeita à educação, apenas sobre alguns indicadores, nomeadamente os reportados a metas definidas pela comissão europeia, que ajudam a problematizar a situação da AMP num contexto territorial mais alargado. O trabalho em torno da estratégia de intervenção que sucede ao diagnóstico,

QUADRO 2.1 ▶ Taxa de analfabetismo, total e por sexo, em 2001 e 2011

Territórios	Total		Masculino		Feminino	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Santo Tirso	7,2	4,3	4,7	2,8	9,5	5,6
Trofa	5,6	3,5	3,7	2,2	7,4	4,7
Espinho	7	4,7	3,9	2,7	9,7	6,4
Gondomar	5,5	3,3	3,3	1,9	7,5	4,6
Maia	4,8	2,5	3,1	1,5	6,5	3,4
Matosinhos	5,2	3,2	2,8	1,7	7,4	4,5
Porto	4,8	2,8	2,1	1,3	7	4,1
Póvoa de Varzim	5,9	3,7	3,4	2,1	8,1	5
Valongo	5	2,8	3,1	1,7	6,8	3,8
Vila do Conde	6,2	3,8	4,1	2,5	8,3	5
Vila Nova de Gaia	5,4	3,2	3,1	1,8	7,6	4,4
Paredes	6,9	4,2	5,1	3,2	8,6	5,1
Arouca	11,7	7,3	7,5	4,6	15,7	9,8
Oliveira de Azeméis	6,8	4,1	4,3	2,5	9,2	5,6
Santa Maria da Feira	6,7	4	4,3	2,5	9,1	5,3
São João da Madeira	4,8	2,9	2,9	1,7	6,5	4
Vale de Cambra	9,7	6,3	5,1	3,2	14,2	9,1
AMP	6,4	3,9	3,9	2,3	8,7	5,3
AML	5,7	3,2	3,6	1,9	7,7	4,4
Norte	8,3	5,0	5,5	3,2	10,9	6,6
Portugal	9,0	5,2	6,3	3,5	11,5	6,8

Fonte:
INE (2012a)
- Censos 2001 e 2011.

nomeadamente a auscultação de atores regionais e a elaboração do plano de ação, permitirá aprofundar dinâmicas e problemas agora identificados.

Acesso à escola e analfabetismo

O quadro 2.1 diz respeito à taxa de analfabetismo, total e por sexo. Embora os números sejam, no geral, ainda bastante altos em comparação com a maioria dos países da União Europeia – onde a questão do analfabetismo é residual – têm-se

verificado melhorias na última década. Portugal é, contudo, dos poucos países da União Europeia – juntamente com os alguns países mediterrânicos – onde a questão do analfabetismo ainda se coloca de forma séria e para a qual urgem intervenções continuadas.

À data dos últimos censos (2011), a taxa de analfabetismo na AMP (3,9%) era inferior à média nacional (5,2%), à da Região Norte (5%) e já próxima da média da AML (3%). Em 10 anos, no território em análise, a taxa de analfabetismo desceu

para quase metade, acompanhando a tendência geral e verificada a nível nacional. O mesmo se passa se analisarmos a taxa por sexo (a taxa de analfabetismo na AMP é de 2,3% dos homens e de 5,3% nas mulheres). A este nível, saliente-se que a percentagem de mulheres analfabetas é, ainda, mais do dobro que a dos homens, facto que poderá em parte ser explicado pelo maior peso relativo de população idosa entre a população feminina e por situações de maior vulnerabilidade social das mulheres, em termos gerais, verificados, nomeadamente em situações de significativa fragilidade e precariedade social como as vivenciadas por comunidades excluídas socialmente.

Ao nível dos concelhos, nenhum município se aproxima da meta dos 2% de taxa de analfabetismo assumida pelo nosso País. Os concelhos da Maia (2,5%), do Porto (2,8%), de Valongo (2,8%) e de S. João da Madeira (2,9%) são os que apresentam taxas mais baixas, ao passo que os concelhos mais rurais de Arouca (7,3%) e Vale de Cambra (6,3%) destacam-se pela negativa, com taxas de analfabetismo total muito próximas ou mesmo superiores à média nacional. Em 2011, dez dos concelhos da AMP – os litorais e envolventes do concelho do Porto, com exceção de Espinho – registavam taxas de analfabetismo total inferiores ao valor médio da AMP. De relevar o caso do concelho de Paredes, relativamente mais jovem e mais ativo que a média dos concelhos da AMP, com taxas de analfabetismo muito relevantes: 4,2% de população analfabeta e 5,1% de mulheres residentes analfabetas.

Escolaridade: problemas e evoluções

A educação pré-escolar constitui um dos mais importantes fatores de combate à exclusão e de

promoção de condições de igualdade no acesso à educação. Especialistas identificam que se verifica uma correspondência clara entre baixas taxas de escolarização e défices na rede pública de oferta, facto que indicia a importância das políticas públicas na criação de condições de inclusão social. A *Estratégia Europeia 2020* definiu como meta para a taxa de pré-escolarização o valor de 95%. Ou seja, 95% das crianças até aos 4 anos deverão estar inscritas no ensino pré-escolar. Segundo o Eurostat, e em 2011, na UE27 este indicador assumia o valor de 92,4%. Em Portugal esta taxa de pré-escolarização era de 89,3%, tendo registado, em relação a 2006 (86,8%), uma evolução, embora relativamente tímida face à importância desta problemática. A figura apresenta um indicador diferente do utilizado para definir a meta anteriormente mencionada e refere-se às taxas de escolarização na AMP, na população entre 3 e 5 anos.

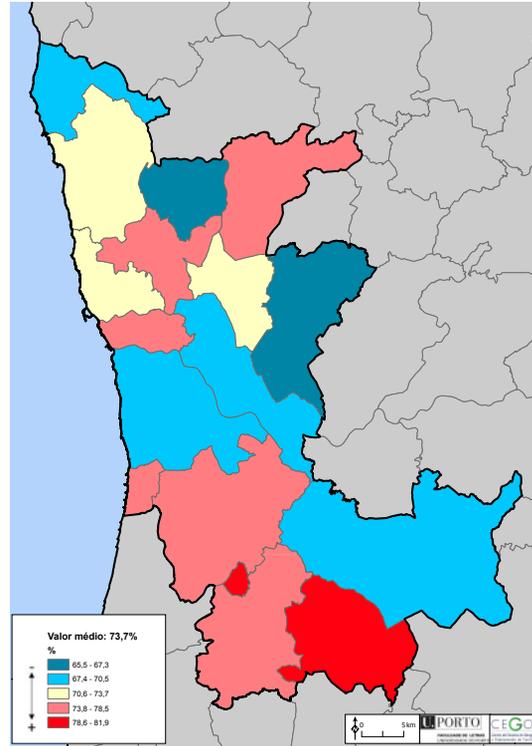
A taxa de pré-escolarização, assim calculada, assumia, em 2011, o valor de 73,5% para o País e 73,3% para a Região Norte. Verificamos que a AMP apresenta um valor médio de 73,7% para a frequência do ensino pré-escolar nas idades referidas, valor ligeiramente superior às médias de todo o território nacional e da Região Norte. Adicionalmente, apresenta ainda um valor consideravelmente superior comparativamente à AML, cujo número se encontra nos 69,2%.

Ao nível intrarregional, verificamos a existência de consideráveis disparidades. Os concelhos com taxas mais altas de pré-escolarização são Vale de Cambra e S. João da Madeira, seguidos dos concelhos do Porto, Maia, Santo Tirso, Espinho, Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis. Todos os outros concelhos (9) estão abaixo da média da AMP, sendo que os casos mais relevantes são os dos concelhos da Trofa e Paredes. Estes dois

últimos são, curiosamente, concelhos comparativamente mais jovens e também concelhos onde os níveis de escolarização da população ativa e, nomeadamente da população desempregada, são mais baixos. Esta evidência poderá estar relacionada, entre outros, com o facto de estarmos a considerar populações que, por um lado, devido aos movimentos pendulares quotidianos, nomeadamente para o Porto, optam que os seus filhos frequentem estabelecimentos pré-escolares junto aos locais de trabalho e, por outro lado, pertencem a contextos sociais nos quais ainda existem e se privilegiam redes informais de apoio (geralmente de carácter não educativo e de base essencialmente familiar) à primeira infância. Introduzimos agora a análise dos níveis de escolaridade da população com 15 e mais anos, a partir dos dados dos últimos Censos. Ao nível inter-regional, há duas leituras: os níveis de escolaridade da AMP estão em consonância com os níveis verificados em território nacional mas, no que se refere à comparação com a AML, a população do território em estudo apresenta níveis de escolaridade relativamente inferiores.

A percentagem de indivíduos com 15 e mais anos residentes na AMP sem qualquer nível de escolaridade é especialmente expressiva (8,6%) e apenas 12,4% da população completou algum grau do ensino superior. No território em estudo, 26,8% da população com 15 ou mais anos completou pelo menos o atual nível de escolaridade obrigatória (sendo que 12,4% têm a escolaridade superior), valor relativamente superior ao verificado no conjunto da Região Norte (26,0%), inferior ao registado no conjunto de País (29,5%) e bastante distanciado da realidade da AML (38,9%). No que concerne ao nível intrarregional, há diferenças significativas entre os concelhos situados

FIGURA 2.1 ▶ População residente com idade entre os 3 e os 5 anos a frequentar educação pré-escolar, em percentagem, em 2011



Fonte: INE (2012b)
- Anuário Estatístico.

no litoral e no interior. Os concelhos de Arouca e Vale de Cambra apresentam percentagens de população com 15 e mais anos sem qualquer nível de escolaridade superiores à média nacional (13,4% e 12,3%, respetivamente) e os concelhos Santo Tirso e Paredes, a norte do Porto, e Espinho, Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira, a sul, apresentam valores superiores ao valor médio da AMP mas inferiores ao do conjunto de País. São também estes os concelhos em que a percentagem de população residente com 15 ou mais anos com níveis mais altos de escolaridade, assume uma expressão relativamente mais reduzida.

QUADRO 2.2 › População residente com 15 e mais anos, em percentagem, por nível de escolaridade completo mais elevado⁶

Fonte:
INE (2012a)
– Censos 2011.

Territórios	Sem nível de escolaridade	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo	Secundário	Superior
	2011	2011	2011	2011	2011	2011
Santo Tirso	9,6	34,7	15,8	17,9	12,3	8,9
Trofa	8,0	31,0	16,5	20,2	14,3	8,9
Espinho	9,8	30,8	12,7	17,8	13,9	14,3
Gondomar	7,8	28,8	14,4	20,4	16,4	11,1
Maia	5,9	24,5	11,5	19,6	18,1	19,1
Matosinhos	7,4	26,8	12,1	18,2	16,4	18,0
Porto	6,6	24,2	10,2	17,0	15,7	25,3
Póvoa de Varzim	8,2	28,4	17,7	18,8	14,0	12,0
Valongo	7,1	28,1	15,1	20,1	16,6	12,0
Vila do Conde	8,2	30,2	16,7	18,8	13,6	11,6
Vila Nova de Gaia	7,4	27,7	13,3	19,5	16,2	14,8
Paredes	9,6	32,9	19,2	19,0	11,6	7,0
Arouca	13,4	33,2	18,2	16,5	10,3	7,4
Oliveira de Azeméis	9,2	32,0	18,0	19,3	12,5	8,1
Santa Maria da Feira	9,2	30,6	16,9	18,7	13,3	10,4
São João da Madeira	6,9	27,4	14,5	20,4	16,3	13,4
Vale de Cambra	12,3	32,5	15,4	16,8	12,5	9,5
AMP	8,6	29,6	15,2	18,8	14,4	12,4
Norte	10,3	29,7	14,8	18,5	14,0	12,0
AML	7,0	21,9	10,7	20,4	19,3	19,6
Portugal	10,4	27,2	12,8	19,1	15,7	13,8

É ainda de notar que, à semelhança do que ocorre no País, os níveis de escolaridade mais elevados – com uma grande ênfase no ensino superior – têm hoje, na AMP, um maior peso na população relativamente aos valores verificados nos Censos 2001, evidenciando uma dinâmica positiva no domínio da escolaridade. A variação (em %) registada em cada nível de escolaridade entre os dois últimos períodos censitários (dez anos), aponta para uma diminuição de 40% da população sem qualquer

escolaridade, um aumento da escolaridade de nível secundário de cerca de 13,5% e, por fim, um aumento da população com ensino superior na ordem dos 88,3%, existindo hoje quase mais 100 mil diplomados na AMP face ao valor verificado em 2001.

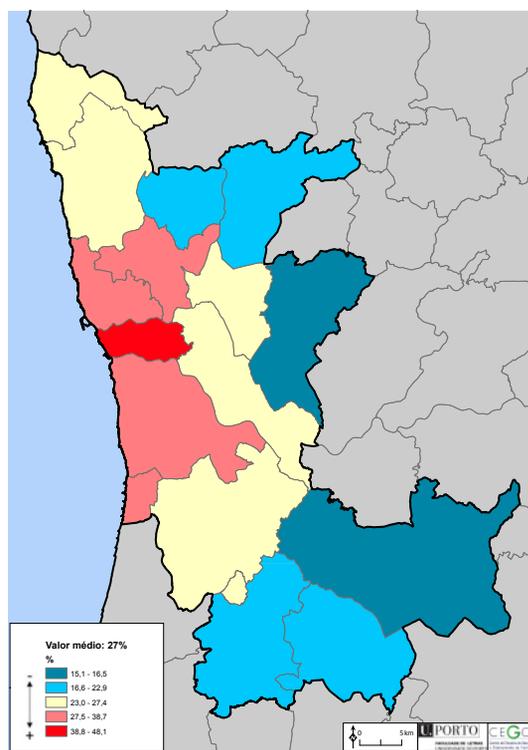
A meta europeia de escolarização da população residente, adotada por Portugal – “população residente com idade superior a 24 anos com, pelo menos, o ensino secundário completo” – é de 75%. De acordo com os dados do INE, em 2011, o

6. O indicador aqui usado diz respeito à população com mais de 15 anos e é, por isso, o mais inclusivo possível. Ainda assim, deve ser chamada a atenção para um facto: uma franja da população (nomeadamente a que se encontra na faixa dos 15 aos 24 anos) ainda está em idade normal de frequentar o sistema de ensino e, como tal, não completou ainda o nível máximo de escolaridade. Alguns totais em linha não chegam aos 100% dado o facto de alguns indivíduos terem completado formações pós-secundárias, de nível não superior. Uma última nota: a população entre os 15 e os 24 anos não representa, na AMP, mais de 10% do total da população.

valor deste indicador para a AMP era de 28,7%, indicando o ainda longo caminho que tem de ser percorrido pela AMP, e pelo País em geral, no que respeita aos níveis de escolarização da população residente com idade superior a 24 anos. Pese embora o esforço e resultados atingidos ao longo dos últimos anos em matéria de escolarização e qualificação da população, e com destaque para a segunda metade da década passada, o ritmo de evolução exigido e necessário à melhoria dos níveis de competitividade, coesão social e desenvolvimento económico tem de ser superior.

A figura 2.2 evidencia um outro indicador contemplado na definição das metas da educação e formação para 2020, adotados pela UE. Trata-se do indicador “diplomados” definido como a “% de população na faixa etária 30-34 anos com diploma de ensino superior”. A meta definida é de 40%. O valor da UE27 situava-se em 2011 em 34,6% e, em Portugal, o indicador assumia o valor de 28,6%, de acordo com os últimos censos. De acordo com a mesma fonte, na AMP, cerca de 27% da população na faixa 30-34 anos completou o ensino superior, sendo que no conjunto da Região Norte esta percentagem desce para os 26%. Na Área Metropolitana de Lisboa o indicador assume o valor de 35,8%, muito expressivo no contexto nacional, revelador da situação particular da Região de Lisboa no contexto nacional. Releva-se contudo que, também ao nível deste indicador e apesar da posição comparativa desfavorável no contexto europeu, a evolução verificada tem sido bastante positiva. No conjunto do País, entre 2006 e 2011 a percentagem de diplomados com idade 30-34 anos cresceu 7,7 e, em 2001, a percentagem de pessoas pertencentes a esta faixa etária com o ensino superior era, por exemplo, de apenas 11 em toda a Região Norte.

FIGURA 2.2 > População com idade entre os 30 e os 34 anos com pelo menos o ensino superior completo em 2011

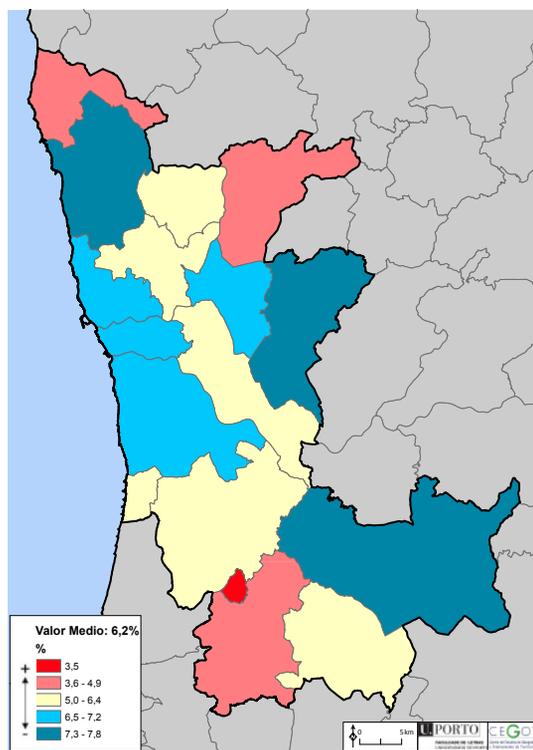


Fonte: INE (2012a)
- Censos 2011.

Ao nível dos concelhos, as assimetrias são evidentes – à medida que nos vamos deslocando do litoral para o interior e das zonas mais densamente povoadas para as zonas mais rurais, as percentagens descem bastante. Entre o Porto, o concelho com mais diplomados entre os 30-34 anos, e as regiões de Arouca e Paredes distam mais de 20 pontos percentuais. Os indicadores das regiões do Tâmega, e apesar da evolução verificada nos níveis de escolaridade desta zona de transição, chegam a ser, inclusivamente, dos mais baixos a nível nacional.

Fonte: INE (2012a)
- Censos 2011.

FIGURA 2.3 > Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular, em percentagem, em 2011



Retenção e desistência no ensino básico regular

No que diz respeito à retenção e desistência no ensino básico regular, os concelhos da AMP apresentaram, no último ano letivo para o qual existem dados disponíveis, um valor médio de 6,2%. Este é um valor que fica abaixo da média nacional de 7,5% e manifestamente inferior àquele que é apresentado pela AML, que se situa nos 8,9%. Está, de resto, ao nível de toda a Região Norte, que apresenta um valor de 6,1%.

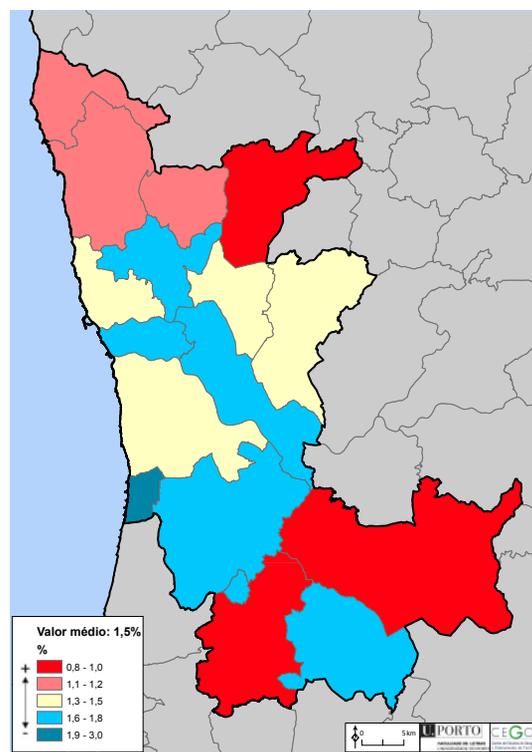
Embora se esteja a verificar uma descida destes valores, há a reter o seguinte: a taxa de desistência e retenção nalguns concelhos permanece

consideravelmente alta (Vila do Conde com 7,8%, Paredes com 7,7%, Arouca com 7,5%), sendo que nalguns concelhos esta tem vindo a aumentar recentemente (nomeadamente nos concelhos de Paredes, Arouca, Vale de Cambra, São João da Madeira e Vila do Conde).

Abandono escolar

A taxa de abandono escolar é um indicador da expressão do abandono do sistema educativo durante a escolaridade obrigatória. Na AMP o valor médio de abandono escolar, considerados os seus dezassete (17) concelhos, era de 1,5% em 2011. Em Portugal, a taxa de abandono escolar situava-se,

FIGURA 2.4 > Taxa de abandono escolar em 2011⁷



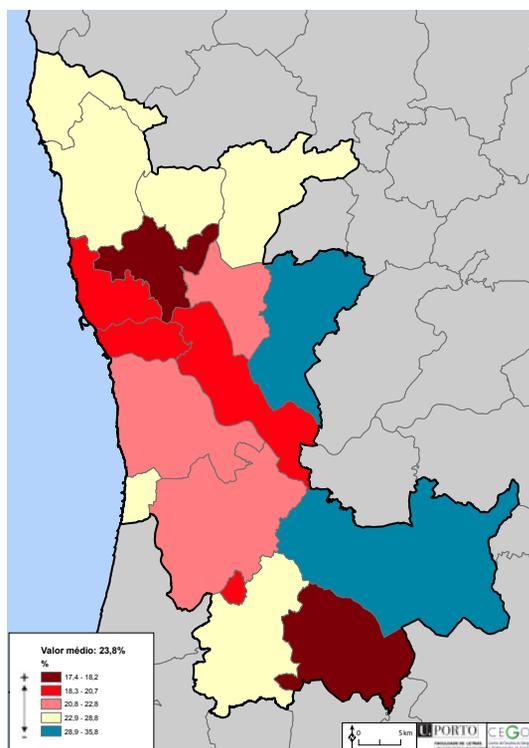
Fonte: INE (2012a) - Censos 2011.

7. Notar que à data destes dados a escolaridade obrigatória dizia apenas respeito à conclusão do ensino básico.

à data dos últimos Censos, nos 1,6% sendo que a AML apresentava uma taxa de 1,7% (ligeiramente superior aos valores nacional e médio da AMP). O concelho de Espinho apresenta, no contexto da AMP, uma taxa de abandono escolar relativamente elevada. Os concelhos do Porto, Maia, Gondomar, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, registam também percentagens de abandono escolar superiores ao valor médio registado para a AMP. Um sinal da importância desta problemática do abandono escolar e, nomeadamente dos seus impactos na inclusão social e no acesso à aprendizagem ao longo da vida, é a meta europeia definida para o Abandono Escolar Precoce, cujo indicador é definido como a “% de população entre os 18 e 24 anos que não estuda e tem no máximo o 9º ano de escolaridade”. A meta definida, adotada em Portugal, é a seguinte: atingir um valor inferior a 10% da população daquela faixa etária que não estuda e tem no máximo o 9º ano de escolaridade.

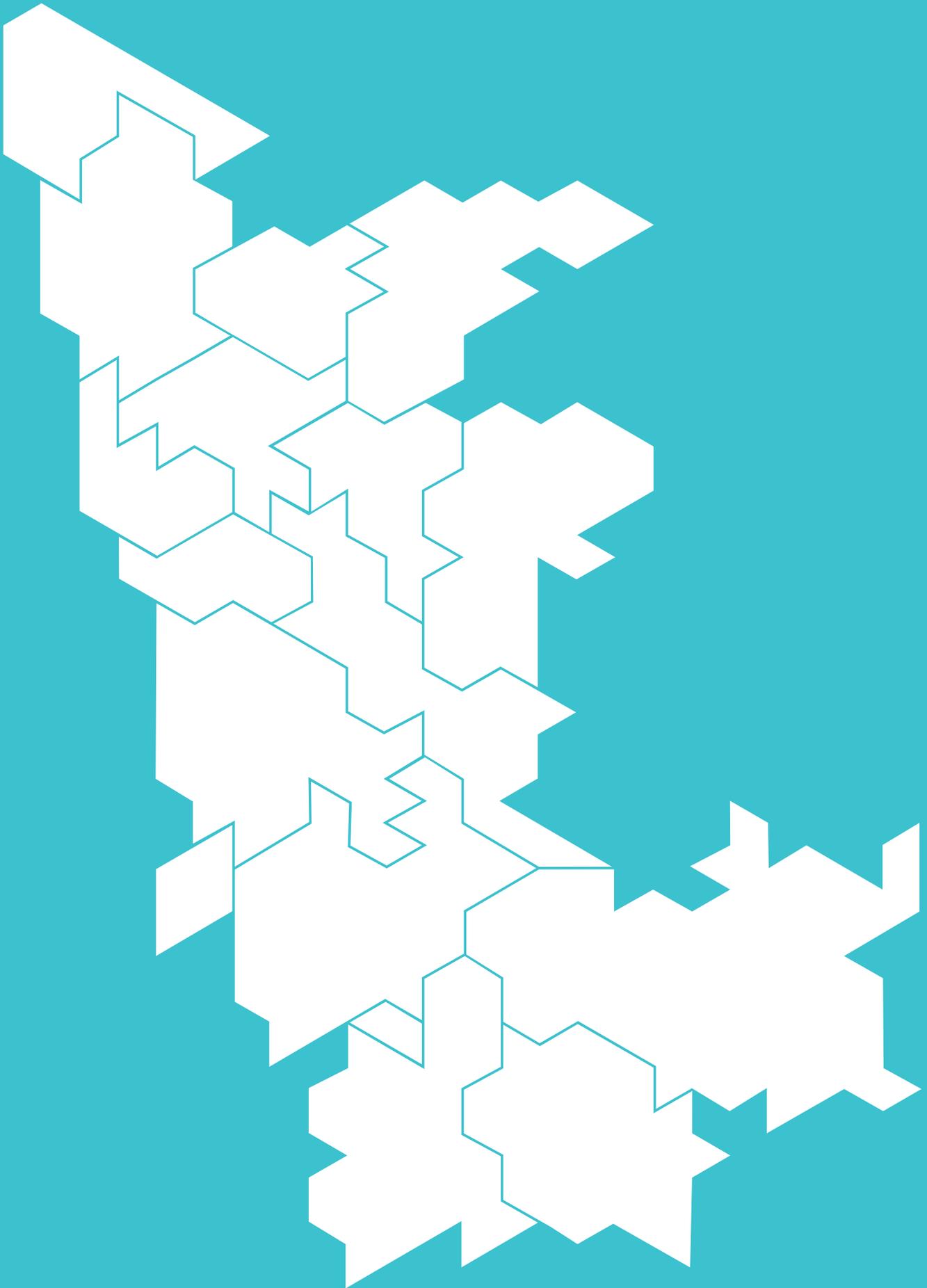
A Figura 2.5 mostra-nos o valor deste indicador na AMP em 2011, conforme dados dos censos. Uma primeira nota vai para o valor médio da AMP, que se situa num valor, 23,8%, bastante acima da meta desejada. Este valor, embora seja inferior aos 24,4% verificados no conjunto da Região Norte, está acima da média nacional de 22,1% e é bastante superior ao valor verificado na AML, que se cifra nos 18,8%. Há, contudo, e à semelhança do que se verifica ao nível dos indicadores de escolarização, que registar uma evolução positiva neste domínio. O abandono escolar no seio da população entre os 18 e os 24 anos tem diminuído significativamente, nas últimas duas décadas, em toda a Região Norte e na AMP em particular, acompanhando a evolução positiva no conjunto do território nacional. No que diz respeito à análise intra AMP, a figura

FIGURA 2.5 > População dos 18 aos 24 anos com o 3.º ciclo completo que não está a frequentar o sistema de ensino em 2011



Fonte: INE (2012a)
- Censos 2011.

permite identificar assimetrias expressivas. Se nos concelhos da Maia, São João da Madeira, Vale de Cambra, Porto, Matosinhos e Gondomar os valores se encontram abaixo da média nacional e abaixo da média da AMP, o mesmo não se pode dizer de Arouca e de Paredes (concelho comparativamente jovem no contexto da AMP), onde os valores superam os 30%. Ainda que não tão grave, a situação dos concelhos de Espinho, Oliveira de Azeméis, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Trofa e Santo Tirso também carece de maior atenção, visto que todos apresentam médias superiores ao território nacional.



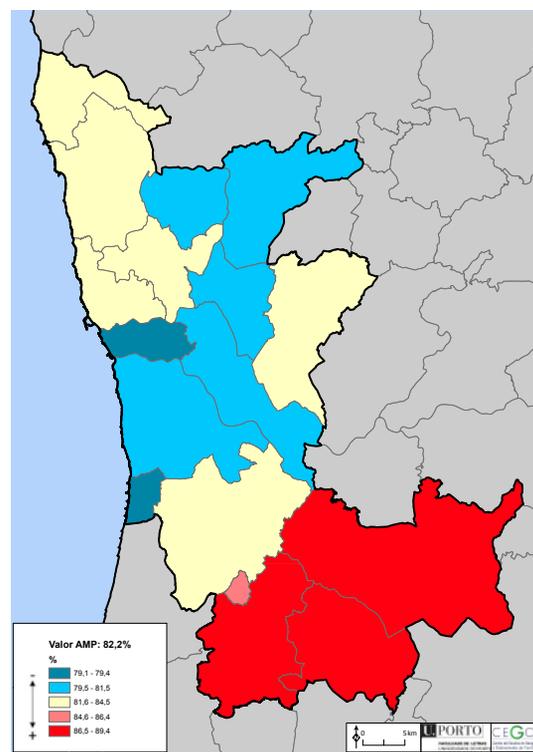
4

EMPREGO E DESEMPREGO

Uma das maiores preocupações expressas pela Comissão Europeia, inscrita na estratégia de crescimento para 2020, é a criação de emprego. Neste contexto, a meta europeia definida para a taxa de emprego da população entre 20-64 anos, é de 75%⁸, fixando-se assim como objetivo para 2020 que 3/4 da população residente com idade compreendida entre 20-64 anos esteja empregada. Este “valor meta” é ainda significativamente superior ao valor encontrado para a taxa de emprego⁹ em 2011 (INE) na AMP (64,3%), na Região Norte (cerca de 63,6%) e também no conjunto do País (66,2%). Deste modo, no território em estudo, o esforço de redução do desemprego e de captação para o mercado de trabalho de desencorajados e inativos terá de ser forte e, considerando o objetivo de cumprimento da meta, mais intenso do que no conjunto do País. No contexto intra AMP, verifica-se que 8 dos 17 concelhos apresentavam, em 2011, valores inferiores a 64,3%, com destaque para a relativamente baixa taxa de emprego nos concelhos do Porto e Espinho. No oposto, destacam-se os concelhos de Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira com taxas de emprego de, respetivamente, 70,3% e 69,1%.

Analisemos adicionalmente a percentagem de pessoas disponíveis para trabalhar que estão efetivamente a trabalhar, isto é, a taxa de emprego medida pela percentagem da população empregada na faixa etária 20-64 anos no total da população ativa. A taxa de emprego, assim calculada, permite isolar, retirando, o peso da inatividade, sendo o seu reverso a expressão do desemprego. De acordo com os dados do último recenseamento, esta taxa de emprego na AMP era de 82,2%, situando-se abaixo do valor da Região Norte (83,4%), do valor nacional (84,6%) e do valor da AML (84,7%). Esta situação espelha, fundamentalmente, a expressão do desemprego na Região Norte e, nomeadamente, na AMP, que se assume

FIGURA 4.1 Taxa de emprego em 2011¹⁰



Fonte: INE (2012a) - Censos 2011.

8. Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo; 2010; Comunicação da Comissão Europa 2020.

9. Taxa de emprego = população empregada com idade entre 20-64 anos/ população residente com idade entre 20-64 anos*100.

10. Taxa de emprego (população empregada de entre a população disponível para trabalhar) = população empregada na faixa etária 20-64 anos no total da população ativa

como um dos principais fatores de vulnerabilidade económica e social destes territórios.

No que diz respeito à análise intra território AMP, é possível identificar que os concelhos do Porto e Espinho são os que apresentam taxas de emprego mais baixas (ambas inferiores a 80%), ao passo que Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Arouca apresentam os registos mais elevados, com taxas superiores a 88%. São aliás estes últimos concelhos, juntamente com S. João da Madeira, que mais contribuem para que o valor da taxa de emprego da AMP não seja inferior.

Verifiquemos agora a variação do emprego, medida pela variação do número de pessoas ao serviço em empresas com mais de 10 pessoas ao serviço, que contribui para a compreensão das dinâmicas de emprego no território em análise. No período de quatro anos, compreendido entre 2007 e 2011, e segundo dados dos quadros de pessoal, a AMP apresentou uma diminuição de 10% de pessoas ao serviço nas empresas, o que constitui, por si só, um indicador preocupante. A questão torna-se tanto mais preocupante quando passamos para o nível intrarregional de análise e se verificam decréscimos bastante superiores na maior parte dos concelhos.

Dois concelhos da AMP – Matosinhos e Arouca – registam ligeiras variações positivas no emprego, entre 2007 e 2011 e quatro concelhos – Porto, Trofa, Maia e Vale de Cambra – registam decréscimos inferiores ao valor médio da AMP. Todos os outros (11) registam perdas acentuadas de emprego. Os casos mais preocupantes são os concelhos de Santo Tirso (decrécimo de 19% no emprego), Espinho (-16,19%), Vila do Conde (-15,4%) e o concelho mais populoso da AMP, Vila Nova de Gaia, com uma variação negativa na ordem dos 15%. O concelho do Porto perdeu

QUADRO 3.1 › Variação relativa do emprego, em percentagem, por concelho entre 2007 e 2011¹¹

Concelhos	2007/2011
Arouca	+3,30
Espinho	-16,19
Gondomar	-13,99
Maia	-2,28
Matosinhos	+0,23
Oliveira de Azeméis	-11,32
Paredes	-14,09
Porto	-7,66
Póvoa de Varzim	-13,97
Santa Maria da Feira	-14,86
Santo Tirso	-19,10
São João da Madeira	-12,59
Trofa	-9,45
Vale de Cambra	-7,14
Valongo	-13,63
Vila do Conde	-15,40
Vila Nova de Gaia	-15,08
AMP	-10,01

Fonte: Ministério do Emprego e Segurança Social (2012).

quase 10 mil postos de trabalho no período considerado (-7,66%). Apenas Arouca, o concelho com menos peso neste indicador, registou uma variação positiva digna de destaque, ao passo que Matosinhos apresenta um valor residual de variação positiva. Contudo, o caso de Matosinhos é igualmente digno de preocupação se verificarmos que a variação foi de -9% quando considerado apenas o período entre 2009 e 2011.

Para além da diminuição do emprego, importa também evidenciar a vulnerabilidade económica e social decorrente da expressão da inatividade e desemprego, quando comparada com o volume de emprego, o que contribui para a explicação do

11. Estes valores dizem respeito ao número de pessoas ao serviço em empresas com 10 ou mais trabalhadores

Fontes: INE (2012a)
- Censos 2011; INE (2012b)
- Anuário Estatístico.

Local/Condição	Desempregados	Estudantes	Domésticos	Reformados, aposentados ou na reserva	Incapacitados permanentes para o trabalho	Outros casos	Total inativos/ativos sem trabalho
Portugal	15,18	15,14	9,62	53,63	3,24	9,31	106,13
AML	14,86	13,73	6,88	48,28	2,32	8,81	108,49
AMP	18,67	15,04	8,75	47,68	3,54	9,62	95,08
Arouca	8,83	15,95	17,33	50,79	5,96	7,74	132,65
Espinho	22,52	16,16	11,51	64,27	6,10	12,08	103,79
Gondomar	20,31	14,92	10,04	46,26	3,17	9,09	84,32
Maia	16,37	13,38	6,39	38,12	2,10	7,95	100,33
Matosinhos	17,68	14,61	7,99	47,41	2,73	9,92	136,53
Oliveira de Azeméis	9,71	13,63	8,50	44,61	4,37	6,12	99,21
Paredes	18,34	14,67	14,58	32,87	3,54	9,40	96,13
Porto	21,34	17,98	7,87	71,92	3,49	13,93	94,82
Póvoa de Varzim	16,05	16,63	11,41	42,06	3,50	9,55	104,17
Santa Maria da Feira	17,39	14,95	8,80	41,42	5,11	8,56	93,40
Santo Tirso	21,02	14,58	4,30	56,99	2,93	8,68	106,60
São João da Madeira	12,37	15,17	5,33	42,68	4,18	7,26	96,23
Trofa	20,22	15,38	8,14	39,28	2,76	9,31	86,96
Vale de Cambra	8,84	15,83	14,08	56,71	6,13	6,38	86,99
Valongo	20,38	13,90	8,38	41,22	2,98	9,27	107,97
Vila do Conde	16,95	14,17	8,45	43,04	3,33	8,88	94,89
Vila Nova de Gaia	21,84	14,68	8,36	45,61	3,82	9,86	103,29

afastamento da AMP da meta europeia definida para a taxa de emprego.

Analisando a condição perante o trabalho dos indivíduos com 15 ou mais anos de idade, constatamos que em Portugal, tal como na AML, o número dos inativos e dos ativos sem trabalho é já superior ao dos ativos empregados. Contudo, o território em estudo apresenta um cenário de relativa menor dependência (o número de inativos e ativos sem trabalho é de 95% do número de ativos empregados). São os reformados quem, na AMP, maior expressão assumem no conjunto dos

“não empregados”, seguindo-se os desempregados e só depois os estudantes.

Atividade económica e valorização do trabalho

Verifiquemos agora a situação ao nível do emprego por grande setor de atividade económica em cada uma das regiões que temos vindo a acompanhar.

O setor terciário económico é o que emprega mais pessoas na AMP, seguido do setor secundário, do

12. Trata-se de um indicador do INE que equaciona os seguintes elementos: população residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por local de residência (à data dos Censos 2011), sexo, grupo etário, condição perante o trabalho e nível de escolaridade; Decenal.

População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Sector de atividade económica e Situação na profissão; Decenal

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Sector de atividade económica							
	Sector primário		Sector secundário		Sector terciário (social)		Sector terciário (económico)	
	N.º		N.º		N.º		N.º	
Santo Tirso	244	0,8%	14 450	48,9%	5 873	19,9%	9 002	30,4%
Trofa	310	1,8%	8 079	47,9%	2 619	15,5%	5 869	34,8%
Espinho	88	0,7%	3 710	31,1%	3 620	30,4%	4 507	37,8%
Gondomar	310	0,4%	16 884	24,2%	19 629	28,1%	32 946	47,2%
Maia	372	0,6%	15 444	25,3%	16 500	27,0%	28 736	47,1%
Matosinhos	477	0,6%	15 464	20,6%	21 635	28,8%	37 483	49,9%
Porto	242	0,3%	12 633	14,3%	32 226	36,4%	43 351	49,0%
Póvoa de Varzim	2 204	8,3%	7 814	29,4%	6 636	24,9%	9 947	37,4%
Valongo	140	0,4%	11 383	28,5%	10 588	26,5%	17 821	44,6%
Vila do Conde	2 577	7,5%	11 677	34,2%	7 464	21,8%	12 468	36,5%
Vila Nova de Gaia	556	0,4%	32 332	25,8%	33 495	26,8%	58 831	47,0%
Paredes	412	1,1%	16 723	45,7%	7 222	19,8%	12 208	33,4%
Arouca	603	6,6%	4 181	45,7%	1 799	19,7%	2 563	28,0%
Santa Maria da Feira	436	0,7%	27 689	46,3%	11 772	19,7%	19 864	33,2%
Oliveira de Azeméis	380	1,2%	17 775	56,4%	4 987	15,8%	8 380	26,6%
São João da Madeira	20	0,2%	4 478	45,1%	2 047	20,6%	3 395	34,2%
Vale de Cambra	196	2,0%	5 132	53,5%	1 798	18,7%	2 474	25,8%
AMP	9 567	1,3%	225 848	30,7%	189 910	25,8%	309 845	42,1%
AML	8 810	0,7%	203 141	16,6%	377 982	30,9%	633 343	51,8%
Norte	43 023	2,9%	533 848	35,5%	379 768	25,3%	545 244	36,3%
Portugal	133 386	3,1%	1 154 709	26,5%	1 254 273	28,8%	1 818 819	41,7%

Fonte: INE (2012a)
- Censos 2011.

setor terciário social e, por último, do setor primário. Contudo, o setor secundário é mais preponderante na AMP (com 30,7%) do que na AML e no restante território nacional, onde ocupa apenas a terceira posição. O setor primário tem maior expressão em termos de emprego na AMP, comparativamente com a AML, mas menor importância

relativa quando comparado com a Região Norte e o território nacional. Se retirarmos o setor primário da equação, a população empregada distribui-se mais equitativamente pelos restantes setores na Região Norte e AMP do que na AML. Do ponto de vista intra AMP podemos retirar as seguintes ilações: o setor primário tem muito

FIGURA 3.2 > Ganho médio mensal (em €) dos trabalhadores por conta de outrem em 2011

Fonte: INE (2012a) - Censos 2011.

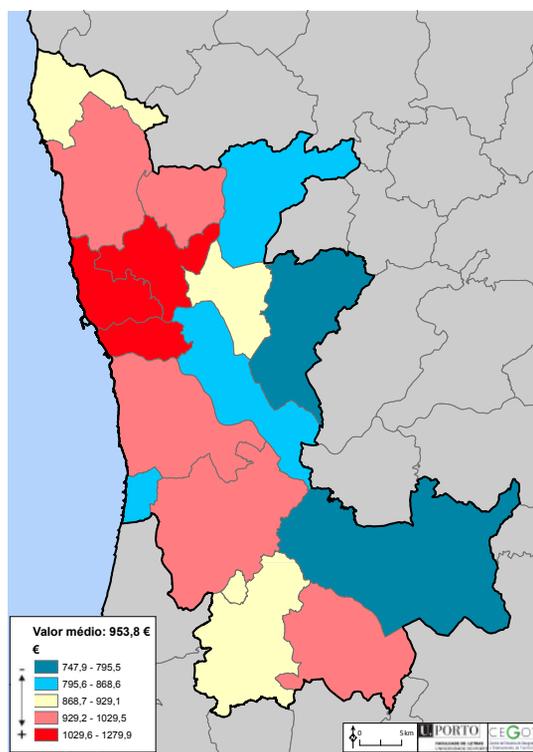
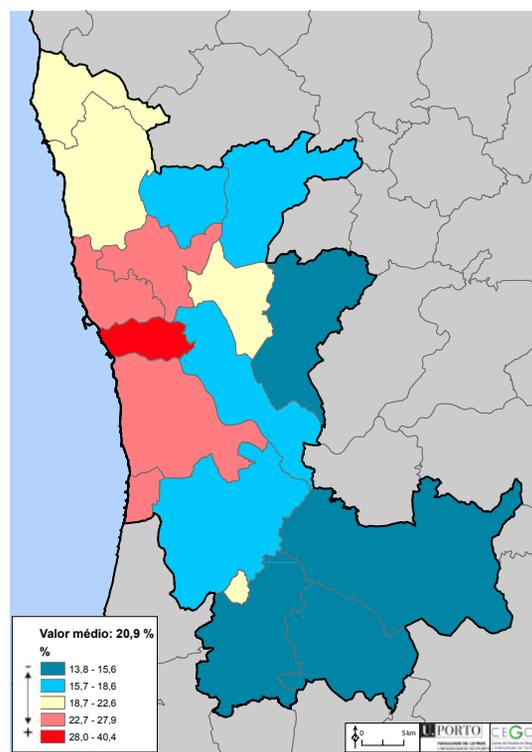


FIGURA 3.3 > Proporção de profissionais socialmente mais valorizados na AMP, em 2011



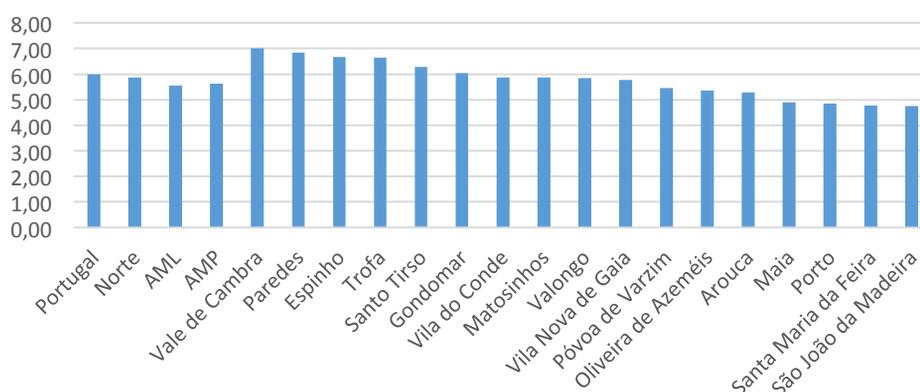
maior preponderância nos concelhos de Arouca, Vila do Conde e Póvoa de Varzim do que nos restantes concelhos, apresentando também médias muito superiores às nacionais; o setor secundário é o que emprega mais gente nos concelhos do Ave, Entre Douro e Vouga e Paredes, ao passo que assume um valor manifestamente baixo no concelho do Porto; o setor terciário (social) assume maior protagonismo nos concelhos do Porto e Espinho do que em qualquer outro município; o setor terciário económico é o mais preponderante nos concelhos do Grande Porto.

Uma dimensão importante do mercado de trabalho é a que dá conta do ganho médio mensal dos

trabalhadores por conta de outrem. Ela traduz disparidades entre regiões em termos de tipologia de empregos, qualificações e, também, características do tecido empresarial.

Os ganhos médios mensais na AMP variam entre os 747€ do concelho de Arouca e os 1279€ do concelho do Porto. Entre os dois concelhos, que representam pólos opostos, está mais do que um ordenado mínimo de diferença (532€ distam Arouca e Porto). Num primeiro patamar, com rendimentos inferiores a 800€, encontram-se Paredes e Arouca. Um segundo patamar é preenchido por Santo Tirso, Espinho e Gondomar, com ganhos médios inferiores a 900€. Acima dos 1000€

FIGURA 3.4 › Trabalhadores não qualificados em percentagem¹³



Fontes: INE (2012b)
– Anuário Estatístico; INE
(2012a) – Censos 2011.

encontram-se, por ordem crescente, os concelhos de Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia e Porto. Uma vez mais, verificam-se disparidades significativas no interior da AMP. Procedendo a comparações com a congénere metropolitana de Lisboa, nenhum concelho apresenta ganhos médios mensais ao nível dos verificados na AML, sendo aqueles superiores nesta última região. Apenas o Porto apresenta uma diferença inferior a 100€. O ganho médio mensal tem, conforme referido, uma relação com o grau de qualificação do trabalho. A figura seguinte regista os valores de um indicador de valorização social dos postos de trabalho, medido pelo peso das profissões mais valorizadas no conjunto das profissões (CNP).

Verifica-se, ao nível da AMP, a seguinte situação: por um lado, o Porto, concelho com destacada proporção de profissionais socialmente mais valorizados e, por outro lado, a realidade de concelhos contíguos em que as percentagens vão diminuindo gradualmente, numa clara distinção entre as zonas mais urbanas/litorais e as zonas mais rurais/interiores.

Os baixos níveis de qualificação e a ausência

desta são, ainda, problemas nacionais, regionais e concelhios com expressão e com implicações na empregabilidade, na produtividade, na competitividade e na inclusão social. Podemos constatar que a AMP não se afasta muito dos cenários apresentados pelo contexto nacional e pela AML no que se refere à percentagem de trabalhadores não qualificados no total da população residente. Em 2011, a AMP regista uma proporção de 5,62% de trabalhadores não qualificados no total de residentes na AMP, enquanto a média portuguesa atinge os 5,98%, a AML 5,56% e o Norte de Portugal 5,87%. Dentro da AMP, apenas sete dos seus concelhos exibem valores abaixo dos 5,62%. Os concelhos de Vale de Cambra, Paredes e Espinho são os que apresentam os valores mais elevados de percentagem de trabalho não qualificado (respetivamente, com 7,01%, 6,85% e 6,66%).

Dinâmicas empresariais

Passando agora para o nível das dinâmicas empresariais, identificamos o volume de novas sociedades geradas na AMP, o volume de sociedades

13. Trata-se de um indicador do INE que cruza a População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Grupo socioeconómico; Decenal. Assim, a % de trabalhadores não qualificados é obtida pela agregação dos valores referentes às categorias Trabalhadores administrativos do comércio e serviços não qualificados, operários não qualificados, trabalhadores não qualificados do sector primário e trabalhadores não qualificados admitidas pelo INE.

QUADRO 3.4 › Sociedades constituídas na AMP entre 2007 e 2012

Fonte: INE.

	Total 2007-2012	2010	2011	2012
Arouca	300	48	43	41
Espinho	449	53	89	83
Santa Maria da Feira	2298	391	466	361
Oliveira de Azeméis	853	126	152	138
São João da Madeira	544	93	104	88
Vale de Cambra	252	34	53	50
Gondomar	1964	307	350	302
Maia	2886	454	471	419
Matosinhos	3508	553	585	570
Paredes	1241	191	212	190
Porto	7543	1153	1313	1309
Póvoa de Varzim	1197	201	217	208
Santo Tirso	1060	178	166	172
Valongo	1362	216	212	203
Vila do Conde	1400	269	244	242
Vila Nova de Gaia	4906	747	869	795
Trofa	785	128	129	130
AMP	32548	5142	5675	5301
Contínente	174297	27128	29445	27657

dissolvidas na mesma região e as insolvências, utilizando dados que apresentam a evolução no período de seis anos, entre 2007-2012.

Relativamente à constituição de sociedades, as tendências gerais que importa sublinhar são as seguintes:

- no período considerado foram constituídas 32.548 sociedades na AMP (18% das sociedades constituídas no Continente), sendo que aproximadamente 50% o foram nos últimos 3 anos (2010-2012);
- 71% das sociedades foram constituídas em seis (6) dos dezassete (17) concelhos da AMP, sendo que cinco (5) deles pertencem ao Grande Porto

– Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia – e um (1) ao Entre Douro e Vouga – Santa Maria da Feira¹⁴. São também estes os seis (6) concelhos da AMP os responsáveis por 71% do tecido empresarial da AMP no ano de 2012;

- em todos os concelhos da AMP, e acompanhando a tendência verificada para o Continente, se verifica um decréscimo do número de sociedades constituídas entre 2011 e 2012; contudo, se alargarmos o período, considerando 2010 e 2012, e no conjunto da AMP, verificou-se um ligeiro aumento no número de sociedades constituídas;
- na grande maioria dos concelhos, o número de

14. Consideraram-se os concelhos em que a respetiva criação de empresas no total do período 2007-2012, foi igual ou superior a 5% das empresas criadas no total da AMP no mesmo período.

Fonte: INE.

	Sociedades dissolvidas				Insolvências			
	Total 2007-2012	2010	2011	2012	Total 2007-2012	2010	2011	2012
Arouca	152	11	28	46	29	2	7	8
Espinho	535	58	91	93	78	18	12	21
Santa Maria da Feira	2258	254	519	394	661	134	124	183
Oliveira de Azeméis	1013	91	139	177	352	73	72	87
São João da Madeira	861	69	108	127	248	44	46	64
Vale de Cambra	206	40	31	48	33	8	8	9
Gondomar	2201	300	394	416	447	84	84	107
Maia	2830	371	636	615	740	126	150	205
Matosinhos	3806	340	599	604	586	102	109	170
Paredes	977	141	236	226	434	75	98	153
Porto	10895	721	1274	2031	1512	276	290	333
Póvoa de Varzim	1325	165	193	260	290	40	54	84
Santo Tirso	1403	222	191	222	441	98	91	124
Valongo	1302	140	208	203	279	49	57	79
Vila do Conde	1178	90	236	217	302	58	58	82
Vila Nova de Gaia	4978	436	816	762	949	166	185	247
Trofa	952	80	128	154	290	45	53	81
AMP	36872	3529	5827	6595	7671	1398	1498	2037
Continente	192036	22801	30684	31756	30277	5592	6198	8751

sociedades constituídas em 2012 foi inferior ao respetivo número em 2007. Exceção para os concelhos de Espinho, Vale de Cambra, Póvoa de Varzim e Vila do Conde e, também, para o concelho do Porto, que registaram um número idêntico de sociedades constituídas em 2007 e 2012.

Para que possamos avançar um pouco mais na análise das dinâmicas empresariais, importa considerar os processos de dissolução de sociedades bem como as insolvências.

A análise conjunta destes dados permite retirar um conjunto de conclusões relativas à criação líquida de sociedades, evidenciando uma quebra

de dinâmica empresarial e um crescimento significativo das insolvências nos últimos anos, realidades que se associam à já verificada expressiva diminuição do emprego na AMP entre 2009 e 2011. As principais observações decorrentes da análise são então as seguintes:

- verificou-se no período de seis anos considerados nesta análise (2007-2012) uma destruição significativa de sociedades (sociedades construídas – sociedades dissolvidas) na AMP (-17739 sociedades). As sociedades dissolvidas representaram 19,2% do total de sociedades dissolvidas no Continente português, superior ao corresponde peso em termos de

criação de sociedades, o que evidencia o contributo negativo da dinâmica empresarial da AMP para o contexto nacional;

- os seis concelhos que mais contribuíram para a criação de sociedades na AMP são também os concelhos que mais contribuíram para a dissolução de sociedades, o que aponta para uma eventual recomposição do perfil económico e empresarial desta região;
- verificamos um saldo positivo de criação de sociedades em apenas sete (7) dos dezasseite (17) concelhos da AMP – Arouca, Feira e Vale Cambra, a sul, Maia, Valongo e Vila do Conde, no Grande Porto e, ainda, Paredes, enquadrado na região do Tâmega com forte tradição industrial;
- se ao número de sociedades dissolvidas na AMP acrescentarmos as insolvências no mesmo período (7671) encontramos uma destruição líquida de 11995 empresas (agora também com insolvências);
- a dissolução de sociedades cresceu significativamente entre 2010 e 2012 (87%) e o número de insolvências também (45%);
- apenas em dois concelhos da AMP – Arouca e Vale de Cambra – a criação líquida de sociedades, entrando em linha de conta com as insolvências, é positiva. Contudo, e apesar desta dinâmica empresarial favorável, estes são concelhos em que a expressão do tecido empresarial e do emprego, no contexto da AMP, é relativamente pouco significativa.

Constata-se assim que para além da quebra significativa de emprego registada nos últimos anos na AMP (dados até 2011), se assistiu globalmente à destruição de empresas, com as insolvências a assumirem uma expressão significativa. Releva-se também a existência de

diferentes realidades concelhias, com os concelhos mais empregadores a registarem fortes quebras de número de sociedades e de emprego e dinâmicas positivas nalguns concelhos situados na envolvente do Grande Porto.

Desemprego: evolução e contornos

O desemprego é, porventura, a maior preocupação social da última década e aquela que atravessa uma camada maior da população, sendo transversal às faixas etárias e aos grupos sociais. O desemprego tem repercussões a todos os níveis e em campos aparentemente tão díspares como o rendimento e as condições de vida, a inserção social e a saúde mental, configurando-se como um dos fenómenos com maior impacto no que respeita à coesão, sustentabilidade e competitividade dos territórios. De acordo com o INE, e mais concretamente os dados do censo de 2011, a taxa de desemprego – medida pela percentagem da população desempregada na população ativa – era, em Portugal, 13,2%. Na AMP a taxa de desemprego assumia um valor médio de 14,5%, expressando a relevância deste fenómeno no território em estudo. No final de 2012, estavam registadas 153.141 pessoas desempregadas (51,8% dos desempregados inscritos no total da Região Norte).

O quadro 3.6 permite-nos aferir a evolução do desemprego nos últimos 4 anos¹⁵, através da utilização de dados, mais recentes, publicados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional. Considerando a AMP, podemos perceber que o número de desempregados inscritos nos centros de emprego subiu mais de 27% desde 2009, uma percentagem semelhante à da totalidade da Região Norte (de 29%) e inferior àquela que foi verificada na AML (37%).

¹⁵ Sinaliza-se o facto da totalidade da população desempregada não estar refletida, necessariamente, no número de inscritos no centro de emprego.

QUADRO 3.6 › Desempregados inscritos no centro de emprego e de formação profissional

Fonte: IEFP (2012).

Territórios	Total (em Dezembro)			
	Anos	2009	2012	Varição 2009/2012
Norte		228494	295598	29,3%
Santo Tirso		6901	7670	11,1%
Trofa		3598	4266	18,5%
Espinho		3372	3304	-2,1%
Gondomar		11194	16474	47,1%
Maia		8186	11045	34,9%
Matosinhos		8835	12882	45,8%
Porto		14530	19523	34,3%
Póvoa de Varzim		4204	4740	12,7%
Valongo		7279	9381	28,8%
Vila do Conde		5493	5747	4,6%
Vila Nova de Gaia		25960	33349	28,4%
Paredes		5653	8079	42,9%
Arouca		701	991	41,3%
Oliveira de Azeméis		2893	3333	15,2%
Santa Maria da Feira		9172	10172	10,9%
São João da Madeira		1236	1345	8,8%
Vale de Cambra		743	840	13%
AMP		119950	153141	27,6%
AML		120135	164650	37%

Nenhum dos concelhos da AMP registou, no período considerado, qualquer descida no número de inscritos nos respetivos centros de emprego. De entre os concelhos cujo crescimento do número de inscritos foi mais acentuado, encontram-se Gondomar (+47%) Matosinhos (+45%), Paredes (+42%), Porto (+34%), Maia (+34%) e Vila Nova de Gaia (+28%). Os restantes concelhos do litoral, a norte e sul do Porto e Gaia, bem como os concelhos mais interiores, à exceção de Paredes, não registaram subidas tão significativas.

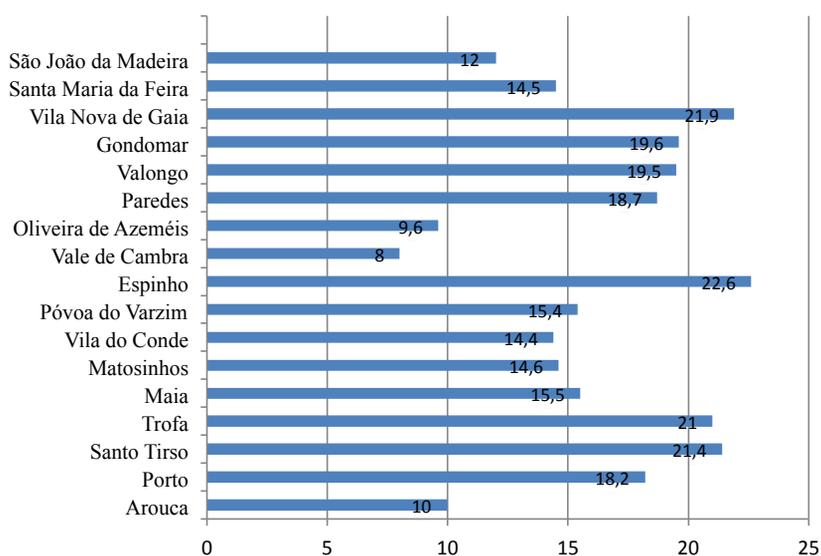
Analisada a evolução do número de inscritos no centro de emprego, importa agora dar conta do peso da população desempregada sobre a totalidade da população ativa, através do valor da taxa de desemprego em Fevereiro de 2013, publicada pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Como se pode verificar no figura 3.5, a situação intra AMP é bastante diversificada. Metade dos concelhos da AMP (8 dos 17 concelhos) apresentam taxas de desemprego superiores à taxa de desemprego nacional (17,5%, à data), sendo que nos concelhos de Santo Tirso, Trofa, Espinho, Gondomar, Valongo, Porto, Paredes e Vila Nova de Gaia a taxa de desemprego se aproxima ou ultrapassa os 20%. O problema é tanto mais preocupante se considerarmos que as maiores taxas de desemprego se verificam em concelhos bastante populosos (Porto, Vila Nova de Gaia,

Espinho, Gondomar, Valongo). O desemprego é também um fenómeno social com impactos muito particulares nomeadamente nos grupos etários e no género, exigindo qualidade, diferenciação e coerência nas intervenções.

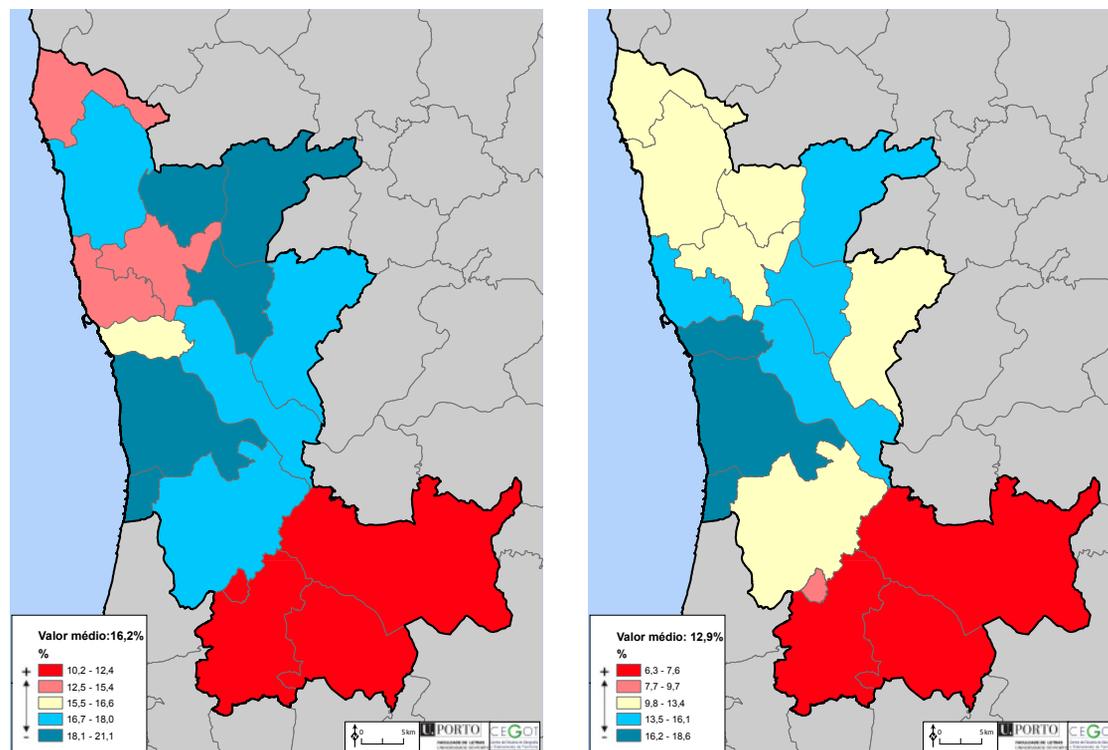
Utilizando os dados do INE de 2011, verificamos que na AMP, e à semelhança do que ocorre em termos nacionais, o valor médio da taxa de desemprego feminino é significativamente superior ao valor médio da taxa de desemprego masculino. Esta situação é causa e efeito de desigualdades nas oportunidades de acesso à formação e ao mercado de trabalho e, também, de desigualdades verificadas no seio deste, nomeadamente, maior prevalência de situações de precariedade laboral e menores rendimentos provenientes do trabalho. Apenas um concelho da AMP – o Porto – apresenta uma taxa de desemprego feminino (16,6%) inferior à taxa de desemprego masculino

FIGURA 3.5 Taxa de desemprego em percentagem em Fevereiro de 2013



Fonte: Instituto de Emprego Formação de Pessoal (2013).

FIGURA 3.6 › Taxas de desemprego feminina e masculina em 2011



(18,6%). Todos os outros 16 concelhos apresentavam taxas de desemprego femininas superiores às masculinas, embora em grau diferente. Assim, os concelhos de Matosinhos e Gondomar apresentam diferenças entre sexos inferiores a 2pp. Por seu turno, os concelhos de Arouca, Trofa, Espinho, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila Nova de Gaia, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Vale de Cambra apresentam entre 2 e 4pp de disparidade entre sexos. No topo das disparidades estão os concelhos de Vila do Conde, Paredes e Santa Maria da Feira. Por fim, uma palavra para o concelho da Trofa, onde o desemprego feminino é 8,3 pp superior ao desemprego masculino (21,2%

das mulheres desempregadas comparativamente aos 12,9% de homens). Também no que respeita aos grupos etários, e apesar do seu caráter transversal, o desemprego apresenta incidências e evoluções diferentes.

Em 2011, segundo dados do INE, o valor médio da taxa de desemprego da AMP era, conforme já referido, de 14,5%, com Espinho a registar então a mais elevada taxa de desemprego. No mesmo ano, a taxa de desemprego jovem na AMP assumia um valor médio de 26,7%. Apesar de menos significativo que na AML, o desemprego jovem (15-24 anos) na AMP é preocupantemente expressivo, assumindo valores muito elevados

Fonte: INE (2012a) –
Censos 2011

Territórios	Total	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
	2011	2011	2011	2011	2011	2011
Santo Tirso	17,4	21,8	12,0	12,7	20,9	29,3
Trofa	16,8	22,2	12,2	14,5	18,8	25,0
Espinho	18,4	36,0	17,3	16,0	16,8	19,1
Gondomar	16,9	32,4	14,7	14,1	16,6	18,6
Maia	14,1	29,8	12,0	10,8	14,8	17,9
Matosinhos	15,0	32,9	13,6	11,8	14,2	16,6
Porto	17,6	38,8	18,1	15,3	16,1	15,5
Póvoa de Varzim	13,8	24,6	12,7	10,7	13,6	16,9
Valongo	16,9	31,4	14,2	14,5	17,4	18,4
Vila do Conde	14,5	25,1	12,0	11,5	14,9	19,4
Vila Nova de Gaia	17,9	33,7	15,3	15,4	18,0	20,2
Paredes	15,5	25,1	12,5	13,1	16,1	19,2
Arouca	8,1	17,6	6,5	6,1	7,3	9,7
Oliveira de Azeméis	8,9	18,2	8,1	6,0	7,8	12,6
Santa Maria da Feira	14,8	25,4	11,3	12,4	15,2	20,8
São João da Madeira	11,0	20,1	10,2	8,6	10,1	15,4
Vale de Cambra	8,1	19,6	8,4	5,8	6,2	9,3
AML	12,9	30,7	12,1	10,7	11,5	12,8
Portugal	13,2	27,9	12,4	10,8	12,0	13,8

em todos os seus concelhos; em todos, as taxas de desemprego jovem são superiores à taxa de desemprego global da AMP. Acresce que, e à exceção de Arouca, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, todos os outros concelhos registavam, em 2011, taxas de desemprego jovem superiores a 20%, sendo que em seis (6) concelhos – Espinho, Gondomar, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia – a taxa de desemprego jovem é, no ano considerado, superior a 30%.

Na AMP, o desemprego das faixas etárias mais elevadas da população ativa, nomeadamente daqueles que têm mais de 55 anos, é bastante expressivo (17,6%, valor médio) quando

comparado com a AML (12,8%). Em 2011, e em catorze (14) dos dezassete (17) concelhos da AMP, a taxa de desemprego dos indivíduos com mais de 55 anos assumia um valor superior a 14,5% (taxa de desemprego global da AMP em 2011, INE) e em nove (9) deles esta taxa de desemprego era superior ao valor médio da AMP. Uma vez mais, o concelho de Espinho destacava-se aqui pelo facto de em nenhuma faixa etária a taxa de desemprego ser inferior a 16% (percentagem que, a nível nacional, só é superada para o desemprego jovem).

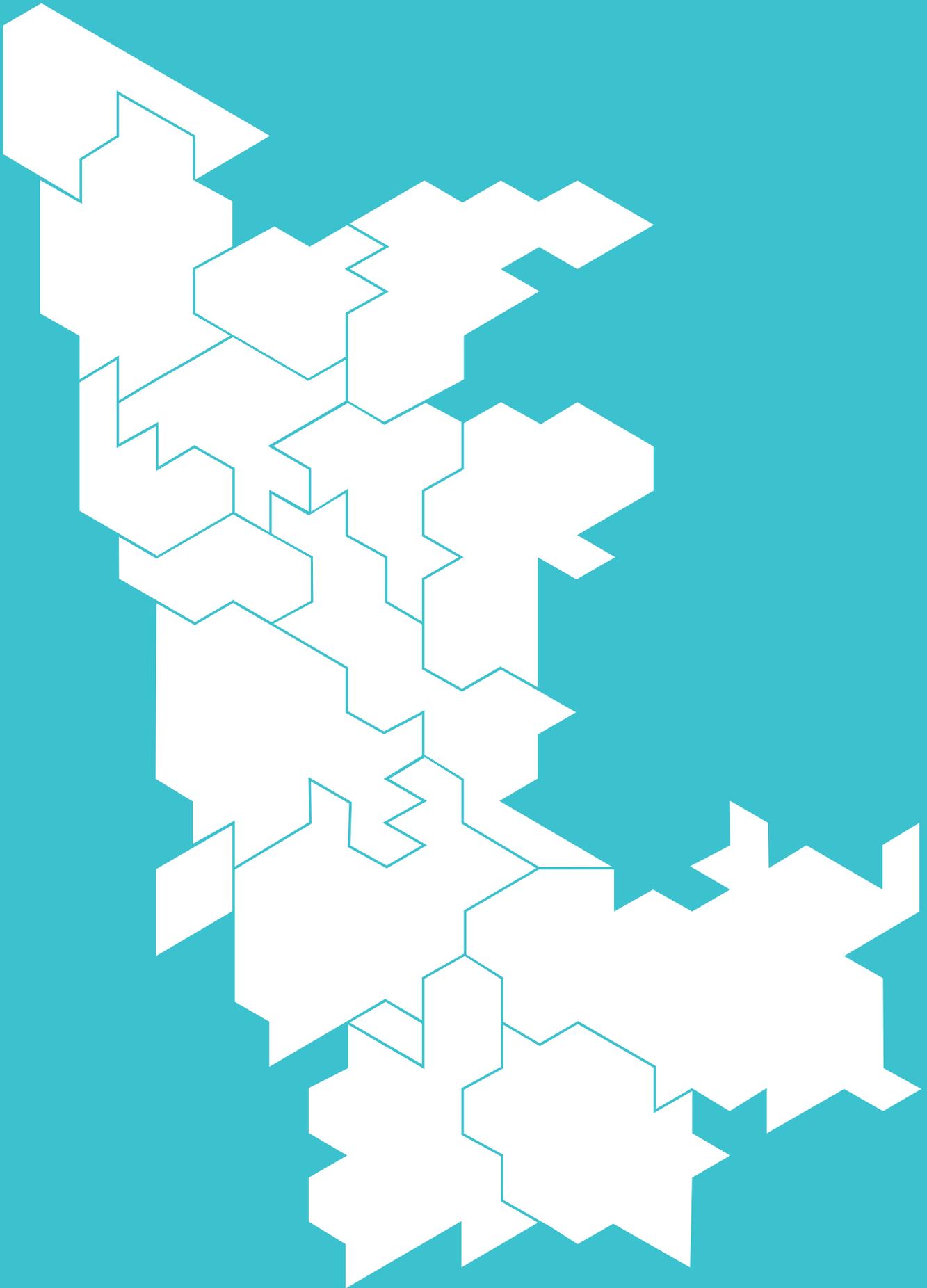
Por fim, um olhar sobre o desemprego de longa duração e o desemprego pouco escolarizado,

dimensões que agravam significativamente o impacto de um fenómeno já por si complexo. A situação do desemprego de longa duração da AMP agravou-se entre 2007 e 2012, tendo subido, na ordem dos 62 pp, a percentagem de pessoas que estavam desempregadas há mais de um ano. O crescimento mais forte do desemprego de longa duração registou-se a partir de 2009. Em 2012, a percentagem de desempregados de longa duração (desempregados inscritos há mais de um ano) no conjunto total de desempregados era de 48% (INE, 2012) no território em estudo, sendo mais expressivo que no território continental (40%). Espinho, Santo Tirso, Vila Nova de Gaia e Trofa são os quatro(4) concelhos da AMP onde o desemprego de longa duração assumia, em 2012, uma expressão superior a 50% do desemprego total. Santa Maria da Feira e Paredes são territórios em que o desemprego de longa duração se afigura também bastante expressivo (48% do total). Segundo dados do INE relativos a 2012, 46,3% dos desempregados registados na AMP tinham nível de escolaridade igual ou inferior ao 2º ciclo

do ensino básico, situação mais desfavorável do que a encontrada para o território do Continente onde aquela percentagem era de 42,5%. Os concelhos da Trofa, Santo Tirso, Santa Maria da Feira e, sobretudo Paredes, são aqueles em o desemprego pouco escolarizado representa mais de 50% do desemprego total, sendo que em Espinho, Vila Nova de Gaia e Oliveira de Azeméis o desemprego pouco escolarizado assume valores em próximos dos 48%.

Ainda que seja necessário aprofundar e complementar estes dados para concluir sobre relações causa efeito, neste território, entre as dimensões do desemprego aqui consideradas, é possível equacionar uma relação entre desemprego de longa duração e desemprego pouco escolarizado que parece ser transversal ao território nacional e que, no contexto da AMP, assume uma expressão particularmente significativa nos concelhos mais rurais e, também, em concelhos com tradição industrial e de emprego pouco qualificado.

Às situações de afastamento mais prolongado do mercado de trabalho, associa-se a dimensão crítica da escolarização da grande maioria dos desempregados. Embora os níveis de escolarização da população ativa tenham evoluído significativamente, nomeadamente desde final da última década e, conseqüentemente, os níveis de escolarização da população desempregada tenham também melhorado, é ainda muito preocupante, pelos impactos gerados na vida das pessoas e na sua empregabilidade, a baixa escolarização e qualificação da população desempregada, particularmente no território em estudo.



5

CONDIÇÕES
DE VIDA

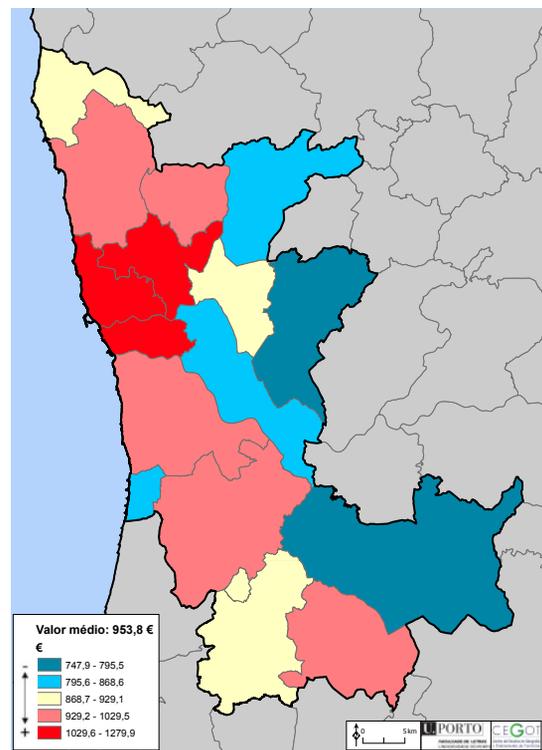
Neste capítulo, analisaremos

o que designamos como condições de vida, isto é, as bases através das quais as populações gerem o seu quotidiano. Tendo em conta os indicadores disponíveis, mormente centrados na situação económica das populações (Guerra et al., 2010), a nossa abordagem foca-se na análise dos rendimentos e despesas dos residentes da AMP. A incursão nas despesas de consumo médias anuais só é feita até à NUTII – máxima unidade territorial disponível. No sentido de reforçar a análise neste âmbito das condições de vida, incluímos um outro indicador que nos permite inferir sobre a precariedade das condições habitacionais, considerando que a casa é condição central da organização da vida familiar.

Privação económica: rendimentos

Quando descemos à escala da AMP, verificamos que os habitantes desta região auferem salários¹⁶ 8,43% mais altos que a média nacional (enquanto na AML os habitantes recebem em média mais 56,27% que a média nacional). Se compararmos os ganhos médios mensais entre a AMP e AML, percebemos que a discrepância chega aos 30,61% a favor da AML. Relativamente ao ganho médio mensal, em 2011, em Portugal Continental, ganhava-se, em média, 879,62 euros (INE, 2013d). Portanto, é possível traçar um contexto de maior privação económica baseada no ganho médio mensal no contexto metropolitano

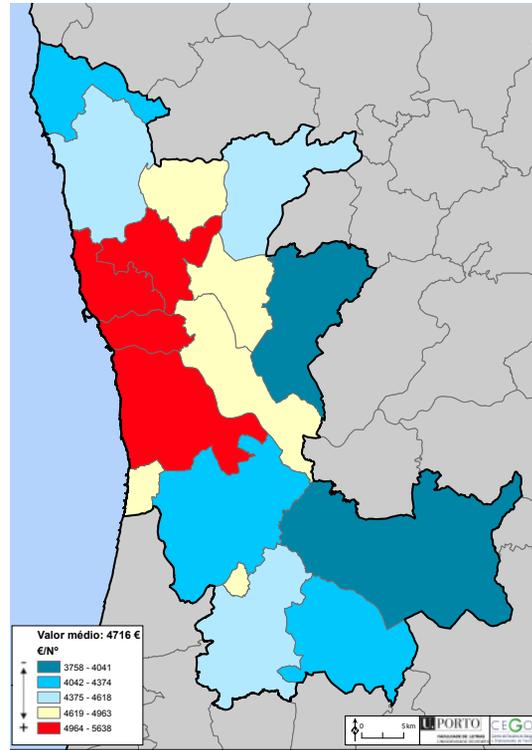
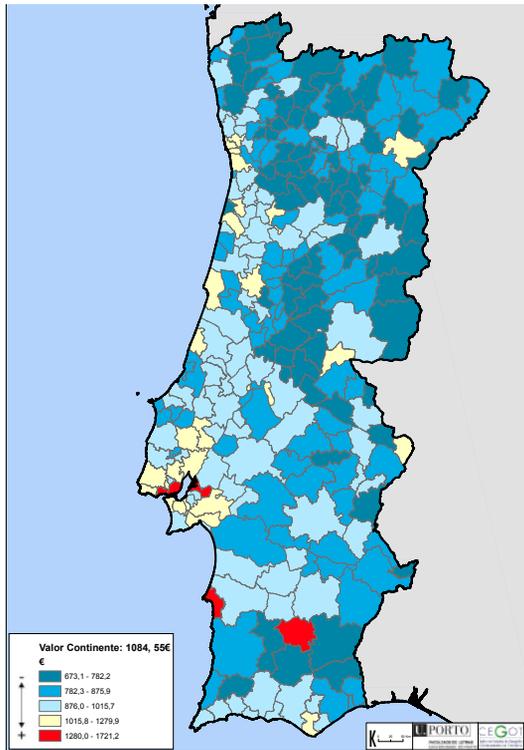
FIGURA 4.1 › Ganho médio mensal em euros, em 2011



Fonte: INE (2013a) – Ganho médio mensal por localização geográfica.

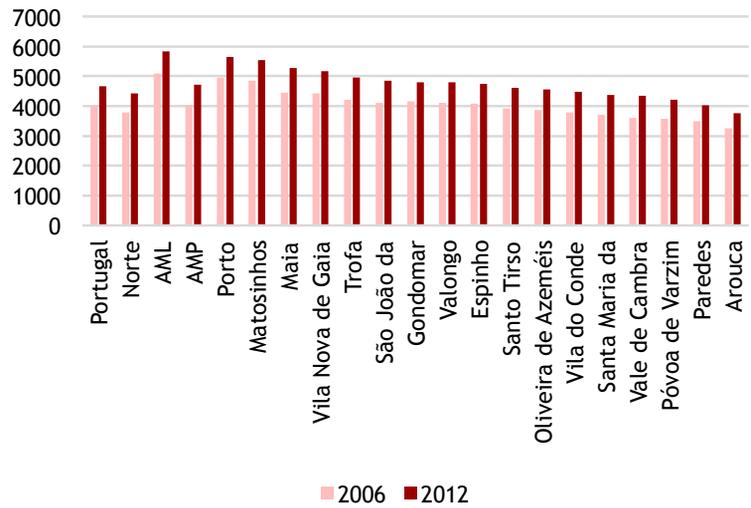
16. Os ganhos médios mensais referidos neste texto correspondem ao que o INE define como “montante líquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas)” (INE, 2013d).

QUADRO 4.2 > Valor médio das pensões da Segurança Social em euros, em 2012



Fonte: INE (2013b)
- Valor médio das pensões da Segurança Social.

portuense face a Lisboa; situação que se inverte se situarmos a AMP face ao Norte, uma vez que naquela se auferem um ganho médio mensal superior em 26,87% face ao Norte (INE, 2013d). Dentro da AMP, em 2011, apenas sete dos 17 concelhos ganham acima da média da AMP (Porto, Maia, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Vale de Cambra, Trofa e Vila do Conde), do que se pode deduzir uma discrepância de condições intra-AMP. Destaca-se, portanto, a verificação de uma fragmentação e segmentação do espaço metropolitano entre concelhos mais urbanos, litorais e centrais e concelhos menos urbanos, mais periféricos, o que evidencia condições de vida diferenciadas e potenciadoras de desigualdades no que respeita à realização humana e à inclusão social.



Relativamente ao valor das pensões da Segurança Social¹⁷, a AMP apresenta, em 2012, um valor médio ligeiramente mais favorável (4716 euros) que o do Norte (4419 euros) e o nacional (4674 euros), mas notoriamente mais desfavorável quando comparada com a AML (5836 euros). Neste último caso, se avaliarmos a evolução dos valores médios das pensões face a 2006, podemos constatar que a discrepância entre a AMP e a AML tem vindo a aumentar: se em 2006 na AMP se usufruía de pensões que estavam abaixo das verificadas na AML em 1065 euros, em 2012 essa diferença aumentava para os 1120 euros. São nos concelhos do Porto, Matosinhos e Maia que, em 2012, se auferia pensões de valores médios mais elevados; enquanto Arouca, Paredes e Póvoa de Varzim constituem os concelhos com pensões mais baixas.

Privação económica: despesas

Medido em índices, e tendo por base o contexto nacional, o poder de compra *per capita*¹⁸ na AMP tem-se mantido mais ou menos estável entre 2000 e 2009. Superior à média da Região Norte, o poder de compra da AMP fica, no entanto, abaixo da base 100 do contexto português no seu todo e ainda mais aquém do cenário apresentado pela AML. Apenas o concelho do Porto (com um índice de cerca de 178,77% em 2009) consegue ultrapassar o poder de compra da AML (134,15% em 2009), embora, entre 2000 e 2009, se tenha assistido a um forte decréscimo (uma queda que rondou os 60 pp). Dos restantes concelhos, apenas em Matosinhos, São João da Madeira, Maia, Espinho e Vila Nova de Gaia se auferem valores acima dos da média da AMP. Já os concelhos de Arouca e Paredes não atingem sequer o limiar dos 70%.

Complementares ao poder de compra são as despesas de consumo dos agregados domésticos. As despesas de consumo atestam a participação dos agregados domésticos na esfera produtiva de um determinado espaço, validando a oferta de bens por parte das famílias e representando, pela aplicação dos rendimentos, um mecanismo importante na análise dos comportamentos dos agregados. Este mecanismo de análise permite verificar, nomeadamente, as dificuldades das famílias num quadro de análise de inclusão social, ao evidenciar situações de exclusão e pobreza relativa. Não obstante não possuímos valores à escala concelhia, não podemos deixar de referir as despesas de consumo médias anuais dos agregados domésticos privados em 2010/2011. Numa abordagem por aproximação, podemos aferir que a habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis eram as despesas com maior relevância no investimento familiar. Por si só, este indicador não demonstra algo de novo, contudo se o interligarmos com os discursos de alguns interlocutores de terreno, a importância que revestem é significativa. Na verdade, estamos a considerar elementos centrais na vivência das famílias e demonstrativos das suas dificuldades, pelo facto de serem cada vez mais numerosos os agregados que não conseguem suportar estas despesas (Comissão Europeia, 2010). Assim, em alguns concelhos, designadamente, em Vila Nova de Gaia, muitos dos pedidos familiares de assistência situam-se nestes consumos, sendo mesmo de ressaltar a duplicação de pedidos nos últimos dois anos. Aliás, também no quadro das entrevistas realizadas, salienta-se que as crescentes dificuldades das famílias em suportar estes consumos é uma situação generalizável a todos os concelhos

17. O valor das pensões é definido pelo INE como sendo o valor da “prestação pecuniária mensal de atribuição continuada nas eventualidades: morte (pensão de sobrevivência), invalidez, doença profissional e velhice. (INE, 2013d).

18. O Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio “pretende caracterizar os municípios portugueses sob o ponto de vista do poder de compra, na aceção lata de bem-estar material, a partir de um conjunto de variáveis, por recurso a um modelo de análise fatorial, permitindo complementar a informação da contabilidade regional, disponível à escala das NUTS III, com informação à escala municipal. Enquanto indicador sintético, o EPCC reúne a capacidade de integrar uma vasta quantidade de informação e um formato de leitura simples. O modelo específico da análise fatorial acrescenta a capacidade de captar as

FIGURA 4.3 > Poder de compra per capita em número índice em 2009

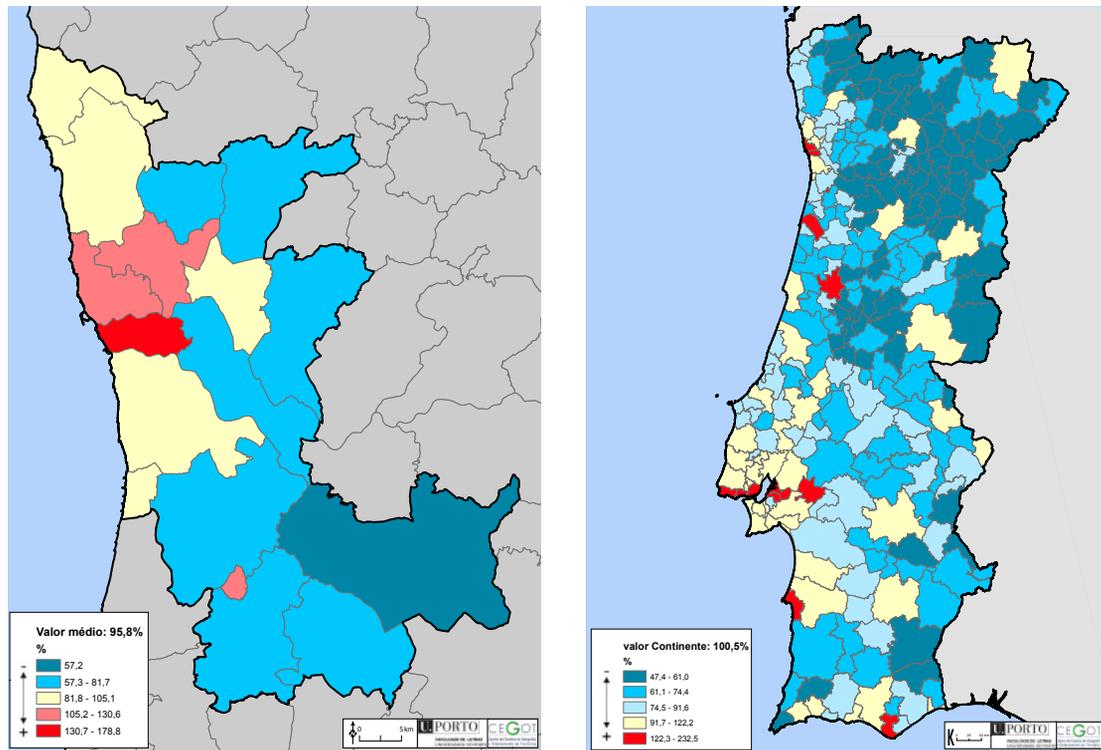
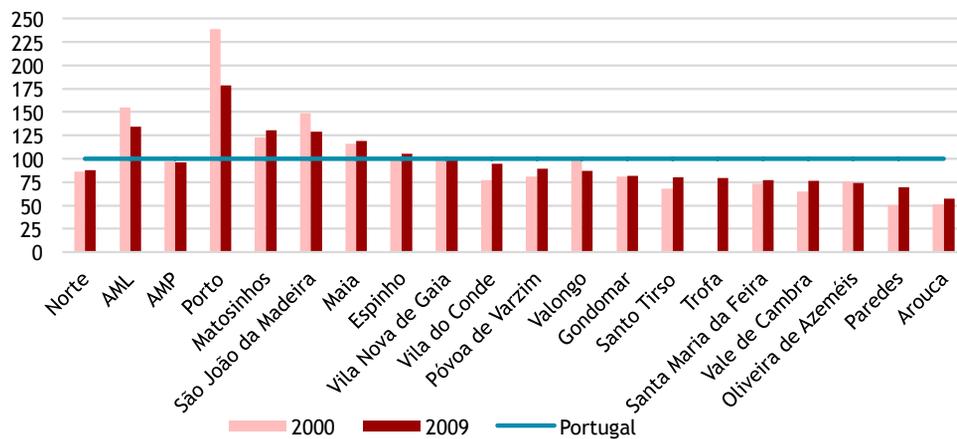


FIGURA 4.4 > Evolução do poder de compra per capita em número índice (entre 2000 e 2009)



Fonte: INE (2011) – Estudo sobre o poder de compra concelhio.

diferentes dimensões do fenómeno em análise, neste caso, o poder de compra manifestado nos municípios. Contudo, porque o EPCC se baseia num modelo específico, não se tratando de uma operação clássica de produção estatística mas de um estudo estatístico, as estimativas produzidas não devem ser confundidas com qualquer uma das variáveis a que corresponde, na tradição da teoria económica ou da contabilidade nacional, um âmbito concetual bem delimitado, como o rendimento ou o consumo das famílias” (INE, 2013d).

da AMP, sendo um sinalizador de primeira linha de vulnerabilidade das populações.

As despesas com os transportes, que representavam, em Portugal, 14,50% das despesas totais das famílias, no Norte 15,17%, e na região de Lisboa 13,04% – seguem-se na segunda linha de preocupações. Quando comparadas com a média nacional, as famílias da Região Norte despendiam mais 6,05% nos transportes; e quando comparadas com a Região de Lisboa, a discrepância aumentava para os 7,47%. A Região Norte surge, assim, no panorama nacional, como sendo a região onde a população mais gastos anuais tem com os transportes (3136 euros contra os 2957 euros verificados a nível nacional e os 2918 euros da região de Lisboa). Em terceiro lugar, surgem as despesas com os produtos alimentares, as quais representavam, em Portugal, 13,26% das despesas totais das famílias, no Norte 14,54%, e na Região de Lisboa 11,39%. Quando comparada com a média nacional, as famílias da Região Norte despendiam mais 11,21% em produtos alimentares; e quando comparada com a Região de Lisboa, a discrepância aumentava para os 17,88%. A Região Norte aparece, aliás, no panorama nacional como sendo uma das regiões onde a população mais gastos anuais tem com os produtos alimentares (3 006 euros); apenas a Região Autónoma dos Açores possui um gasto médio anual ligeiramente superior (3 093 euros). Foram nos produtos alimentares que se registaram as menores variações entre 2005/2006 a 2010/2011, ainda que a Região Norte (com um aumento de 4,85% nos gastos médios em produtos alimentares) apresente um aumento superior ao panorama português e à região de Lisboa (onde os gastos médios foram reduzindo ao longo dos anos). Mais uma vez, reiteramos que esta análise é

importante na medida em que são cada vez mais os grupos domésticos a recorrer a apoios institucionais para suprir despesas de alimentação.

Em quarto lugar, surgem as despesas com a saúde, as quais representavam, em Portugal, 5,82% das despesas totais das famílias, no Norte 6,35%, e na Região de Lisboa 5,04%. Quando se compara com a média nacional, verifica-se que as famílias da Região Norte despendiam mais 10,71% na saúde; por comparação à Região de Lisboa, a discrepância aumentava para os 16,40%. A Região Norte, uma vez mais, surge como uma das regiões, a nível nacional, onde a população tem mais gastos anuais com a saúde (1.313 euros, contra os 1.186 euros verificados a nível nacional e os 1.128 euros registados na região de Lisboa). O setor da saúde surge como um dos setores onde as famílias nortenhas mais viram ser aumentadas as suas despesas: entre 2005/2006 a 2010/2011, na Região Norte, as despesas familiares médias anuais com a saúde aumentaram cerca de 35,36%, ao passo que em Portugal esse valor ficou-se pelos 11,26% e na Região de Lisboa pelos 12,90% negativos. Assinala-se, novamente, que tem vindo a ser sinalizado no terreno um número crescente de famílias sem possibilidades de suprir as suas despesas de saúde.

De salientar que os dados apresentados atrás são relevantes para uma análise que tem em vista o *crescimento inclusivo* e a *inclusão social* por duas ordens de razão: por um lado, porque permitem colocar em evidência as despesas dos agregados familiares, por outro lado, possibilitam inferir que um número crescente de agregados familiares se vê confrontado com dificuldades em fazer face às despesas regulares, o que se traduz em processos de endividamento, dependência e mesmo pobreza – situação esta largamente assinalada

QUADRO 4.1 ▶ Despesas de consumo médias anuais dos agregados domésticos privados por tipo de produto consumido, entre 2010 e 2011¹⁹

	Total	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	Habituação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	Saúde	Transportes	Lazer, recreação e cultura	Educação	Restaurantes e hotéis	Bens e serviços diversos
	euros	%	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	20391	13,26	29,22	5,82	14,50	5,26	2,16	10,35	6,26
Continente	20493	13,16	29,06	5,78	14,52	5,31	2,18	10,50	6,33
Norte	20671	14,54	26,50	6,35	15,17	5,14	2,09	10,73	6,11
Centro	19183	13,18	29,43	6,10	15,49	4,68	1,86	9,83	6,68
Lisboa	22384	11,39	31,00	5,04	13,04	6,25	2,79	10,85	6,33
Alentejo	16774	14,78	30,65	5,87	15,23	3,53	1,16	9,01	6,38
Algarve	19967	12,78	30,71	4,99	14,35	5,46	1,43	11,62	6,36
R. A. Açores	17626	17,55	34,58	6,77	12,26	3,50	1,23	6,45	4,22
R. A. Madeira	18586	14,21	32,15	6,76	15,72	4,34	2,28	6,85	4,61

Fonte: INE (2012c) – Inquérito às despesas das famílias.

pelos técnicos de terreno. São no terreno que as dificuldades das famílias são verificadas e hierarquizadas tendo por base um aumento expressivo dos pedidos de apoio (situações de emergência social) por parte de famílias que nos últimos dois anos não conseguem pagar essas despesas. Não sendo possível, do ponto de vista da distribuição das despesas identificar heterogeneidades ao nível da AMP, pois não existem dados a nível concelhio, é, de um ponto de vista qualitativo, tendo por base os discursos dos atores, possível considerar que esta é uma situação presente AMP e nos concelhos que a integram, estando a mesma relacionada com uma persistente polarização social, agravada por uma nova pobreza emergente.

Precariedade das condições habitacionais

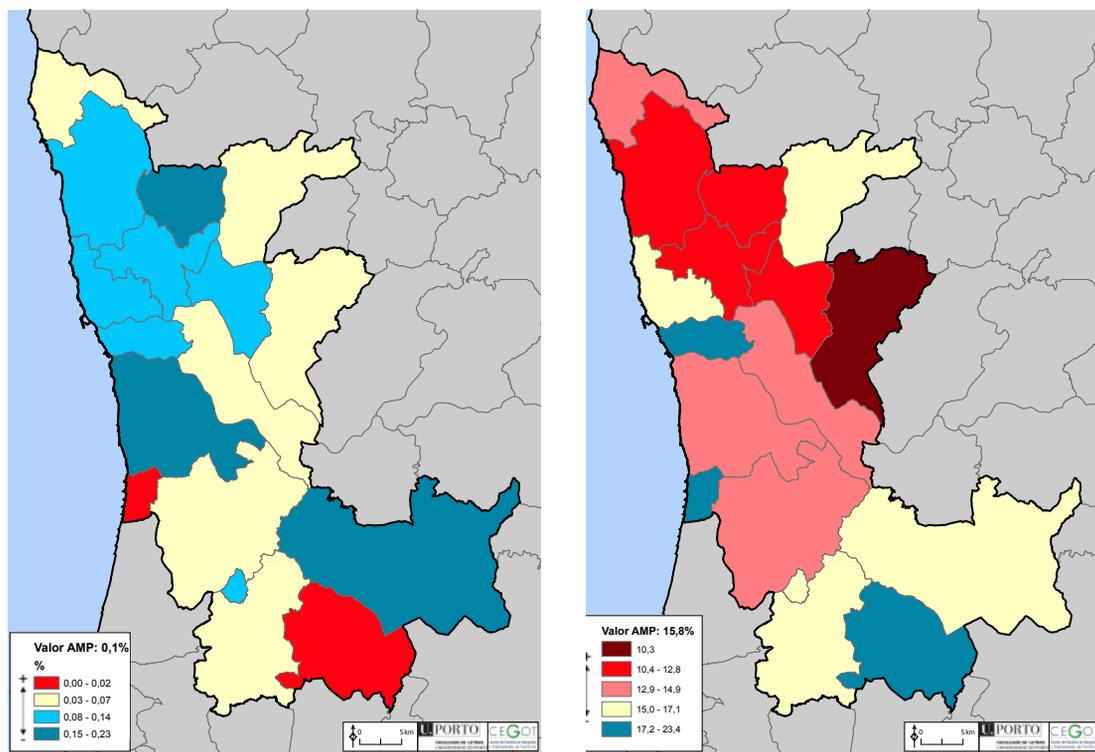
A habitação é uma das dimensões mais importantes de abordagem das condições de vida da

população, uma vez assumida como o espaço de realização das famílias e pessoas onde se reflete de forma mais intensa a qualidade de vida (Guerra, 2002). Assim, no contexto da AMP e começando por analisar o número de residentes em alojamentos não clássicos, podemos asseverar que esta surge numa posição mais favorável face à situação vivida pelo contexto nacional ou pela AML: em 2011, na AMP, 0,10% da sua população residia em alojamentos não clássicos (no Norte, 0,09%), enquanto a nível nacional essa taxa subia para os 0,17% e na AML para os 0,19%. Ainda assim, e apesar de todos os esforços que têm sido realizados no combate à habitação precária, os valores vigentes não podem ser ignorados. Na AMP, existem ainda umas centenas de pessoas a viver neste tipo de alojamento. Os alojamentos improvisados ou até mesmo as barracas aparecem ainda como soluções de habitação para parte da população residente (Cfr. Marques et al., 2014). Dentro da AMP, são nos concelhos mais

¹⁹. Trata-se de um indicador do INE que incide nas despesas de consumo médias anuais em euros dos agregados domésticos privados por local de residência (NUTSII) e tipo de produto consumido (Divisão); Quinquenal.

FIGURA 4.5 > (a) População residente em alojamentos não clássicos e (b) alojamentos onde residem só idosos, em percentagem, em 2011

Fonte: INE (2012a)
- Censos 2011.

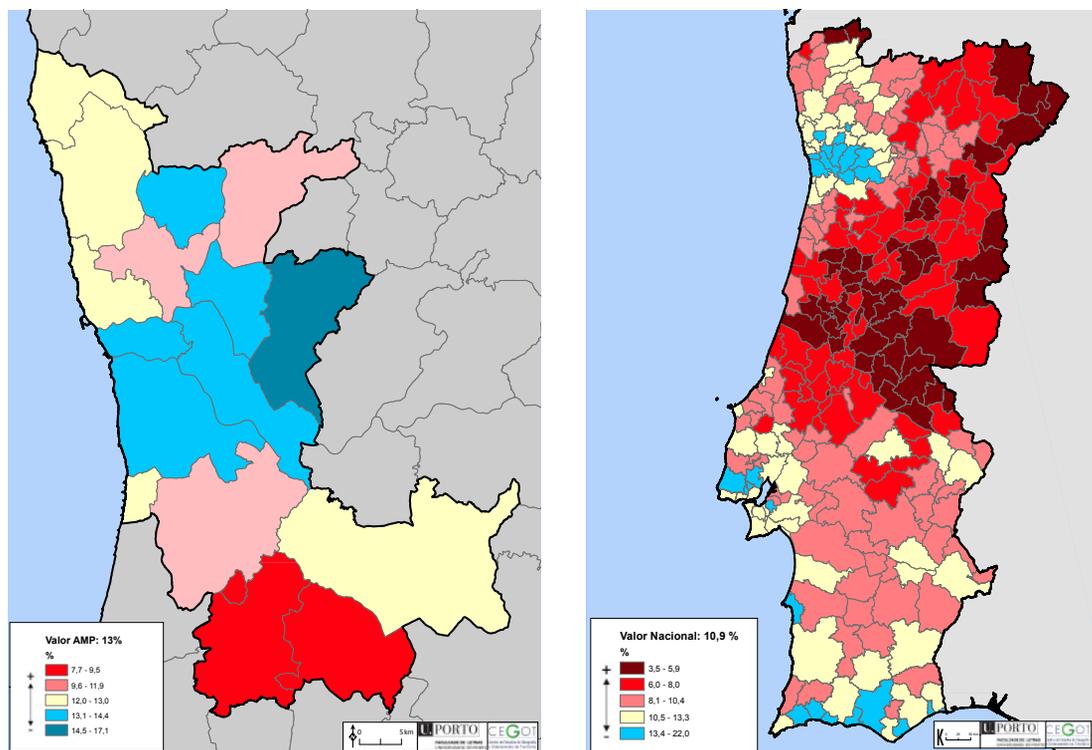


intensamente povoados desta região (Vila Nova de Gaia, Porto e Matosinhos) onde habitam mais pessoas neste tipo de alojamento. Por outro lado, e considerando a vulnerabilidade da população idosa, não deixa de ser relevante apontar a forte presença de idosos a residir nos concelhos do Porto, Espinho ou Vale de Cambra como um contexto propiciador de vulnerabilidade também habitacional pela falta de condições materiais e sociais para a manutenção de um espaço habitado de qualidade.

Ainda no que diz respeito às condições de habitação, importa atentar no indicador que respeita à sobrelotação dos alojamentos. No que toca

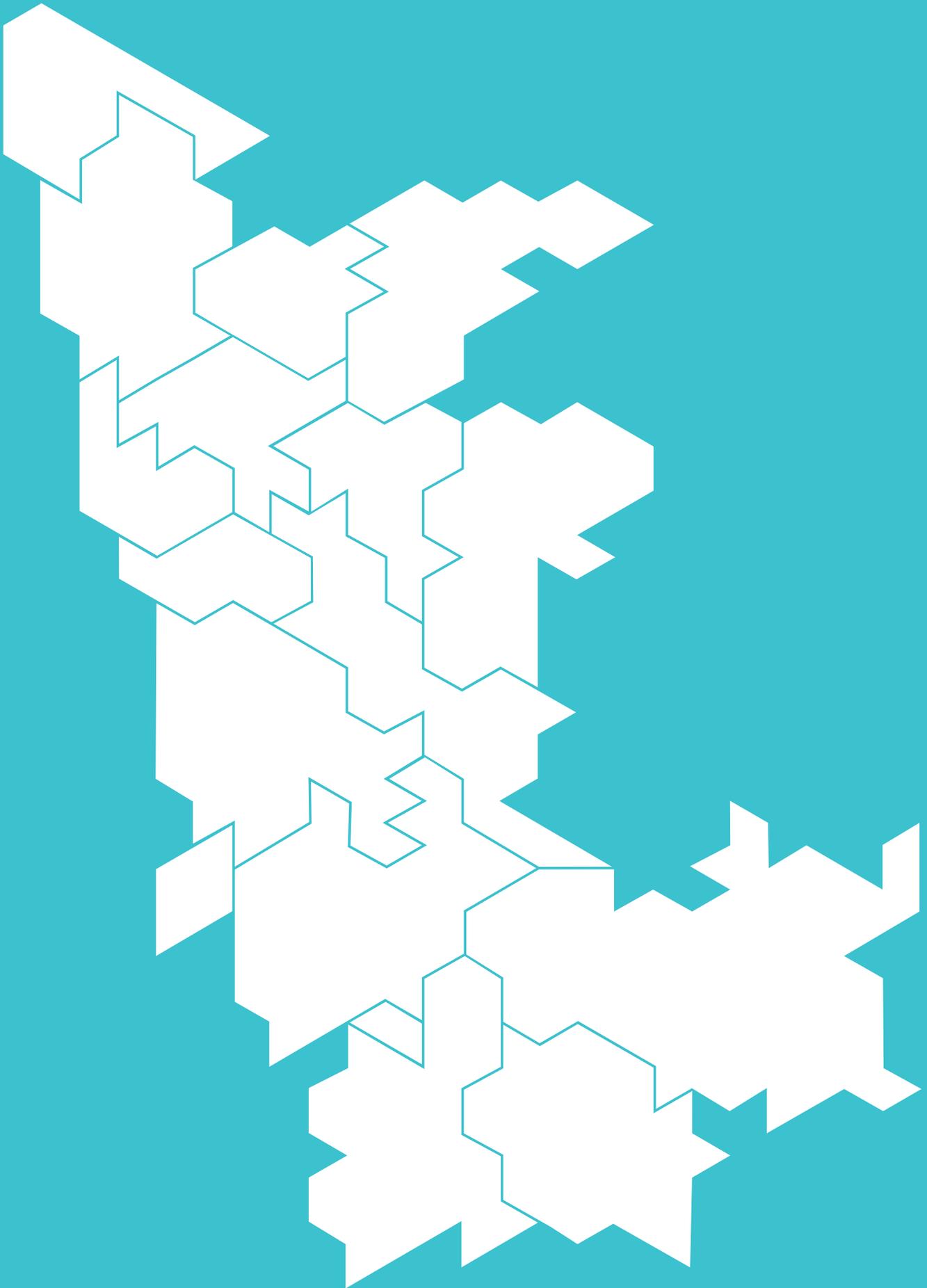
ao número de famílias clássicas a residir em alojamentos clássicos sobrelotados, verifica-se na AMP valores relativos (13,32%) mais altos que os constatados ao nível nacional (11,57%) e ligeiramente mais baixos que os da AML (13,11%). Não obstante, e face à Região Norte, a AMP tem uma posição relativa mais desfavorável na medida em que aquela assume o valor de 11,84%. Dentro da AMP, e numa análise em termos absolutos, os concelhos de Vila Nova de Gaia, Porto, Matosinhos e Gondomar surgem com os piores cenários: o primeiro com 15882 famílias clássicas em alojamentos clássicos sobrelotados, o segundo com 13791 famílias, o terceiro com 8847 famílias

FIGURA 4.6 > (a) Famílias clássicas a residir em alojamentos familiares clássicos sobrelotados em percentagem e (b) proporção de alojamentos sobrelotados, em 2011



Fonte: INE (2012a) – Censos 2011.

e o quarto com 8826 famílias. Os dois indicadores analisados – precariedade das condições de habitabilidade e sobrelotação dos alojamentos – constituem-se como importantes marcadores de vulnerabilidade à exclusão social, indiciando aspetos indelévels numa futura estratégia de inclusão social (Guerra *et al.*, 2010).



6

PROTEÇÃO SOCIAL, RESPOSTAS SOCIAIS, TERCEIRO SETOR E SAÚDE

Inerente à problemática da proteção social encontram-se duas dimensões, as quais, por si, são igualmente relevantes problemáticas sociais interligadas entre si – o Estado Providência e as desigualdades sociais. O Estado Providência é iminentemente protetor, ou seja, e independentemente do tipo ou modelo que estejamos a considerar, assenta no pressuposto de que o Estado deve assegurar o bem estar das populações, garantindo a satisfação das necessidades básicas, proteger no risco e na vulnerabilidade e corrigir as desigualdades sociais (Silva *et al.*, 2082). Assim, a análise dos indicadores relativos à proteção social tem como objetivo primordial dar conta do grau de cobertura da providência estatal face, precisamente, às necessidades referidas, às que decorrem dos risco e das vulnerabilidades (desemprego, ausência de fontes de rendimentos próprias, por exemplo) e às situações de pobreza e exclusão social. Nos últimos anos, num contexto marcado pela crise económica e social, as questões relativas ao Estado Providência e à vulnerabilidade e exclusão e social têm assumido significativa importância não só porque, uma vez mais, está em risco a própria sustentabilidade do modelo de bem estar assente no Estado Providência, como as vulnerabilidades sociais se agudizaram, contribuindo para o agravamento das desigualdades sociais manifestas em situações de exclusão social consideráveis.

Em termos concretos, a exclusão social resulta da ausência cumulativa de elementos essenciais de bem estar, como a falta de emprego ou precariedade laboral e consequentes baixos/inexistentes rendimentos, a falta de meios para aceder a habitações condignas, a falta de saúde resultante de modos de vida precários e de não acesso a serviços de saúde, etc. Por seu turno, importará reter que as desigualdades sociais têm vindo a tomar uma maior expressão em virtude das condicionantes demográficas de aumento da longevidade e da vivência de uma velhice mais desprotegida. Tomadas na sua amplitude, as consequências de uma velhice desprotegida traduzem-se em contextos de solidão e anomia de certo modo transversais a todo o território nacional (Guerra, 2012). A par de outras tantas dimensões que podemos destacar no seio das desigualdades sociais, como a simbólica resultante das diferenças culturais e de universos simbólicos inerentes aos modos das populações (Guerra, 2012), importa destacar, ainda a este nível, a dimensão que respeita à territorialidade. O espaço/território é simultaneamente fator e indicador de desigualdade e exclusão social, continuando a apresentar-se como dual (Carmo e Cantante, 2014, 2015). Assim, a abordagem do território não pode fazer-se sem de identificar as suas dinâmicas, o que produz, o que tem para oferecer e satisfazer a população que em si reside, sem se compreender as suas potencialidades e *handicaps*, o que o distingue e como distingue as populações residentes. No fundo, trata-se de encarar o território por dentro (percebendo as desigualdades que aí existem e como se inscrevem na configuração espacial) e comparativamente por relação a outros territórios (o que o distingue, potencia ou o torna desigual).

Assim, e tendo em conta as dimensões enunciadas, considera-se, nesta análise, quatro aspetos fundamentais: i) os direitos sociais, tomando por base duas das prestações sociais mais indicativas no que respeita à cobertura do Estado Providência face às vulnerabilidades sociais – beneficiários reformas/pensões e do Rendimento Social de Inserção (RSI); ii) a habitação social, procurando fazer-se um retrato simultaneamente de resposta às necessidades sociais de habitação por parte da população e de evidência da existência *espacialidades* tendencialmente fraturantes e excluídas; iii) o terceiro setor, percecionado como essencial na satisfação de algumas das essenciais necessidades sociais e indicador importante no que respeita ao grau de cobertura do Estado Providência e, por fim, iv) os equipamentos respeitantes à saúde, percebidos como indicador indelével na avaliação das desigualdades territoriais do ponto de vista do seu acesso (Cfr. Guerra e Santos, 2014).

Direitos e apoios sociais

Passemos então para a análise dos direitos e apoios sociais recebidos pela população no âmbito do funcionamento do Estado Providência, sendo, por tal, a face mais visível da proteção social. A este nível, evidencia-se como indicadores, tendo por base o principal meio de vida, o número de residentes beneficiários de reformas/pensões e de subsídio de desemprego e, num segundo nível, os indivíduos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Em 2011, 27,36% do total de pessoas residentes com 15 ou mais anos em Portugal tinha como principal meio de vida a reforma/pensão; na Região

Norte, esse valor era 25,96% e na AMP era 24,89% (no caso da AMP, menos 0,88 pp. que na AML). Dentro da AMP, regista-se os maiores valores nos concelhos do Porto (32,00%), Vale de Cambra (29,97%) e Espinho (29,80%). Este panorama é indicativo da evolução demográfica dos nosso país e dos territórios regionais em geral, traduzida pelo crescente envelhecimento e a conseqüente inatividade cuja proteção é verificada, precisamente, através das reformas/pensões. Neste caso, o problema não se centra na existência de pensões, mas sobretudo na vulnerabilidade ínsita a um conjunto de pessoas que dependem de (baixas) pensões/reformas para a sua sobrevivência nomeadamente num contexto de crise e de fragmentação acelerada do Estado Social.

No que respeita ao desemprego, regista-se que, em 2011, apenas 3,33% da população com 15 ou mais anos em Portugal tinha como principal meio de vida o subsídio de desemprego. Na Região Norte esse valor subia para os 4,05% e na AMP para os 4,55% (mais 1,52 pp. que a AML). Se isolarmos a população em idade ativa (dos 15 aos 64 anos), os valores não são muito diferentes, sendo que em Portugal o valor aumenta para os 4,28%, na Região Norte para os 5,07%, na AML para os 3,86% e na AMP para os 5,62%. Se tivermos em linha de conta as taxas de desemprego atingidas naquele ano, podemos constatar a discrepância entre aqueles que se encontram na condição de desempregado e aqueles que efetivamente se encontram cobertos por um subsídio de desemprego, demonstrando, por um lado, o quão longos são os períodos sem emprego para muitas pessoas e, por outro, a vulnerabilidade a que ficam expostas as pessoas que não são ou deixam de ser protegidas por esta prestação.

QUADRO 5.1 População residente com 15 e mais anos de idade por tipo de direitos e apoios sociais recebidos em 2011

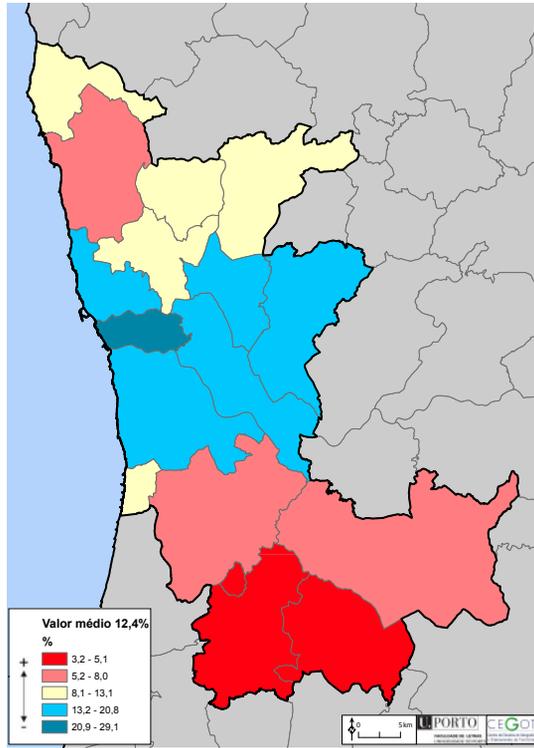
	Reforma/ Pensão	Subsídio de desemprego	Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional	Rendimento social de inserção	Outro subsí- dio temporá- rio (doença, maternidade, etc.)	Apoio social	Abono de Família – beneficiário: requerente ²⁰
Portugal	27,36	3,33	0,21	1,18	0,57	0,44	9,94
Norte	25,96	4,05	0,26	1,60	0,60	0,49	11,60
AML	25,77	3,03	0,16	1,02	0,57	0,37	8,77
AMP	24,89	4,55	0,23	2,28	0,61	0,47	10,93
Santo Tirso	28,14	6,71	0,19	1,70	0,53	0,39	11,55
Trofa	21,12	6,58	0,29	1,68	0,61	0,45	12,85
Espinho	29,80	4,65	0,26	1,50	0,56	0,46	10,27
Gondomar	24,02	4,60	0,20	2,62	0,61	0,45	11,50
Maia	21,52	4,58	0,15	1,85	0,67	0,39	9,64
Matosinhos	24,74	4,06	0,17	2,31	0,55	0,45	9,24
Porto	32,00	3,41	0,11	4,01	0,43	0,52	8,17
Póvoa de Varzim	22,29	4,16	0,25	1,40	0,56	0,63	12,76
Valongo	22,29	5,02	0,19	2,93	0,64	0,47	12,40
Vila do Conde	23,28	5,23	0,26	1,12	0,65	0,49	11,88
Vila Nova de Gaia	23,80	5,17	0,23	2,97	0,63	0,51	10,95
Paredes	18,30	4,80	0,31	1,94	0,79	0,63	16,46
Arouca	27,52	1,62	0,31	0,83	0,52	0,47	13,16
Santa Maria da Feira	23,25	5,20	0,48	0,82	0,73	0,44	5,20
Oliveira de Azeméis	25,87	2,84	0,33	0,50	0,66	0,29	24,51
São João da Madeira	24,75	4,09	0,23	0,61	0,79	0,50	11,29
Vale de Cambra	29,97	2,04	0,29	0,44	0,73	0,37	9,09

Dentro da AMP, são os concelhos de Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde nos quais encontramos as maiores percentagens neste âmbito (cada um, respetivamente com 6,71%, 6,58% e 5,23%). Relativamente ao número de beneficiários do subsídio de desemprego, podemos constatar que, em 2011, eram os concelhos de Vila Nova de Gaia, Porto, Gondomar, Matosinhos e Santa Maria da Feira os que apresentavam os maiores valores (respetivamente, 13226, 7131, 6545, 6106 e 6093 beneficiários).

O Rendimento Social de Inserção é uma medida de apoio social que não oferece cobertura a mais que 1,18% da população total com 15 ou mais anos em Portugal. No Norte e na AMP, esse valor sobe um pouco, mas não mais que 1,60% e 2,28%, respetivamente (enquanto na AML regista-se um valor menor: 1,02%). Dentro da AMP, em cinco dos seus 17 concelhos (Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Santa Maria da Feira e Arouca) não é ultrapassada a casa do 1%. O maior valor regista-se no concelho do Porto

20. Refira-se que o abono de família foi retirado do PORDATA (2013h) e os valores dizem respeito apenas ao requerente (e não aos seus descendentes) do abono de família, daí o incluirmos na categoria da população com 15 ou mais anos; enquanto restantes categorias foram retiradas do INE (2012) e dizem respeito ao principal meio de vida da população residente.

FIGURA 5.1 ▶ Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, no total de beneficiários ativos da Segurança Social, em percentagem, em 2011



Fonte: INE (2012) – Censos 2011.

(4,01%), seguindo-se os concelhos de Vila Nova de Gaia (2,97%) e Valongo (2,93%). Numa perspetiva mais empírica, é pertinente olharmos para os números absolutos, os quais revelam ser nos concelhos do Porto, Vila Nova de Gaia, Gondomar e Matosinhos aqueles onde constatamos o maior número de pessoas beneficiárias do RSI (cada um respetivamente com 8.384, 7597, 3719 e 3474 beneficiários). Neste sentido, são os concelhos mais centrais da AMP e mais urbanizados aqueles onde se constata a maior incidência do

RSI, sendo portanto demonstrativos de uma hipotética maior incidência de situações de vulnerabilidade social.

A habitação social e as dinâmicas de segregação sócio-espacial

O acesso à habitação é uma condição determinante de sobrevivência humana e de bem-estar social. Não obstante, e embora sendo o acesso à habitação um direito consagrado na Constituição Portuguesa, este acesso nem sempre é fácil, exigindo por parte do Estado o provimento de habitação para um assinalável conjunto de população. A vulnerabilidade habitacional é medida também pela habitação social, traduzida em conjuntos habitacionais a custos controlados, destinados a agregados familiares carenciados, mediante contratos de renda apoiada ou regime de propriedade resolúvel (Marques et al., 2014). De facto, ao longo do tempo, tem-se verificado que estes conjuntos habitacionais, edificados sob a responsabilidade do Estado (administração central e/ou municípios), embora procurem como já assinalado, responder às necessidades habitacionais das populações, têm potenciado, na maioria dos casos, situações de exclusão social, as quais vão persistindo, constituindo-se como elementos estruturadores de reprodução social, estigmatização e autoexclusão. Estes conjuntos habitacionais no que comumente se apelida de “bairros sociais” caracterizam-se como espaços de acentuada desqualificação social, consequência, em parte, e na maioria dos casos, do isolamento territorial e social ao qual são submetidos (guetização), traduzindo-se, portanto, eles próprios, concomitantemente, em indicador e fator de vulnerabilidade e exclusão social.

Fonte: INE (2012d)
– Inquérito à Caracterização
da Habitação Social.

	Casos registados de pedidos de habitação (N.º) por Localização geográfica		Contratos de arrendamento de habitação social existentes (N.º) por Localização geográfica	
	2011	Variação 2009 – 2011 (%)	2011	Variação 2009 – 2011 (%)
Portugal	42248	7,42	113558	-1,03
AML	15829	27,78	49561	-4,34
AMP	7447	-8,87	31196	-0,85
Santo Tirso	111	-43,65	497	-7,28
Trofa	125	468,18	120	-3,23
Espinho	141	151,79	768	10,19
Gondomar	669	44,81	3055	-0,71
Maia	493	8,35	2380	-3,05
Matosinhos	3495	-5,74	4251	6,01
Porto	1023	46,14	13393	-0,33
Póvoa de Varzim	162	20,90	473	-1,87
Valongo	145	-85,74	662	-39,15
Vila do Conde	101	-20,47	705	6,98
Vila Nova de Gaia	641	-21,06	3320	1,22
Paredes	54	-14,29	164	-6,82
Arouca	0	-100,00	24	0,00
Oliveira de Azeméis	38	-52,50	49	-7,55
Santa Maria da Feira	131	-19,14	714	-0,28
São João da Madeira	118	-22,37	620	-4,17
Vale de Cambra	0		1	0,00

No que toca aos valores respeitantes à habitação social, entre 2009 e 2011, a AMP assistiu a uma diminuição quer dos pedidos à habitação social (menos 8,87%), quer dos contratos de arrendamento de habitação social (menos 0,85%). Se no primeiro caso, o valor verificado para a AMP contraria o cenário apresentado pela média nacional (o aumento dos pedidos traduziu-se em 7,72%) e pela AML (cujos pedidos à habitação social aumentaram em 27,78%), no segundo caso, o valor da AMP vai ao encontro do panorama vivenciado no território nacional e na AML. No primeiro caso, e no tocante aos pedidos de

habitação social, tal poder-se-á imputar à retração das autarquias na atribuição de casas neste regime. No segundo, e considerando as políticas autárquicas de crescente regularização deste tipo de habitação, tal poderá ficar a dever-se à exigência de uma contratualização efetiva tendo em vista uma regularização das rendas e inclusive das possibilidades de aquisição de habitação por parte dos habitantes.

Estes dados revelam que as necessidades não diminuíram, outrossim verifica-se que o Estado Providência se encontra a braços com imensas dificuldades, vindo, por tal, a restringir não só as

condições de acesso das populações à habitação social, como também a diminuir o investimento na oferta deste tipo de solução face às necessidades habitacionais das populações. Na maior parte dos casos, esta situação corresponde a um avolumar de vulnerabilidades e carências. A título exemplificativo, foi referido ao nível do trabalho de terreno uma intensificação das situações de sem abrigo no concelho do Porto.

O terceiro setor: oportunidades, respostas e desafios

Não se pode dissociar a intervenção social da crescente importância do terceiro setor na sociedade portuguesa. O modelo subjacente ao Estado Social português – designado por modelo de Estado Providência da Europa do Sul – caracteriza-se precisamente, devido ao contexto do seu surgimento (tardio) e da forma como se desenvolveu, como um modelo de proteção social assente em respostas providas quer pelo Estado, quer pela sociedade civil, com as quais o primeiro contratualiza e, por tal, exerce um papel de regulação considerável. De outro modo, podemos afirmar que perante as respostas não suficientes do Estado face às necessidades sociais, coube à sociedade civil prover muitas das soluções a este nível.

Estas respostas não estatais – assentes, muitas vezes, em mecanismos de solidariedade social, em larga medida tradicionais, que foram persistindo na nossa sociedade – formam o que se designa por terceiro setor, procurando “encontrar respostas alternativas a velhos e a novos problemas sociais como o desemprego, a habitação, a saúde, a ecologia, etc.” (Guerra e Santos, 2014: 147).

Por seu turno, podemos fazer corresponder o terceiro setor ao considerado pelo CIRIEC (2007) como “ponto de convergência” entre o que se designa por economia social e o setor não lucrativo, demarcando-se especificamente de estes e outros setores, por assentar em princípios de solidariedade e reciprocidade (Guerra e Santos, 2014).

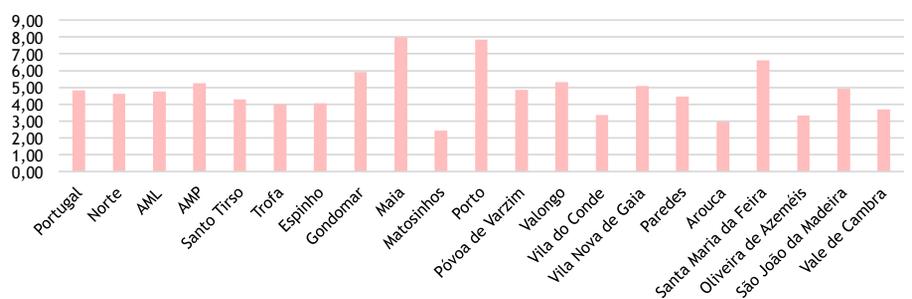
Neste sentido, conseguimos perceber a capacidade de resposta a muitos dos problemas sociais emergentes se analisarmos a composição e estruturação do terceiro setor, o que nos possibilita por um lado, perceber, em parte, como se configuram as necessidades sociais das populações e, por outro lado, verificar como e em quanto as mesmas são supridas.

Com o intento de proceder a um retrato geral do terceiro setor, em Portugal, podemos adiantar que, em 2007, existiam 10123 organizações que empregavam 208821 pessoas, o que correspondia a um total de 4% da população empregada (Carvalho, 2011). Esta quantificação aproximase dos resultados preliminares de 2010 da Conta Satélite da Economia Social, pois, segundo esta, a economia social representou, em 2010, 2,8% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, 4,7% do emprego total e 5,5% do emprego remunerado (INE, 2012f).

Numa perspetiva mais particularizada do terceiro setor em Portugal, adiantamos que estamos perante um setor cujo tecido organizacional, jurídico e funcional é diverso e, por tal, traduzido empírica e, de certa forma, concetualmente em morfologias diversas, tais como cooperativas, associações mutualistas, associações não lucrativas, organizações não-governamentais, organizações quasi-governamentais, organizações de voluntariado, organizações comunitárias ou de base, etc.

FIGURA 5.2 > Proporção de convivências no conjunto global de residentes em convivências, em 2011

Fonte: INE (2012a) – Censos 2011.



As respostas encontradas a este nível são igualmente diversificadas e multisetorialmente dirigidas. Assim, e ainda de acordo com os dados da Conta Satélite da Economia Social (INE, 2012f), verificamos que existe uma predominância das valências sociais, acompanhadas de perto por valências no âmbito da educação, cultura e saúde.

Não sendo possível estender este nível pormenorizado de análise à AMP, podemos, no entanto, referir que, em 2011, existiam, nesta região, 633 convivências (supondo que muitas equivalem ao terceiro setor), menos 51,49% que na AML. Dentro da AMP, o concelho do Porto surge notoriamente como o concelho que mais alojamentos coletivos deste tipo tem – 256 alojamentos. Embora seja apenas detentora de 10,93% do total de convivências existentes em Portugal, a AMP destaca-se pela positiva quando contrabalançamos o número de alojamentos existentes nesta região com o número de residentes: enquanto em Portugal existem cerca de 4,82 alojamentos deste tipo por cada 100 residentes e na AML 4,76, na AMP esse valor sobe para os 5,26, chegando a atingir os 7,97 no caso do concelho da Maia, os 7,83 no Porto, ou os 6,63 em Santa

Maria da Feira.

Um outro indicador importante neste âmbito consiste na capacidade das respostas sociais. Assim, na AMP, em 2012, a capacidade total das instituições existentes rondava as 42 544 (tendo por base o número de vagas/lugares disponíveis), o que correspondia a 11,62% do total disponível em Portugal e a menos 48,39% que na AML. Desta feita, a AML possui uma capacidade total no âmbito de respostas sociais na ordem dos 22,51%, ocupando um lugar de destaque no todo nacional.

Na AMP, em 2012, era ao nível das creches e dos serviços de apoio domiciliário a idosos, onde se encontrava o maior número de respostas (com respetivamente 34,30% e 25,51% do total das respostas sociais). É no concelho do Porto, seguido pelos de Vila Nova de Gaia e Matosinhos, que encontramos as maiores capacidades em termos de respostas sociais no setor em análise (respetivamente 23,49%, 12,22% e 9,29% do total dos vagas/lugares existentes na AMP à data).

Estes dados, ao nível da AMP, permitem-nos salientar alguns aspetos centrais e aferidores do modo como se configura os processos de

	Creche	Centro de Atividades Ocupacionais	Lar Residencial	Centro de Dia	Lar de Idosos	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)
Portugal continental	108301	12 724	4 977	63 444	79 997	96 785
AML	32968	3024	1551	13271	13985	17631
AMP	14594	1923	580	7182	7414	10851
Gondomar	869	132	75	396	334	762
Maia	1 286	63	10	406	657	702
Matosinhos	1 570	227	81	717	595	764
Paredes	378	67	0	320	187	470
Porto	2 787	413	120	1 976	1 618	3 080
Póvoa de Varzim	746	90	40	185	324	349
Santo Tirso	401	61	0	290	475	545
Trofa	158	65	0	66	165	170
Valongo	478	30	24	265	335	439
Vila do Conde	695	185	111	259	370	330
Vila Nova de Gaia	1 944	232	45	861	961	1 156
Arouca	110	60	30	80	140	100
Espinho	330	65	24	105	158	135
Oliveira de Azeméis	875	48	0	365	309	501
Santa Maria da Feira	1 429	125	12	691	457	888
São João da Madeira	381	40	8	75	181	135
Vale de Cambra	157	20	0	125	148	325

Fonte: Ministério do Emprego e Segurança Social (2012).

inclusão social nesta região, Assim, em termos de oferta de serviços/respostas sociais, constata-se uma concentração metropolitana e urbana dessas respostas, a predominância das valências dirigidas a idosos e crianças, o que se traduz na falta de diversidade de serviços para outros segmentos populacionais e outras necessidades sociais. Em suma, vislumbra-se uma tendência para a manutenção de respostas sociais “clássicas”, em detrimento de respostas inovadoras de inclusão social.

Equipamentos de saúde

O acesso à saúde traduz-se, igualmente, como indicador e fator fundamental ao nível do bem-estar e da qualidade de vida das populações e comunidades. Nesta análise em particular privilegia-se a abordagem do acesso à saúde a partir da disponibilidade de equipamentos e respostas específicas neste âmbito e não tanto quem e como acede à saúde (aspeto que exigiria um nível de análise e pesquisa diferenciado e intencional junto das populações, não obstante a sua importância do ponto de vista das (des)igualdades sociais, logo da inclusão social).

Relativamente aos equipamentos de saúde (centros de saúde e hospitais), constata-se que a AMP, em termos de suficiência, encontra-se numa posição razoável face à média nacional e à AML. Assim, no que toca ao número de centros de saúde por 10.000 habitantes, a AMP (com 0,23 centros de saúde por 10.000 habitantes) situa-se abaixo da média nacional (0,37 centros de saúde), mas ligeiramente acima da AML (0,19 centros de saúde); já no que diz respeito ao número de hospitais por 10000 habitantes, os cenários assemelham-se bastante, com uma ligeira vantagem para a AMP, na qual encontramos um valor que ronda os 0,22 hospitais contra os 0,21 verificados a nível nacional e na AML. Ao nível do número de hospitais, a AMP apresenta, inclusivamente, um aumento de quatro hospitais de 2002 para 2011.

A nível concelhio será de destacar a existência, em 2012, em todos os municípios, de centros de saúde e a inexistência, em 2011, de hospitais em três dos concelhos (Gondomar, Maia e Vale de Cambra). Relativamente à suficiência do número de equipamentos de saúde face ao número de residentes em cada um dos concelhos, São João da Madeira e Vale de Cambra constituem os concelhos com melhor suficiência ao nível dos centros de saúde, enquanto ao nível dos hospitais é o Porto e São João da Madeira que melhor aparecem cotados neste *ranking*. Com piores cotações aparecem Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e Póvoa de Varzim ao nível dos centros de saúde e Santa Maria da Feira, Vila Nova de Gaia e Valongo ao nível dos hospitais.

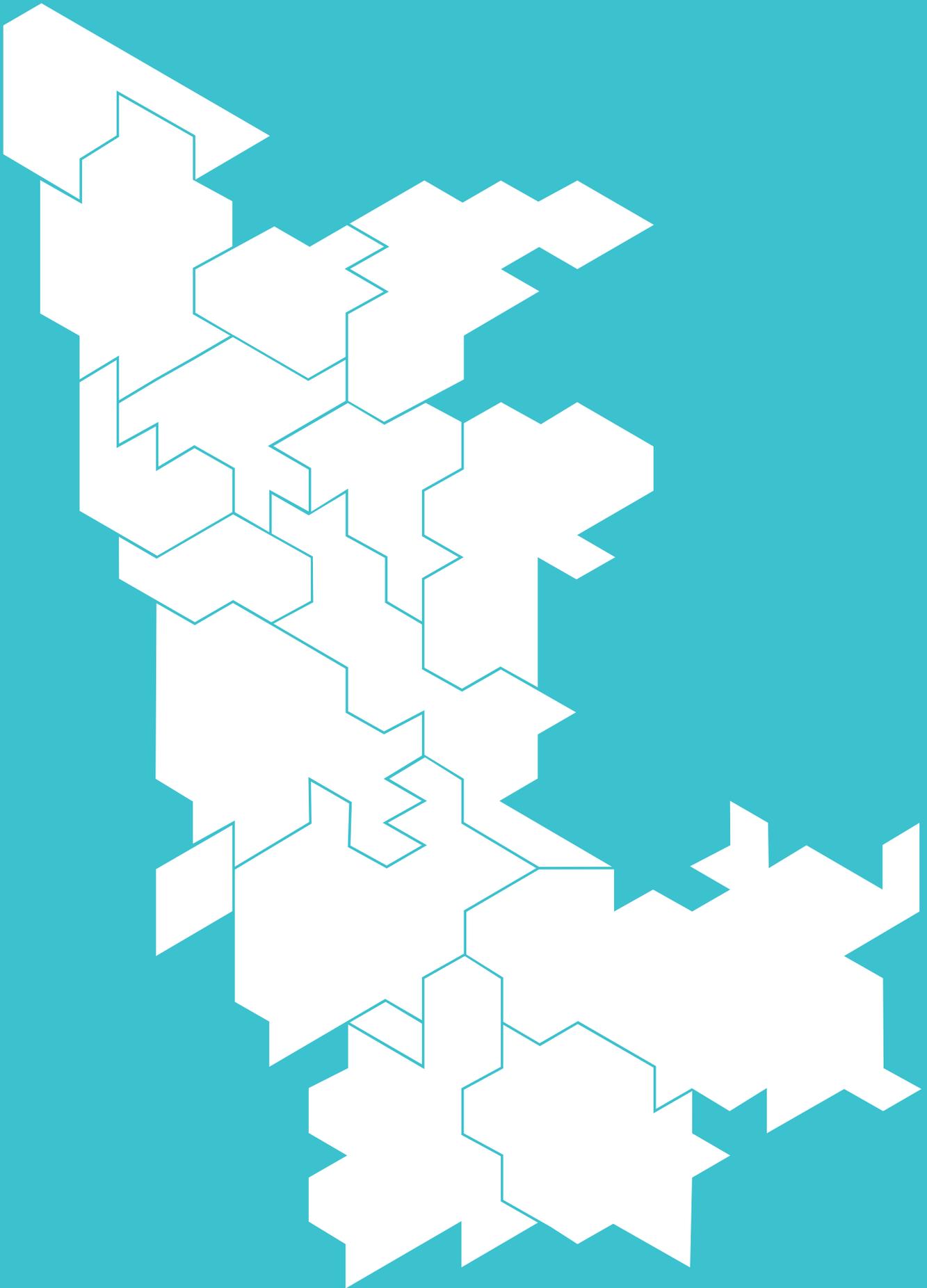
Apesar de tudo, no que respeita ao número de médicos por 1000 habitantes, a AMP não aparece com um cenário muito positivo quando comparada com a AML, embora entre 2002 e 2012 a

AMP apresente um aumento ligeiramente maior no número de médicos por 1000 habitantes que a AML. A nível concelhio, são, em 2012, os concelhos do Porto (18,7 médicos/ 1000 habitantes), Matosinhos (7,7 médicos/1000 habitantes) e Maia (5,6 médicos/ 1000 habitantes) que maior número de médicos possuem por mil habitantes. Já os concelhos de Arouca (1,0 médicos/1000 habitantes), Paredes (1,2 médicos/ 1000 habitantes) e Oliveira de Azeméis (1,7 médicos/1000 habitantes) surgem como os concelhos com os valores mais baixos. Uma vez mais, estamos perante uma região que se apresenta como desigual, dado que verificamos que são os concelhos mais urbanos, povoados e litorais da AMP os que apresentam situações mais favoráveis. Esta questão torna-se particularmente premente quando no presente uma das maiores condições de vulnerabilidade à pobreza se centra no acesso aos cuidados de saúde, como referido anteriormente. A inexistência ou insuficiência de respostas de saúde traduz-se num indicador de vulnerabilidade significativo quer ao nível das populações quer ao nível dos territórios.

QUADRO 5.4 › Equipamentos de saúde, em 2012

	Centros de saúde			Hospitais			Médicos	
	2012	Varição 2002-2012	Por 10000 hab. (2012)	2011	Varição 2002-2011	Por 10000 hab. (2011)	Por 1000 hab. (2012)	Varição 2002-2012
Portugal	387	-4	0,37	226	13	0,21	4,2	1,0
AML	54	0	0,19	60	-2	0,21	5,7	0,7
AMP	41	-3	0,23	39	4	0,22	4,2	0,9
Arouca	1	0	0,45	1	1	0,45	1,0	0,4
Espinho	1	0	0,31	1	0	0,31	5,3	1,5
Gondomar	4	0	0,24	0	-1	0,00	3,0	0,8
Maia	3	0	0,22	0	0	0,00	5,6	1,9
Matosinhos	4	-1	0,23	3	2	0,17	7,7	2,3
Oliveira de Azeméis	1	0	0,15	1	0	0,15	1,7	0,7
Paredes	2	0	0,23	1	1	0,12	1,2	0,6
Porto	8	-2	0,34	21	-1	0,88	18,7	3,5
Póvoa de Varzim	1	0	0,16	2	0	0,32	4,4	1,0
Santa Maria da Feira	1	0	0,07	1	0	0,07	2,0	1,6
Santo Tirso	2	0	0,28	1	0	0,14	2,5	0,4
São João da Madeira	1	0	0,46	1	0	0,46	3,1	-5,0
Trofa	1	0	0,26	1	1	0,26	2,4	2,4
Vale de Cambra	1	0	0,44	0	0	0,00	2,1	1,1
Valongo	2	0	0,21	1	0	0,11	2,6	0,2
Vila do Conde	2	0	0,25	1	0	0,13	3,2	0,9
Vila Nova de Gaia	6	0	0,20	3	1	0,10	4,5	0,9

Fonte: INE (2013c) – Inquérito aos Centros de Saúde e Inquérito aos Hospitais.



7

**VULNERABILIDADE
ECONÓMICA
E SOCIAL:
PRIVAÇÃO MATERIAL
SEVERA E POBREZA**

A taxa de privação material²¹ é um indicador compósito muito importante, pois sintetiza um conjunto de vulnerabilidades que fomos referindo ao longo da nossa análise no âmbito da abordagem ao *crescimento inclusivo*. Os indicadores de privação material traduzem-se em nove itens representativos das necessidades económicas e de bens duráveis das famílias, como não ter capacidade para pagar de imediato uma despesa inesperada, atrasos nos pagamentos de prestações ou despesas correntes, não poder fazer uma refeição de carne ou de peixe de dois em dois dias ou não ter eletrodomésticos ou telefones. A intensidade da privação material corresponde às situações em que não existe acesso a pelo menos três destes nove itens, enquanto a privação material severa corresponde às situações em que não existem acesso a pelo menos quatro indicadores.

21. Taxa de privação material corresponde à “Percentagem da população com uma forte carência de pelo menos quatro dos nove itens de privação material na dimensão da «pressão económica e bens duradouros». Os nove itens a considerar são: 1) atraso no pagamento de hipotecas ou pagamento de rendas, contas de serviços de utilidade pública, compras a prestações ou outros empréstimos; 2) capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa; 3) capacidade para pagar uma refeição que inclua carne, frango, peixe (ou equivalente vegetariano) de dois em dois dias; 4) capacidade para enfrentar despesas financeiras inesperadas [quantia fixa correspondente ao limiar nacional mensal de risco de pobreza do ano prévio]; 5) o agregado não pode pagar um telefone (incluindo telemóvel); 6) o agregado não pode pagar uma televisão a cores; 7) o agregado não pode pagar uma máquina de lavar; 8) o agregado não pode pagar um carro e 9) capacidade do agregado para manter a casa adequadamente aquecida.” (PORDATA (s/d) – Glossário).

Em 2012, a taxa de privação material severa em Portugal rondava os 8,60 pp., inferior em 1,7 pp. à média da UE-27 países. Notamos que não nos podemos iludir com este dado, pois estamos a reportar-nos a um contexto europeu a 27, que inclui situações relativas a países com graves problemas do ponto de vista social, nem tão pouco podemos deixar de considerar as características quer da sociedade portuguesa quer do seu modelo de Estado Providência, como vimos anteriormente. Na verdade, não podemos descurar o facto de, por um lado, o Estado continuar a fomentar diversas medidas de carácter social e, por outro lado, ainda persistir de forma assinalável redes sociais informais e de proximidade – a chamada sociedade providência – que se assumem como um importante mecanismo amortecedor de vulnerabilidades sociais.

Por seu turno, número de residentes em Portugal a viver em condições de privação material aumentou entre 2011 e 2012. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), 8,6% da população portuguesa, em 2012, vivia em privação material, ou seja, cerca de 900 mil residentes. Ao nível da AMP, os concelhos com um maior número de pessoas em situação de privação material severa eram os de Vila Nova de Gaia, Porto, Matosinhos, Gondomar, Santa Maria da Feira e Maia, todos eles com valores acima das dez mil pessoas, sendo que o concelho de Vila Nova de Gaia chega mesmo a ultrapassar as 20.000 pessoas em situação de privação material severa. Entre 2008 e 2012, foram os concelhos do Porto, Espinho, Arouca e Vale de Cambra nos quais se assistiu a uma maior redução do número de pessoas em privação material severa (respetivamente, em 16,84%, 15,13%, 14,55% e 14,47%). Assim, verificamos uma maior incidência

de vulnerabilidades em concelhos mais urbanizados, de perfil mais metropolitano, sendo bem revelador do conjunto de situações de emergência social identificadas pelos profissionais que operam no terreno.

Assumindo-se este indicador de privação como central na análise da vulnerabilidade social e, por conseguinte, indiciador das dimensões material e objetiva da pobreza, procedemos a uma abordagem dos dados recolhidos tendo como ponto de partida esta assunção.

Neste sentido, será relevante registar que a União Europeia definiu como meta no quadro da *Europa 2020*, para a Europa a 27 no seu todo, a redução em 20 000 000 da população em risco de pobreza ou de exclusão social²², aferindo, no mesmo sentido, a proporção de 1% para Portugal (200 000 pessoas). Especificando, podemos pensar que isto corresponde a um total de 10,63% da população residente em risco de pobreza e exclusão social em Portugal, considerando que em 2012, o seu total era de 1 882 157 pessoas²³. Partindo desta abordagem, podemos dizer que em 2012, a taxa de risco de pobreza e exclusão social em Portugal era superior em 8 pp. à média da UE-27 países.

A nível regional, constata-se que, de 2001 para 2012, o número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social diminuiu, em Portugal, cerca de 9,19%; enquanto na AML, essa diminuição foi de 5,21% e na AMP de 9,34%. Dentro da AMP, os concelhos com um maior número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social são Vila Nova de Gaia, Porto e Matosinhos: territórios que mais acumulam debilidades identificadas de inclusão. Muito embora o fenómeno da pobreza e da exclusão social seja multifacetado e multidimensional, implicando, como fomos demonstrando ao longo

22. O risco de pobreza ou exclusão social é medido através da identificação de pessoas a viver em, pelo menos, uma de três situações: risco de pobreza, carências materiais ou reduzida intensidade de trabalho.

23. Estes valores foram obtidos utilizando os seguintes cálculos: aferição da taxa de pobreza verificada a nível nacional no número total de pessoas residentes em cada região (Portugal, Áreas Metropolitanas e concelhos), por ano. Trata-se, portanto, de um cálculo aproximativo à realidade social. A meta da UE foi calculada segundo um procedimento semelhante: tendo em conta que a UE pretende que Portugal reduza em 10,63% o número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social, ponderou-se esse percentual no número total de pessoas em risco de pobreza e exclusão social por região calculado anteriormente.

QUADRO 6.1 Taxa de privação material severa em 2008 e 2012²⁴

Fonte: PORDATA (2013i).

Taxa de Privação Material severa	2008	2011	2012
UE-27	8,40%	8,8%	10,30%
Portugal	9,70%	8,3%	8,60%

N.º pessoas em privação material	2008	2012	Variação 2008-2012
Portugal	1024143	904277	-11,70
Norte	360468	316199	-12,28
AML	270037	242754	-10,10
AMP	171127	150900	-11,82
Santo Tirso	7026	6125	-12,82
Trofa	3773	3348	-11,26
Espinho	3160	2682	-15,13
Gondomar	16327	14464	-11,41
Maia	12827	11694	-8,83
Matosinhos	16912	15101	-10,71
Porto	23816	19806	-16,84
Póvoa de Varzim	6194	5452	-11,98
Valongo	8964	8147	-9,12
Vila do Conde	7631	6866	-10,02
Vila Nova de Gaia	29181	26083	-10,62
Paredes	8406	7490	-10,90
Arouca	2226	1902	-14,55
Oliveira de Azeméis	6762	5880	-13,04
Santa Maria da Feira	13536	12043	-11,03
São João da Madeira	2108	1868	-11,39
Vale de Cambra	2279	1949	-14,47

desta análise, a referência a diversas dimensões e inúmeros indicadores, a privação material, encarada aqui como um índice que nos dá conta da situação económica e material das pessoas e famílias, não deixa de constituir-se como um elemento primordial e basilar – tornando-se incontornável – a considerar na problemática da exclusão/inclusão social.

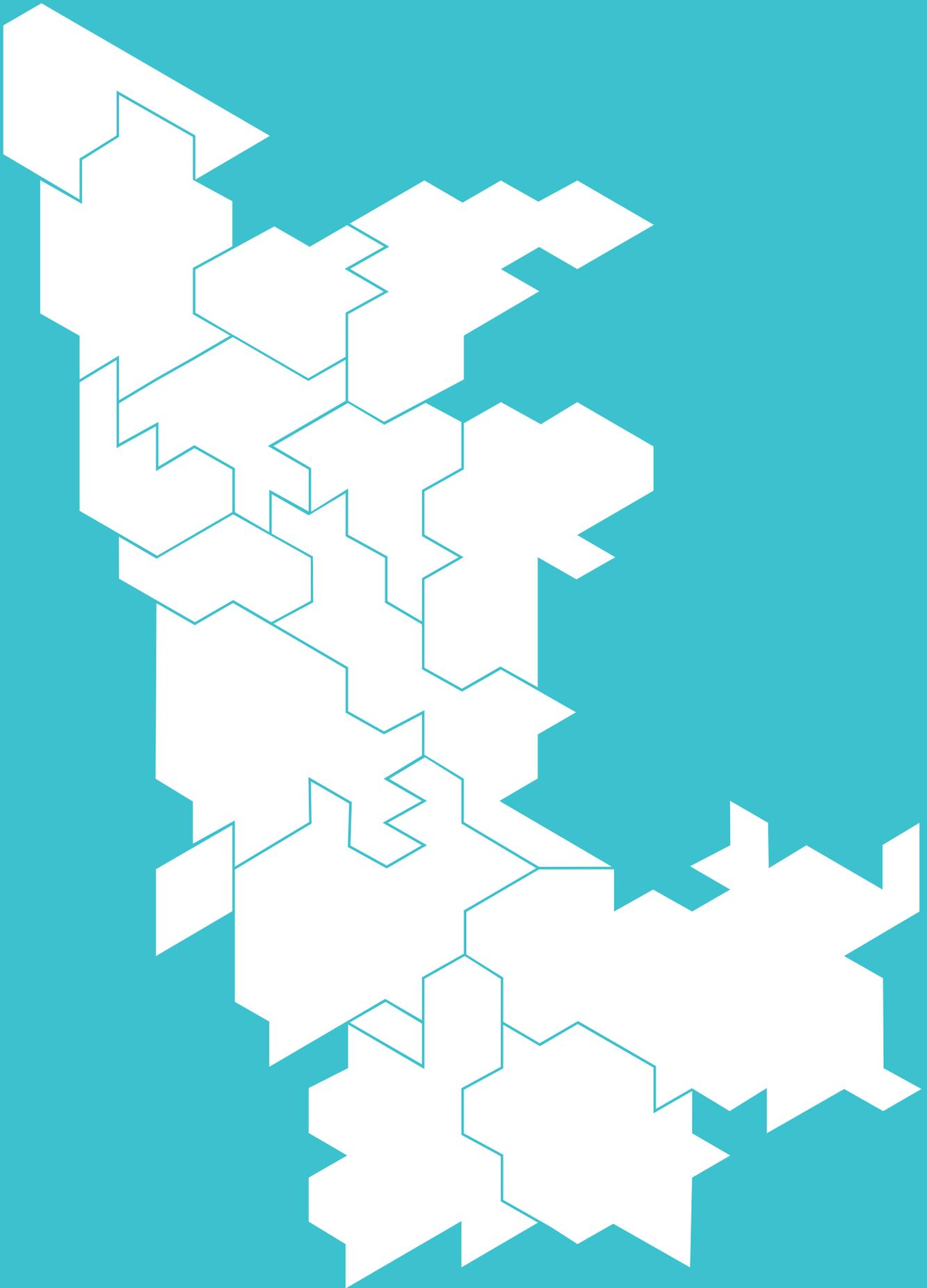
Ao encararmos desta forma este indicador composto (ou índice), discorreremos logicamente no significado de síntese que o mesmo assume numa leitura complexa que se foi fazendo ao longo deste trabalho.

24. Chegamos a estes valores aferindo a taxa de privação material severa verificada a nível nacional no número total de pessoas residentes em cada região (Portugal, Áreas Metropolitanas e concelhos), por ano. Trata-se, portanto, de um cálculo aproximativo à realidade social.

QUADRO 6.2 Taxa de risco de pobreza e exclusão social segundo a Europa 2020

	2001	2008	2009	2010	2011	2012	Meta UE
Portugal	2072544	1953263	1891716	1892585	1900361	1882157	200000
AML	533042	515020	501228	503971	508483	505267	53690
AMP	346443	326376	315727	315465	316807	314082	33375
Vila Nova de Gaia	57871	55655	53997	54114	54537	54289	5769
Porto	52403	45423	43435	42897	42400	41223	4380
Matosinhos	33486	32254	31314	31399	31632	31432	3340
Gondomar	32867	31138	30137	30122	30288	30106	3199
Santa Maria da Feira	27218	25816	24981	24967	25147	25067	2664
Maia	24149	24464	23907	24122	24414	24340	2586
Valongo	17268	17097	16656	16760	16963	16957	1802
Paredes	16705	16032	15534	15545	15661	15589	1657
Vila do Conde	14918	14554	14150	14215	14350	14291	1519
Santo Tirso	14483	13400	12916	12855	12876	12749	1355
Oliveira de Azeméis	14132	12897	12412	12338	12354	12239	1301
Póvoa de Varzim	12687	11812	11406	11381	11429	11347	1206
Trofa	7529	7195	6974	6984	7024	6968	740
Espinho	6726	6027	5781	5725	5693	5582	593
Vale de Cambra	4946	4346	4165	4123	4111	4057	431
Arouca	4829	4245	4070	4028	4015	3959	421
São João da Madeira	4227	4020	3892	3891	3912	3887	413

Fontes: PORDATA (2013i) e EUROSTAT (2013).



8

**GOVERNAÇÃO
E CRESCIMENTO
INCLUSIVO**

Partimos, aqui, da perspectiva

de que uma abordagem mais contemporânea do planeamento, e implicitamente do desenvolvimento, contempla não só uma leitura física do território, mas também informações sociais e culturais – onde pontuam as representações sociais dos atores face ao território onde habitam e trabalham. Ou seja, a nossa perspectiva combina o entendimento da espacialidade enquanto ‘questões de facto’ e a sua compreensão enquanto ‘questões de valor/interesse/preocupação’ (Latour, 1993, 2005). Isto compreende, igualmente, prestar atenção às questões objetivas e físicas do território, mas também às preocupações sociais tácitas (quantas vezes invisíveis) inerentes a quem vive e representa esse território. Desta feita, a territorialidade deve ser vista nas interrelações entre os atributos físicos, as necessidades sociais, os padrões culturais, as dinâmicas de poder e as negociações políticas (Davoudi, 2012). O desenvolvimento pressupõe que os territórios sejam também criados através de visões imaginativas e criativas, fruto de processos de aprendizagem e de construção de narrativas (Sandercock, 2003).

Na abordagem que fizemos em torno da governança e da inclusão social, também tivemos em consideração que as áreas metropolitanas são mega-regiões com múltiplos recursos, problemas e interdependências em termos económicos, sociais, infraestruturais e naturais. Esta condição metropolitana implicou uma abordagem da governação a vários níveis. Em primeiro lugar, analisamos a perceção que as instituições têm dos problemas e da capacidade institucional metropolitana para os resolver considerando os onze objetivos temáticos de desenvolvimento inscritos na *Europa 2020* (Acordo de Parceria, 2014-2020). Em segundo lugar, e atendendo que os processos colaborativos e em rede podem cumprir um conjunto de tarefas necessárias para a governação supramunicipal, tendo em vista o bem coletivo, identificaram-se as redes percecionadas pelos *stakeholders* metropolitanos e os atores melhor posicionados para liderar os processos de governação. Para que os processos tenham sucesso no planeamento e na gestão estratégica, é preciso mobilizar os principais agentes numa ação conjunta, e portanto, nortearmos a nossa análise nesse entendimento de que o processo de configuração de redes institucionais é fundamental para desencadear as tarefas necessárias para a preparação do desenvolvimento de projetos concretos de planeamento e de desenvolvimento à escala regional.

Neste contexto, e dada a natureza e a amplitude de desafios que encerra a inclusão social, é fundamental assumir que as assimetrias económicas, sociais e territoriais (intra AMP e intra concelhos) necessitam de respostas diferenciadas no quadro de uma estratégia metropolitana de coesão, sustentabilidade e competitividade. As representações e identificação de redes e de

atores-chave aqui patenteados situam-se numa abordagem holística da coesão social, isto é, no reconhecimento de que os problemas são educativos, de emprego, de empregabilidade, de pobreza, socioculturais e de exclusão.

Como referem diversos documentos de reflexão política, vivemos num contexto de forte expansão dos territórios urbanos; nesse panorama, as cidades são cada vez mais a chave para o desenvolvimento sustentável da Europa. Ainda que os modelos europeus de desenvolvimento urbano se confrontem permanentemente com riscos, vivemos um contexto favorável à transformação das ameaças em oportunidades, através da promoção de economias locais mais sustentáveis, inclusivas e resilientes valorizando a diversidade e multiculturalidade social e étnica e combatendo ativamente a segregação sócio-espacial (Comissão Europeia, 2011). Isto porque, tal como menciona o recente relatório “Future Urban Living” (University of Birmingham, 2014) – “os modelos de governança que definem a sua agenda e visões a partir de baixo, e não de cima, são tidos como sendo os modelos mais resilientes e efetivos” (University of Birmingham, 2014: 6).

Neste sentido, as lideranças devem partir de uma origem mais local e não tanto nacional, na medida em que estão mais perto das pessoas, e uma participação ativa na conceção e planeamento das cidades é fundamental para que estas tenham sucesso. Porque, como diria Pierre Bourdieu, devemos entender o espaço social como um espaço de inter-relações, um espaço onde as instituições não se explicam por si mesmas, como se de elementos totalmente independentes se tratassem; ao invés, um dado elemento, um dado fenómeno, uma dada instituição ou ação só são passíveis de ser entendidas se analisadas como

um resultado de diferentes circunstâncias (Bourdieu, 1997). O mesmo será, portanto, dizer que toda e qualquer ação de governança, toda e qualquer política só poderá ser entendida se tivermos em linha de conta as múltiplas instituições políticas, sociais... e, nesse contexto, um melhor ou pior resultado, uma melhor ou pior política será a consequência de todo este processo relacional. Desta feita, a criação do *Territorial Service* da OCDE (em 2007) foi um marco importante para os avanços da governação multinível, multiescalar horizontal-vertical pois facilitou o olhar territorial das políticas setoriais. Antes, o Relatório Barca, lançou o *place-based paradigm* – etapa fundamental e enquadradora das políticas comunitárias no tocante à governação multinível e multiescalar (Figueiredo e Babo, 2014), assumindo a governança como espaço social relacional de atores e objeto de políticas públicas.

A incapacidade ou a falência dos Estados Providência, com particular incidência a partir da década de 1980 (Guerra e Santos, 2014), têm contribuído para a (re)emergência de um conjunto de iniciativas de atores e entidades da sociedade civil em geral que procuram encontrar respostas alternativas a velhos e a novos problemas sociais como o desemprego, a habitação, a saúde, a ecologia, etc. Um dos mais recentes conceitos que procura apreender estas novas dinâmicas é o de empreendedorismo social: consubstanciado de acordo com alguns autores em iniciativas de articulação entre os princípios das organizações não lucrativas e os métodos de negócio dos campos da gestão e da economia com vista à sustentabilidade económica das organizações (Mair e Marti, 2006). A problemática nasce em contexto anglo-saxónico e foi sendo construída a partir de 1990, resultando no desenvolvimento

de iniciativas individuais e/ou coletivas, com diferentes graus de formalização, e pressupondo a primazia da criação do valor social em detrimento da obtenção e acumulação do lucro (Dees, 2001; Austin et al., 2006).

Desta feita, a governança tem vindo a ser enriquecida por todo um conjunto de contribuições teóricas e conceituais de assinalável importância. A estas, podemos acrescentar o conceito de *policy network* que serviu de nomenclatura para uma corrente que cresceu nos anos 1960 e que procurava chamar a atenção para a importância de um conhecimento mais alargado dos processos de troca de recursos e de informação entre os diferentes atores/instituições dentro da rede e, com isso, não só procurar compreender como a estrutura da rede afeta os processos e os resultados políticos, como também chamar a atenção para a necessidade de novas formas de articulação entre Estado e sociedade na elaboração de políticas públicas. A interação que resulta desta rede poderá produzir o consenso necessário para uma mais fácil aplicação das políticas, o que significa que as políticas adaptam-se melhor a cenários mais complexos, onde o Estado e sociedade exibem uma maior interação e comunicação entre si (Rhodes e Marsh, 1992). É mesmo possível inventariar um conjunto de vantagens da *policy network*, a saber: a hipótese de uma maior mobilização de recursos devido à variedade de atores envolvidos na rede; a importância da diversidade de representações e contributos para a resolução do problema a tratar; a justeza na definição de prioridades através do envolvimento de organizações de proximidade aos atores sociais; a possibilidade de identificar várias dimensões de intervenção dentro de um plano comum de intervenção; a possibilidade de ajustamentos on

going, flexíveis no curso dos processos de participação; a enunciação de consensos resultantes de uma negociação não imposta, capazes de gerar maiores compromissos por parte de todos os participantes; a consideração de diversos atores, diversos recursos, diversos poderes, diversas funções, objetivos, temas e níveis de apoio reconhecimento de que diversos atores políticos possam estar envolvidos em diferentes redes de políticas e seus poderes, funções, níveis de apoio e interação possam variar dentro dessas estruturas (Ckagnazaroff, 2009).

Neste contexto, e tal como frisou recentemente Sassen (2011), em paralelo com o reconhecimento das amplas transformações urbanas contemporâneas, haverá que reformular as estruturas políticas em seu torno, por direções igualmente profundas. Novas formas de governança são essenciais, sendo premente promover modelos de governança mais integrados, mais holísticos e mais envolventes; fomentar estratégias debatidas e comprometidas; capacitar geografias sociopolíticas mais multissetoriais e politicamente mais variáveis; dar maior poder aos cidadãos, via inovação social e informal. Esta nova política implica o acionamento da *policy network*.

A estratégia de abordagem parece ser a da proximidade, partilhando espaços sociais e físicos para alcançar as oportunidades de interação e reduzir as distâncias sociais entre as pessoas. Importante é ainda o reconhecimento da urgência da utilização sincrónica de procedimentos formais e informais de participação, não deixando de forar nenhum caminho ou possibilidade de percorrer a mudança. As abordagens baseadas em projetos, parcerias, contratos, capital social, etc. demonstraram que o desenvolvimento local depende também da capacidade dos *stakeholders* locais

de identificar estrangulamentos e potencialidades do seu território, de planejar projetos e de gerir em comum os seus recursos disseminando pontos de referência que estimulam o estabelecimento de sinergias entre os atores e o prosseguimento de projetos comuns, criando um contexto atrativo para os habitantes de um território e como alavanca de criação de produtos que associam as dimensões estética e utilitária (Scott, 2000; Storper e Scott, 2009). É consensual hoje a ideia de que a coesão social beneficia da existência de redes – a exposição dos indivíduos perante o mesmo sistema de valores leva-os a perceber e a concordar com certas prioridades. Ora, a utilização das identidades e pertenças sócio-culturais tem efeitos diretos e indiretos em termos de integração social pois contribuem de forma positiva para o seu bem-estar psicológico e social (Kinder e Harland, 2004) e aumentam a sensibilidade criativa e empreendedora. Também, dão razão e consistência a uma memória coletiva da comunidade (Sharp *et al.*, 2005) e servem como reservatório de ideias criativas e intelectuais para as gerações futuras (Reeves, 2002).

Aproximação metodológica à governança metropolitana do crescimento inclusivo

Nas estratégias inerentes ao quadro estratégico para a política de coesão *Europa 2020*, a Comissão Europeia definiu um claro reforço das políticas urbanas, bem como o estabelecimento de ações e de mecanismos mais transversais e flexíveis, face à futura necessidade de se combinarem distintas políticas, programas e fundos no âmbito de projetos obrigatoriamente mais integrados. Este é um processo de largo espectro,

que obrigará a um reforço dos modelos de multigovernança, ou seja, a um maior envolvimento de atores regionais e locais na conceção, implementação e monitorização de programas e políticas urbanas, e mesmo na própria preparação dos contratos e acordos de parceria com agentes estaduais centrais, nomeadamente os Estados-Nação e a União Europeia.

Portugal tem – não obstante as experiências mais recentes e relevantes, como o foi a Política de Cidades *POLIS XXI* – relevantes *handicaps* ou sérios desequilíbrios na construção de uma cultura sociopolítica de urbanidade e de ordenamento do território, em conjugação com a elaboração de políticas públicas eficazes. Em primeiro lugar, pela frágil capacitação e sofisticação dos poderes e dos instrumentos sub-nacionais, tem produzido uma retroalimentação nas tendências fraturantes entre os elementos territoriais e elementos políticos, mantendo-se sérias dificuldades de capacitação territorial, muito visíveis nas fases de implementação operacional. Em segundo lugar, pelas profundas pressões e exigências da crise na condição urbana portuguesa, na mistura entre um panorama de quase 40% da população em níveis perto ou abaixo do limiar da pobreza (Tese e Dinâmia'CET, 2010) e o inevitável advento de novas formas de participação e de exigência cívica. Esta fratura é tão mais relevante quando pensamos que as dificuldades quotidianas tendem a diminuir as capacidades de atuação e de defesa de um bem-estar coletivo, uma vivência plena de cidadania.

Sabemos que as regiões metropolitanas não estão suficientemente interligadas ao nível da governação. Dezenas de entidades setoriais e locais tomam decisões independentes e algumas vezes contraditórias, havendo a necessidade

de promover a governação metropolitana. Esta pode preencher lacunas ou dificuldades onde o poder executivo local e central têm dificuldades em atuar, envolvendo os setores público e privado em tarefas comuns (Innes, Booher e Vittorio, 2011). Acreditamos que uma área metropolitana deve ser composta por muitos sistemas naturais, políticos, sociais e económicos sobrepostos e que se entrecruzam (Guerra, 2012b). Cada um deles pode ser, em grande parte, gerido por diferentes grupos de agentes públicos e privados, que também interagem noutros sistemas, ao relacionar assuntos e tarefas. A Área Metropolitana do Porto (AMP) – poder executivo formal – poderá assim desempenhar um papel fulcral na condução destas redes e colaborações tendo em vista os objetivos públicos da AMP 2020.

É importante salientar, a título demonstrativo, o facto de no âmbito da *Europa 2020*, as Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS) assumirem um papel fundamental no ordenamento e desenvolvimento urbano. Ora, as AIDUS enquanto instrumentos de congregação territorial e social de natureza agregadora e multidimensional, vão exigir mais do que uma governação formal. Antevemos, neste contexto, que precisarão de sistemas de governação que envolvam não só um novo poder executivo e entidades públicas, mas também entidades com e sem fins lucrativos, organizações cívicas e representantes do grande público. Estas novas formas de governação envolvem um maior número de grupos e de entidades públicas com interesses díspares, embora interdependentes, na resolução e ação relativamente a determinados problemas ou questões estratégicas. As formas de trabalho e de negociação são, a este nível, muito diversificadas, indo da auto-organização à

descentralização, do formal ao informal (Innes et al., 2011). A governação implicará, pois, construir ligações de uma forma transversal, tendo em consideração o sistema de decisão fragmentado e multinivelado, e além disso deve procurar desenvolver capacidades de ação das entidades fora dos seus mandatos formais. O processo de governação tem de ser desenhado em função das características únicas de cada metrópole, fundamentando-se nas suas mais-valias e enfrentando os seus desafios (Innes e Booher, 2010). Daí, a importância de um trabalho prévio de auscultação das populações e atores sociais como o que aqui pretendemos demonstrar.

É importante lembrar que Axelrod e Cohen (1999) sugerem que são necessárias três condições para criar um sistema político e social adaptável: diversidade, interação e seleção. A diversidade implica que muitos tipos de entidades, perspectivas, conhecimentos e interesses, incluindo escalas relevantes desde a nacional ao bairro, se envolvam na criação de políticas. A interação permite que as entidades sejam informadas sobre as atividades umas das outras e que aprendam com as experiências alheias. As interações pessoais criam capital social e compreensão recíproca entre as entidades. Por fim, a seleção significa que os agentes têm de ser capazes de selecionar estratégias eficientes e acabar com as que apresentam resultados de pouco valor. Neste sentido, a governação metropolitana tem de ser flexível, experimental e pedagógica (Innes e Booher, 2010); deve responder de forma atempada à mudança e inovar se as situações o exigirem. Uma metrópole é demasiado multifacetada e diversa para que alguém a possa compreender como um todo. A sua governação depende dos intervenientes que, para agir, se baseiam nos

seus próprios interesses, no conhecimento direto das questões que lhes são próximas e na informação que lhes chega. É pois fulcral adotar práticas eficientes à medida que os agentes delas tomem conhecimento. Assim, a governação metropolitana deve ser constituída por um bom sistema de interligações como veremos a seguir, para que o retorno das ações seja atempado.

Os resultados apresentados neste capítulo baseiam-se na aplicação de um inquérito por questionário junto dos *stakeholders* da AMP compostos por uma diversidade jurídica, institucional e social de atores: associações privadas sem fins lucrativos, associações mutualistas, associações de direito civil e canónico, entidades privadas de interesse público, associações de desenvolvimento local, cooperativas, associações, institutos públicos, centros de investigação e formação, redes de investigação e atores individuais. Este inquérito teve como objetivos centrais proceder a uma avaliação da perceção dos *stakeholders* relativamente: (1) aos principais problemas a resolver na AMP; (2) à capacidade institucional para resolver esses mesmos problemas nesta área metropolitana; (3) à importância atribuída aos objetivos da *Europa 2020* para o desenvolvimento da AMP. Estes objetivos situaram-se exclusivamente na focagem no *crescimento inclusivo*. Além disso, pretendemos igualmente avaliar as instituições melhor posicionadas para liderar as redes, bem como identificar quais os desenhos ou redes institucionais que mais se evidenciam no contexto metropolitano. Este questionário geral foi aplicado a 1500 instituições/indivíduos localizados na AMP, tendo sido obtidas 345 respostas válidas. O exercício de avaliação por via do inquérito concretizou-se nos seguintes pontos: (1) os níveis de importância (avaliados numa

escala de 1 a 10) atribuídos a um conjunto de estratégias para a AMP no contexto da *Europa 2020*; (2) os níveis de capacidade institucional (avaliados numa escala de 1 a 10) atribuídos para implementar essas estratégias; (3) a importância atribuída aos 11 objetivos temáticos da Política de Coesão (selecionando os três objetivos mais importantes); (4) os *stakeholders* da AMP com maior capacidade de intervenção a nível metropolitano no âmbito do *crescimento inclusivo*.

As encruzilhadas das representações acerca da capacidade institucional de resolução de problemas e de mobilização de atores

Uma primeira abordagem dos atores envolvidos no processo multinível e multissetorial da governança na AMP foi consubstanciada nas considerações feitas face aos onze objetivos da Política de Coesão (Quadro 7.1).

A primeira constatação é a de que o nível de importância atribuída pelas instituições/indivíduos a cada um deles é muito heterogéneo. Tal significa que as instituições ou os indivíduos mostram sensibilidades diferentes relativamente aos objetivos e que é necessário desencadear ações de sensibilização e de reforço do conhecimento relativamente aos objetivos aos quais foram atribuídos níveis de importância mais reduzidos.

Paralelamente, constata-se que os objetivos mais relacionados com os objetivos do *crescimento inclusivo* são aqueles que são considerados mais importantes pelos inquiridos. A promoção do emprego e da mobilidade laboral aparece num lugar prioritário (37,68% dos respondentes), seguidos pela necessidade de promover a inclusão social (33,91%), de combater a pobreza

QUADRO 7.1 > Identificação dos níveis de importância atribuídos pelas instituições ou pelos indivíduos aos 11 objetivos da política de coesão

Objetivos da Política de Coesão	Níveis
1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	31,30%
2. Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, e fomentar a sua utilização e qualidade;	7,25%
3. Reforçar a competitividade das PME, do setor agrícola (FEADER), das pescas e da aquicultura (FEAMP)	26,09%
4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	5,22%
5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	3,48%
6. Proteger o ambiente e promover a utilização sustentável dos recursos	20,00%
7. Promover os transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede	23,48%
8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	37,68%
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza	33,91%
10. Investir na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	31,88%
11. Reforçar a capacidade institucional e garantir uma administração pública eficiente	25,22%

e de investir na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida (31,88%). Este posicionamento é expectável, uma vez que estes objetivos são os que mais afetam as possibilidades de vivência societal, assumindo uma maior premência na atualidade portuguesa, num contexto de elevadas taxas de desemprego, em geral, e de desemprego juvenil, em particular, e em que ‘geração nem-nem’ (jovens que nem trabalham, nem estudam, nem estão em formação) parece ser uma realidade cada vez mais constante (OCDE, 2014). O contexto de crise económica e social funciona potencialmente como contexto de maior sensibilização face à premência da inclusão social. A pertinência de reforço da investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação (31,30%) e a competitividade das PME, do setor agrícola (FEADER), das pescas e da aquicultura (FEAMP) (26,09%) são também aspetos considerados relevantes por parte dos inquiridos, ainda que estes não valorizem a importância de

melhoria no acesso às tecnologias da informação e da comunicação, e ao fomentar a sua utilização e qualidade (7,25%).

Constata-se, igualmente, uma forte sensibilidade para a promoção de transportes sustentáveis, para a necessidade de eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas da rede (23,48%) e para a proteção do ambiente e promoção da utilização sustentável dos recursos (20,00%). No entanto, nota-se uma fraca sensibilidade relativamente às alterações climáticas, à prevenção e gestão de riscos (3,48%) e à transição para uma economia de baixo teor de carbono (5,22%). É ainda de sublinhar o reconhecimento dos inquiridos quanto à relevância de reforçar a capacidade institucional e de garantir uma administração pública eficiente (25,22%). Estes posicionamentos refletem uma lógica interpretativa da inclusão social como uma aproximação dinâmica (proactiva) ao bem-estar (Sandell, 1998). Assim, as políticas públicas ativas são as que são

capazes de dar competências às pessoas e, conjuntamente, as que têm capacidade para facultar a sua inserção no mercado de trabalho, nos serviços e cuidados de saúde, nos sistemas de educação e formação, no mercado de habitação, nos sistemas de proteção e segurança, em famílias, em comunidades arraigadas... A aplicação destes princípios leva à necessária combinação de políticas universais com políticas de diferenciação numa complementaridade e interface colaborativo.

Focando-nos, agora, sobre as matérias mais relacionadas especificamente com os objetivos do *crescimento inclusivo*, procuramos entender a importância atribuída pela base institucional a um conjunto de estratégias a implementar (Quadro 7.2).

Genericamente, quase todas as estratégias em prol do reforço do *crescimento inclusivo* são consideradas muito importantes para a base institucional da AMP. Em termos de relevância, as instituições da AMP têm clara consciência da pertinência dos desafios que se colocam em matéria de promoção da inclusão social. Porém, os resultados demonstram que existem diferentes sensibilidades. No leque de estratégias elencadas, evidencia-se claramente (com uma pontuação de 8,1) a necessidade de promover e apoiar políticas ativas orientadas para o emprego dos jovens, através da criação do próprio emprego, do desenvolvimento de competências-chave, do reforço do empreendedorismo social, dos estágios profissionais e do trabalho partilhado, etc.. Assim, as questões do emprego são decisivas para a sustentação do desenvolvimento e das possibilidades de obtenção de maiores níveis de qualidade de vida, como aliás parece acontecer um pouco por toda a Europa.

De igual modo, a base institucional reconhece também a necessidade de se fomentar a inovação e o desenvolvimento de competências na economia social (7,7 pontos) e de se apostar na educação e formação de adultos (maiores de 18 anos), empregados e desempregados (7,5 pontos). Há, assim, uma clara consciência da necessidade de se desenvolver serviços de apoio a situações de emergência social (habitação, medicamentos, alimentação e vestuário: 7,6 pontos) e de se intervir nas condições de acesso da população em risco de exclusão aos serviços e equipamentos sociais (saúde, educativos, sociais e culturais: 7,6 pontos). É também considerado necessário promover iniciativas e programas socioculturais de natureza inclusiva e de reforço das identidades (7,0 pontos). Assim, existe uma sensibilidade para a necessidade de utilização de abordagens e estratégias inovadoras de capacitação pessoal, social e institucional no combate à exclusão. Tal acontece, quer numa perspetiva mais imediata, quer numa perspetiva de longo prazo, assumindo-se a relevância da inovação social, entendida simultaneamente como potenciadora de valor social e como estratégia de afastamento de intervenções anteriores, muito alicerçadas na dependência face aos contributos e subsídios do Estado (Diogo e Guerra, 2013). Porventura, os constantes recuos do Estado Providência e o adensamento da crise económica e social, são fatores importantes no 'descobrimto' de estratégias de intervenção em prol da qualificação de recursos e da sua autonomia de iniciativa.

Pensando nos mais jovens e nos mais idosos, as intervenções de combate ao insucesso e abandono escolar e as dirigidas ao envelhecimento ativo (atividades de voluntariado, dinâmicas de atuação intergeracionais, práticas lúdicas e

desportivas,) são consideradas prioritárias para a base institucional (7,7 pontos e 7,3 pontos, respetivamente). Por outro lado, há uma menor sensibilidade institucional para a necessidade de promover estratégias e iniciativas de integração multicultural (diálogos e interfaces multiculturais e étnicos, iniciativas de aprendizagem para a diferença, plataformas de conhecimento de costumes e tradições de diferentes culturas...) e de facilitar condições de vivência e de sociabilidade, assentes na igualdade de género (6,5 e 6,4 pontos respetivamente). Desta feita, existe ainda algum desconhecimento acerca das potencialidades do património cultural e da cultura em sentido lato como código de leitura e de identidade das populações, portador de valor social e económico indubitável.

De modo geral, os inquiridos avaliam a capacidade institucional como estando aquém da pertinência das respetivas estratégias (Quadro 7.2), o que demonstra a ausência de uma forte confiança na base institucional existente e na sua capacidade de desencadear processos de grande mudança estratégica. Nas sociedades atuais, surge a defesa de uma educação inclusiva que implica uma filosofia de ativação que é dos cidadãos tendo em vista a sua autonomia e participação, e simultaneamente das instituições, propiciando-lhe condições para a capacitação dos cidadãos (McWilliams, 2004). Estamos aqui diante um duplo movimento de inclusão que tem a ver com a capacitação das pessoas e das próprias instituições sociais (Furlong et al., 2003). Aqui parece residir parte do posicionamento dos atores em análise.

Ainda em matéria de *crescimento inclusivo* e procurando aprofundar o nosso conhecimento sobre esta realidade, organizamos um conjunto

de problemas – a serem objeto de posicionamento por parte dos atores sociais em presença – estruturados pelas seguintes temáticas: desemprego, educação, formação, inclusão social, equipamentos e serviços e inclusão social (Quadro 7.3). A inclusão implica o desenvolvimento humano, dependendo dos talentos, das competências, das capacidades e escolhas e o envolvimento e *engagement* na vida comunitária (Diogo e Guerra, 2013). A partir dos resultados deste inquérito, pode afirmar-se que há uma perceção global de várias insuficiências ao nível da inclusão social, o que evidencia a acutilância destes problemas na vida e quotidiano das instituições.

No que concerne ao desemprego, sobressaem problemas de articulação e de cooperação institucional no combate ao desemprego jovem desqualificado (4,6 pontos) e qualificado (4,8 pontos), bem como um insuficiente acesso institucional ao conhecimento para a resolução desses problemas. Com efeito, a capacidade institucional para resolver os problemas do desemprego e do reforço da empregabilidade são avaliados apenas como razoáveis (4,6 pontos), indiciando a necessidade de uma maior intervenção a este respeito, mediante a agilização de procedimentos, pela criação de novos programas ou pela intervenção junto de “novos” públicos.

Ao nível da educação, a articulação entre a educação formal e não formal nos processos educativos é débil (4,8 pontos), assim como a disponibilidade de oferta de educação e formação de adultos (4,7 pontos). Paralelamente, há uma fraca utilização de dispositivos de reconhecimento, validação e certificação de competências de ativos adultos, com nível de escolaridade inferior à escolaridade obrigatória (4,7 pontos). No combate ao insucesso e ao abandono escolar, a

QUADRO 7.2 > Níveis de Importância atual (numa escala de 1 a 10) de um conjunto de estratégias e capacidade institucional para as implementar no âmbito do crescimento inclusivo

Estratégias a implementar	Importância para a AMP	Capacidade institucional da AMP
1. Promover e apoiar políticas ativas orientadas para o emprego dos jovens (criação do próprio emprego, desenvolvimento de competências chave, empreendedorismo social, estágios profissionais, trabalho partilhado, etc.).	8,1	5,9
2. Fomentar a inovação e o desenvolvimento de competências na economia social.	7,7	6,0
3. Reforçar intervenções de combate ao insucesso e abandono escolar.	7,7	5,9
4. Intervir nas condições de acesso da população em risco de exclusão aos serviços e equipamentos sociais (saúde, educativos, sociais e culturais).	7,6	6,0
5. Desenvolver serviços de apoio a situações de emergência social (habitação, medicamentos, alimentação e vestuário).	7,6	6,2
6. Apostar na educação e formação de adultos (maiores de 18 anos), empregados e desempregados.	7,5	5,7
7. Fomentar intervenções dirigidas ao envelhecimento ativo (atividades de voluntariado, dinâmicas de atuação inter-geracionais, práticas lúdicas e desportivas).	7,3	6,1
8. Promover e iniciativas e programas socioculturais de natureza inclusiva e de reforço das identidades.	7,0	6,1
9. Promover estratégias e iniciativas de integração multicultural (diálogos e interfaces multiculturais e étnicos, iniciativas de aprendizagem para a diferença, plataformas de conhecimento de costumes e tradições de diferentes culturas...).	6,5	5,7
10. Facilitar condições de vivência e de sociabilidade fundadas na igualdade do género.	6,4	5,5

avaliação dos inquiridos assinala a escassa oferta de medidas de combate a estes problemas (5,2 pontos), bem como a sua limitada qualidade e eficácia (5,1 pontos). Para além disso, são ainda considerados reduzidos os níveis de cooperação e de diálogo interinstitucional (5,1 pontos), nomeadamente no âmbito do trabalho com as famílias e com os atores locais (4,9 pontos), bem como o acesso a conhecimento capaz de favorecer intervenções mais eficazes (5,0 pontos). Nestes posicionamentos, existe um dado reconhecido da importância da inovação social

enquanto proposta de uma via efetiva e criativa para a resolução de problemas sociais, no sentido de melhorar o bem-estar social e assim promover o desenvolvimento. Esta proposta ativa de forma dinâmica a relação entre estrutura e agência, através da afirmação do papel do indivíduo na sociedade, do poder de agência de indivíduos e organizações, e da incessante capacidade humana para a reinvenção (Westley, 2008: 1-2). A disponibilidade de formação contínua e profissional segmentada, organizada em função das características dos públicos-alvo, e orientada

para a empregabilidade dos ativos desempregados é relativamente frágil (5,0 pontos) também. Atualmente, a situação em matéria de oferta de formação profissional de nível não superior, nomeadamente em termos de áreas e perfis de saída, mostra-se também relativamente insuficiente (5,0 pontos). Em matéria de empreendedorismo há pouca disponibilidade de formação relevante no domínio do empreendedorismo social (5,1 pontos) e da qualificação da gestão de PME's dos setores do pequeno comércio e serviços (4,8 pontos). Estas representações concorrem para a defesa de uma perspetiva de que os processos de inovação social decorrem da sociedade civil, dos movimentos sociais e das organizações do terceiro setor, também do Governo, das instituições religiosas, das universidades, das empresas, assim como dos indivíduos com particular influência social e política se podem assumir como agentes de inovação social ao dinamizar processos que impliquem uma mudança significativa na resolução de problemas sociais (Mulgan, 2007).

Nos domínios da inclusão social, a formação e qualificação continuadas das estruturas e equipas que intervêm é escassa (5,3 pontos). Há uma insuficiente acessibilidade aos programas socio-culturais de natureza inclusiva, destinados a todos os segmentos etários, e de reforço de identidades (5,3 pontos). As respostas ao questionário demonstram, igualmente, uma situação de grande fragilidade em matéria de intervenção relativa às medidas de combate a situações de abandono e solidão dos idosos (5,0 pontos). Em termos da intervenção relativamente aos problemas de emergência social decorrentes da atual crise (nomeadamente, alimentação, habitação, medicamentos, etc.) a avaliação é razoável (5,8

pontos), mas no que toca à disponibilidade e acesso a medidas promotoras de envelhecimento ativo, o cenário é mais negativo (5,1 pontos). Também em matéria de inclusão social, o acesso a conhecimento capaz de favorecer intervenções mais eficazes no combate à pobreza é incipiente (5,2 pontos), sendo de assinalar a importância do desenho de programas integrados e multissetoriais de intervenção a este respeito.

A acessibilidade aos serviços e equipamentos (saúde, educativos, sociais e culturais) da população em risco de exclusão é considerada razoável (5,6 pontos). Todavia, os sistemas de informação relativamente aos idosos isolados e às suas redes de apoio e vizinhança são claramente insuficientes (4,7 pontos), assim como a acessibilidade aos serviços e plataformas de proximidade em prol da integração comunitária e do reforço das identidades locais (4,9 pontos). Verificam-se também debilidades em matéria de definição de estratégias, práticas e programas de fomento e qualificação de voluntariado (5,0 pontos) e há uma insuficiente articulação entre municípios, tendo em vista a estruturação de uma rede de equipamentos sociais (5,0 pontos). As competências de liderança e de gestão nas organizações da economia social são igualmente vistas como estando insuficientemente desenvolvidas (4,7 pontos). Em matéria de inovação social, as carências são manifestas, tanto na necessidade de promover iniciativas de apoio à inovação social (4,9 pontos), como no desenvolvimento de programas fundados na inovação social (4,6 pontos). Assim, é clara uma procura de melhoria das estratégias de enfrentamento da exclusão e uma busca de novas formas de combate à pobreza e exclusão social. Reconhecendo as limitações destes posicionamentos, não podemos deixar de

QUADRO 7.3 › Avaliação da situação atual de um conjunto de indicadores de crescimento inclusivo²⁵ e da capacidade institucional para intervir no seu âmbito

	Crescimento inclusivo	Situação atual AMP	Capacidade da AMP
Desemprego	A articulação e cooperação entre instituições e agentes no combate ao desemprego jovem pouco qualificado.	4,6	5,7
	A articulação e cooperação entre instituições e agentes no combate ao desemprego jovem qualificado e altamente qualificado.	4,8	5,7
	A cooperação entre instituições e detentores de conhecimento no reforço da empregabilidade da população ativa.	4,6	5,7
	O acesso a conhecimento que favoreça intervenções mais eficazes no combate ao desemprego.	4,9	5,8
	A articulação entre educação formal e não formal nos processos educativos de jovens.	4,8	6,1
Educação	A disponibilidade de oferta de educação e formação de adultos.	4,7	6,0
	A utilização de dispositivos de reconhecimento, validação e certificação de competências de ativos adultos, com nível de escolaridade inferior à escolaridade obrigatória.	4,7	5,8
	A oferta (dimensão e cobertura) de medidas de combate ao insucesso e abandono escolar.	5,2	6,1
	A qualidade e a eficácia das medidas de combate ao insucesso e abandono escolar.	5,1	6,0
	A cooperação e o diálogo no combate ao insucesso e abandono escolar.	5,1	6,1
	O trabalho com famílias e atores locais no combate ao abandono escolar precoce.	4,9	5,9
	O acesso a conhecimento que favoreça intervenções mais eficazes no combate ao insucesso e abandono escolar.	5,0	6,0
Formação	A disponibilidade de formação contínua segmentada e organizada, em função das características dos públicos-alvo.	5,0	6,2
	A disponibilidade de formação profissional orientada para a empregabilidade dos ativos desempregados.	5,0	5,9
	A oferta de formação profissional de nível não superior, nomeadamente em termos de áreas e perfis de saída.	5,0	6,0
	A disponibilidade de formação relevante no domínio do empreendedorismo social.	5,1	6,1
	O apoio ao empreendedorismo e à qualificação da gestão de PME's dos setores do pequeno comércio e serviços.	4,8	5,8

25. Estamos a referir-nos a uma escala de posição de 1 a 10, em que 10 é a situação melhor. Os valores apresentados correspondem aos valores médios das respostas. Neste universo, consideramos que os valores entre 4,0 e 4,9 correspondem a situações de muita fragilidade; os valores entre 5,0 e 5,4 correspondem a situações de fragilidade; os valores entre 5,5 e 5,9 correspondem a situações razoáveis; os valores entre 6,0 e 6,9 correspondem a situações boas; os valores superiores a 6,9 correspondem a situações muito boas.

Inclusão Social	A formação e qualificação continuadas das estruturas e equipas que intervêm nos domínios da inclusão social.	5,3	6,4
	O acesso a programas socioculturais de natureza inclusiva e de reforço de identidades.	5,3	6,3
	O acesso a programas de artes performativas inclusivos destinados a todos os segmentos etários.	4,9	6,0
	As medidas de combate a situações de emergência social decorrentes da crise (alimentação, habitação, medicamentos, etc.).	5,8	6,5
	As medidas de combate a situações de abandono e solidão dos idosos.	5,0	6,0
	A disponibilidade e o acesso a medidas promotoras de envelhecimento ativo.	5,1	6,0
	O acesso a conhecimento que favoreça intervenções mais eficazes no combate à pobreza.	5,2	6,1
	Os níveis de acesso da população em risco de exclusão aos serviços e equipamentos sociais (saúde, educativos e culturais).	5,6	6,3

referir que as desigualdades passam também, no plano das representações simbólicas, pelo enraizamento identitário e pela existência de uma tessitura intensa de memórias e de representações do mundo, quer seja do espaço habitado, do vivido quotidiano, da relação com a cidade, da relação com a escola ou da relação com os poderes, entre outras (Guerra, 2012a, 2012b). Assim, a crescente fragmentação dos modos de vida ocasionada pela mudança de paradigmas culturais e canais de interação decorrentes da globalização e da sociedade em rede têm ditado inúmeras fragmentações sentidas nas sociabilidades, relações de vizinhança e interações quotidianas.

Das redes aos processos de governação: as redes percebidas pelos stakeholders

Partimos de uma compreensão da governança como um resultado da interação entre todos os interessados (atores políticos, sociais...), o que

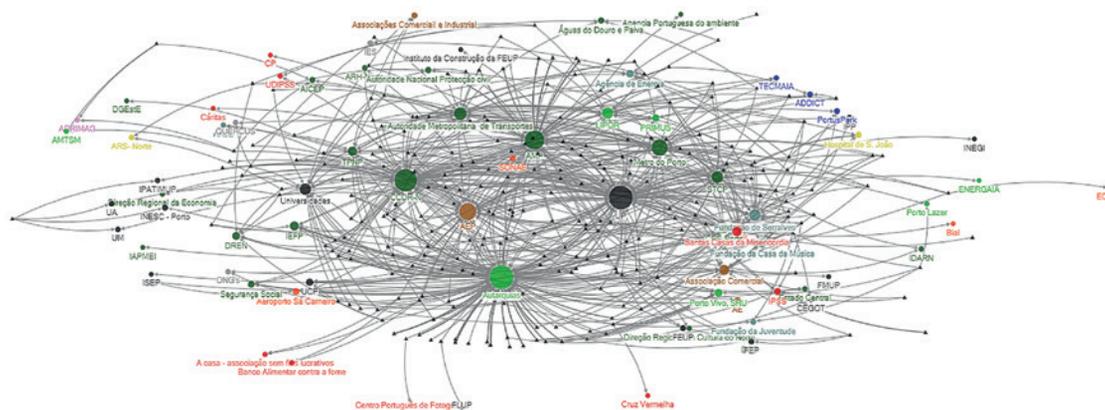
quer dizer que a governança é resultado e causa de um processo em rede. Esta rede será, pois, composta por um conjunto de nós (atores/instituições) socialmente ligados por uma ou mais ligações (relações) (Marques e Alves, 2010). Na base deste entendimento, está a ideia de que os indivíduos não agem de forma isolada e que o seu comportamento está profundamente condicionado pelas relações que eles mantêm com outros indivíduos. Esta ideia (que está também na base da teoria das redes) tem sido usada para compreender as mais diversas áreas complexas de desenvolvimento social (Soete et al., 2010). Com base nas respostas face às redes de relações institucionais estabelecidas, produzimos algumas estatísticas e representamos as redes, de forma a avaliar as instituições centrais, ou seja as que têm uma posição com maior preponderância e que estão melhor posicionadas para liderar processos de governação metropolitana, uma vez que são reconhecidas pela base institucional metropolitana (Figura 7.1).

No questionário geral foram referidas 327 instituições atuantes na governança metropolitana. As instituições que surgem como mais centrais na rede institucional (degree mais elevado) são as seguintes: num primeiro nível, as autarquias, a Universidade do Porto (UP), a Área Metropolitana do Porto (AMP), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDR-Norte) e a Associação Empresarial de Portugal (AEP); num segundo nível, a Metro do Porto, a Autoridade Metropolitana de Transportes, a Serviços de Transportes Coletivos do Porto (STCP), a Fundação de Serralves, a LIPOR, a Associação Comercial, a Fundação da Casa da Música, a Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL), as Santas Casas da Misericórdia, o (Centro Regional de Excelência – Educação para o Desenvolvimento Sustentável (CRE-Porto), o Turismo do Porto e Norte de Portugal (TPNP) e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Trata-se de uma rede muito ‘povoada’ e diversificada do ponto de vista da natureza e intervenção sectorial das instituições. Não obstante, nesta rede global podem identificar-se, genericamente, os seguintes seis grupos de instituições (Figura 7.1): um primeiro, organizado em torno da Universidade do Porto, a Universidade Católica, o Instituto Superior de Engenharia do Porto, o Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial (INEGI), o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto (INESC – Porto), o Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (IPATIMUP), a Universidade do Minho, a Universidade de Aveiro, o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA), o Instituto Politécnico do Porto, o PortusPark, a Associação Comercial do Porto, o Aeroporto de

Sá Carneiro, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) e a Direção Regional da Cultura – Norte; um segundo, estruturado à volta das Autarquias, envolvendo sobretudo organismos da Administração Central e organizações não governamentais (ONG’s); um terceiro, em torno da AMP, nomeadamente com a Autoridade Metropolitana dos Transportes, a LIPOR, e ainda a PRIMUS, as Águas do Douro e Paiva, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas (ADDICT) e a Agência Portuguesa do Ambiente; um quarto, por um lado, com a Fundação de Serralves e a Fundação da Casa da Música, e por outro com o Metro do Porto, a STCP, a CP, entre outras; um quinto, em torno da CCDR-Norte, com a Direção Regional da Economia, a Direção de Serviços da Região Norte do Ministério da Educação e Ciência, os Centros de Segurança Social, etc.; um sexto, nomeadamente com instituições particulares de solidariedade social (IPSS), as Santas Casas da Misericórdia, a Cruz Vermelha, o Banco Alimentar Contra a Fome. Portanto, existe um reconhecimento da importância e capacidade de governança metropolitana de instituições que se mobilizam por desígnios ligados à investigação, conhecimento, educação, inovação, identidade, cultura, integração social de natureza tendencialmente metropolitana e/ou regional, o que é muito interessante pois configura uma perspetiva holística e abrangente do desenvolvimento e do planeamento.

Se nos reportarmos ao *crescimento inclusivo*, foram identificadas um conjunto de 100 instituições que corporificam uma rede em torno das Autarquias, do IEFP, das IPSS e das Universidades (nomeadamente a Universidade do Porto). As autarquias têm nesta rede um nível de

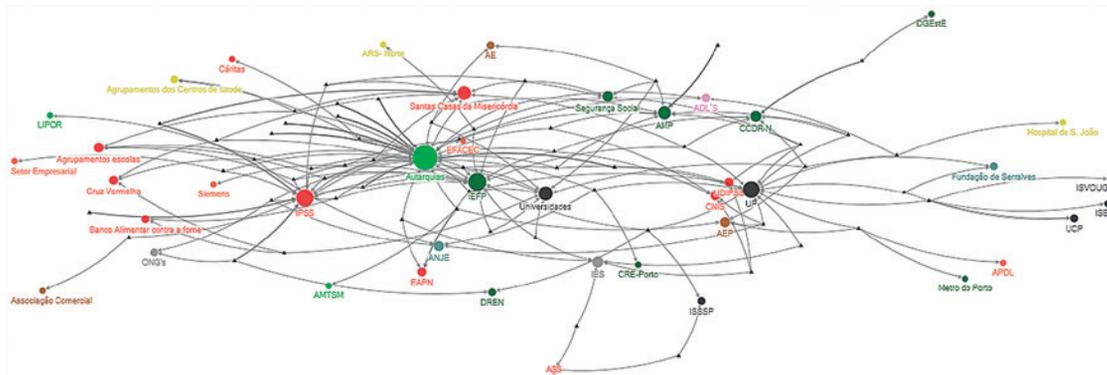
FIGURA 7.1 > Identificação da rede institucional global de governança da AMP



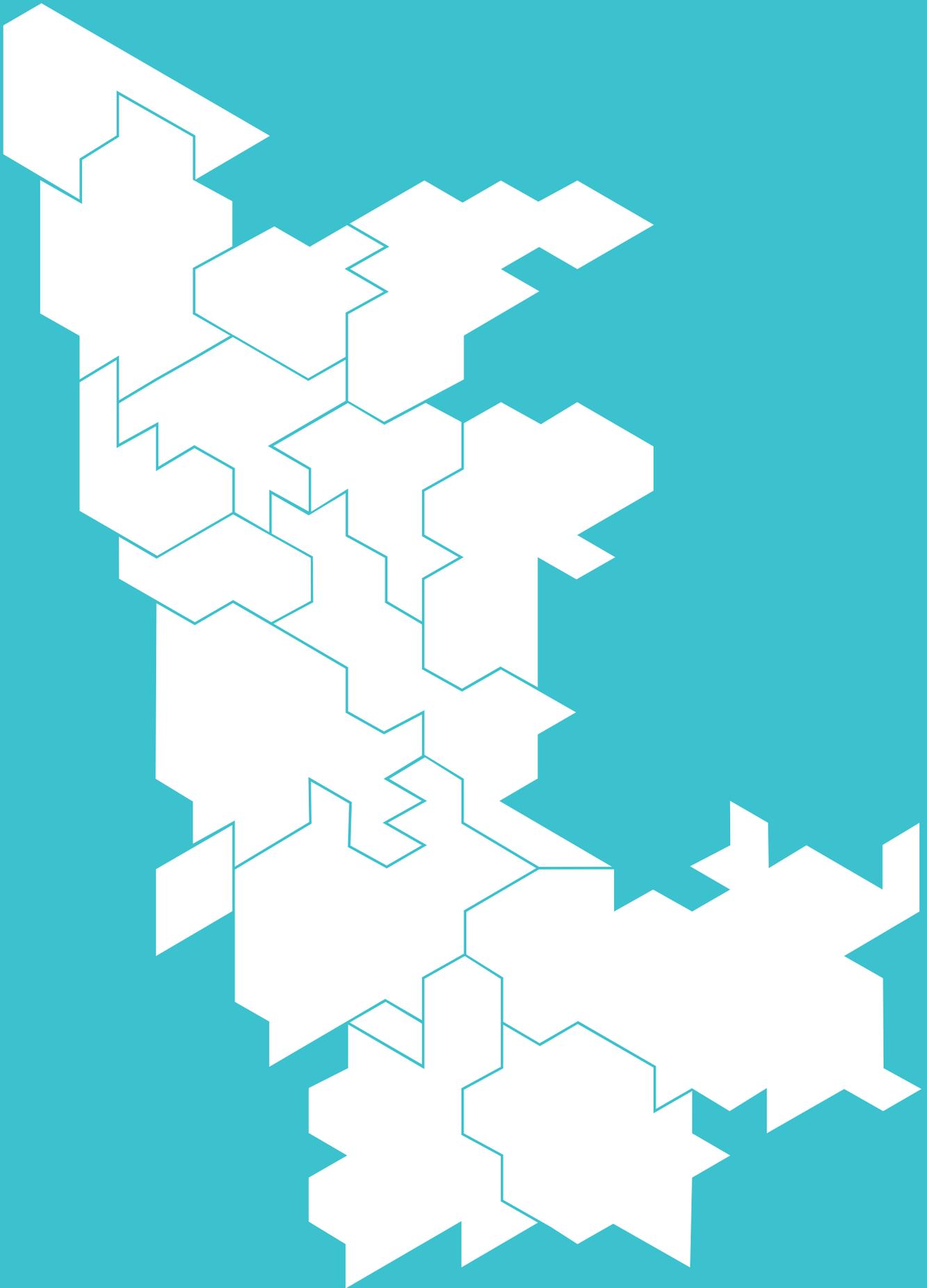
centralidade claramente superior às demais instituições, demonstrando o relevo que lhes é reconhecido para o desenvolvimento das estratégias para o *crescimento inclusivo*. A seguir, num segundo nível, têm uma posição também muito central o IEFP, as IPSS e a Universidade do Porto. Este posicionamento é importante, pois indica uma clara percepção da importância que as autarquias têm vindo a assumir localmente na resolução de problemas de exclusão social, mas também a clara percepção de uma estratégia *bottom up* como viável para a resolução da complexidade temática, institucional, geográfica e social das questões que aqui se colocam. Nesta rede aparece também, com uma razoável centralidade, a AMP, a CCDR-N, as Misericórdias, os centros da Segurança Social, o Instituto de Estudos Sociais, a Associação Empresarial de Portugal, a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), entre outras. Mais perto das IPSS, temos as Santas Casas da Misericórdia, o Banco Alimentar contra a Fome, a Cruz Vermelha, a Cáritas, a CNIS.

No presente capítulo, procuramos contribuir para a reflexão em torno da governação, das políticas públicas e da coesão social, tendo como base um contexto específico de Portugal, a Área Metropolitana do Porto (AMP). A governança implica uma estratégia que compreenda uma visão e objetivos de desenvolvimento claramente identificados para o território e assumidos pelos atores locais, sendo que os dados evidenciados acima demonstram uma clara assunção dos atores e instituições a este respeito, evidenciando um entendimento holístico do desenvolvimento com particular relevância no que tange ao *crescimento inclusivo*. É também importante ressaltar que existe uma relativa discrepância entre o reconhecimento da diversidade dos problemas e a capacidade efetiva para um grupo de atores relevantes, institucionais e empresariais, comprometido com os objetivos, constituído pelos *stakeholders* fundamentais garantir a sua prossecução e realização. A base institucional da AMP considera que o processo de governação da AMP deve organizar-se em torno de um conjunto central de instituições – a AMP, as Autarquias, a CCDR-N,

FIGURA 7.2 > Identificação da rede institucional do crescimento *inclusivo* de governança da AMP



a Universidade do Porto e a Associação Empresarial de Portugal. Reconhece também que, para cada tipo de crescimento, o processo de governação deve ser organizado em torno de conjuntos diferenciados de instituições – aqui refira-se a importância das autarquias e das instituições ligadas à intervenção social em sentido tradicional oferecem. Estes dados demonstram-nos ainda que a AMP é hoje um centro de racionalidade estratégica supramunicipal e os instrumentos da sua operacionalização são determinantes para a obtenção de ganhos de escala, através de projetos supramunicipais, e para *up-grade* das novas tipologias de investimento.



9

PISTAS CONCLUSIVAS

Os elementos de análise apresentados permitem sinalizar um conjunto de problemáticas e desafios que se colocam no âmbito do *crescimento inclusivo* na AMP, e que têm vindo a assumir-se como áreas prioritárias a considerar na criação e/ou reforço das condições de coesão social e de acesso aos benefícios do crescimento e desenvolvimento económicos.

A Área Metropolitana do Porto é, no contexto nacional, e face aos valores globais para o País, um território relativamente “mais ativo” e relativamente menos envelhecido, nomeadamente quando comparamos com a AML. Contudo, e ao contrário do que sucede na AML, o potencial jovem residente na AMP (população com menos de 15 anos) tem vindo a perder importância nos últimos anos.

A AMP é um território demograficamente heterogéneo. Porto e Espinho, no litoral, e Arouca e Vale de Cambra, na zona mais interior, apresentam os índices de dependência mais acentuados e ritmos de envelhecimento mais acelerados. Os concelhos mais ativos, situados na cintura mais industrializada na envolvente do Porto, são também os concelhos mais jovens. A heterogeneidade não se verifica apenas quando comparamos concelhos. Informação recolhida no âmbito deste estudo aponta para a presença de dinâmicas demográficas diferenciadas ao nível das freguesias, nomeadamente nos concelhos mais urbanos, realidade que indicia a pertinência de leituras e intervenções mais finas e contextualizadas. No contexto europeu, Portugal é um país com um longo caminho a percorrer no que respeita aos níveis de escolarização da população e ao combate ao abandono escolar, embora se tenha assistido a uma evolução positiva notória sobretudo na segunda metade da última década. O

panorama da educação na AMP, tendo por referência os indicadores utilizados neste diagnóstico, não difere substancialmente do panorama nacional: apesar de, em termos médios, ser mais favorável no que respeita aos níveis de escolarização da população residente e ter conhecido uma evolução francamente positiva na última década, a situação na AMP exige intervenções continuadas e contextualizadas. Os indicadores de escolarização da AMP estão também a par dos verificados na Área Metropolitana de Lisboa, com exceção da frequência e conclusão do ensino superior e do abandono escolar precoce, realidades em que a AML assume um posicionamento relativo mais favorável.

À semelhança da demografia, a AMP é também um território heterogéneo no que respeita às dinâmicas e níveis educativos. Mais do que uma distinção entre rural e urbano, deverá sobretudo atender-se à existência de núcleos de maior concentração urbana com elevadas disparidades internas ao nível do acesso à educação e dos níveis de educação (quer entre eles quer ao nível das freguesias) e de concelhos em zonas de transição litoral/interior, mais industrializados ou mais agrícolas, com indicadores de escolaridade menos favoráveis. Neste contexto geral, a zona do Entre Douro e Vouga apresenta uma evolução positiva dos indicadores de escolarização, embora com uma posição relativamente desfavorável no contexto da AMP. Paredes, na fronteira com os concelhos do Vale do Sousa, e em menor escala os concelhos do Ave, apresentam piores resultados globais em matéria de educação, sendo contudo concelhos relativamente jovens no contexto da AMP.

A AMP registou, nos últimos anos, perdas significativas de emprego o que pode colocar em

causa a relação, que em 2011 (INE) era comparativamente favorável no contexto nacional, entre a população inativa e ativa sem emprego e a população empregada. Reformados, desempregados e estudantes são, por esta ordem, os grupos sociais mais relevantes no conjunto da população residente não empregada.

Para além da quebra significativa de emprego registada nos últimos anos na AMP (dados até 2011), assistiu-se à destruição de empresas e as insolvências assumiram uma expressão significativa. Releva-se também a existência de diferentes realidades concelhias, com os concelhos mais empregadores a registarem fortes quebras de número de sociedades e de emprego e dinâmicas positivas nalguns concelhos situados na envolvente do Grande Porto.

A distribuição da população empregada pelos diferentes setores de atividade é mais equitativa na AMP do que na AML. Numa e noutra região metropolitana, o setor terciário é aquele que gera mais emprego e onde a atividade empresarial ocorre com mais intensidade.

Os valores referentes ao ganho médio mensal são paradigmáticos de vários tipos de assimetrias: uma assimetria inter-regional, que reflete um fosso considerável entre o ganho médio mensal na AMP e na AML; uma assimetria intra-regional, que dá conta de uma diferença de várias centenas de euros de ganho médio mensal dentro de concelhos da AMP.

Também na AMP, o desemprego é um fenómeno que traduz múltiplas realidades sociais e problemas diferenciados, sugerindo a oportunidade e a relevância de reflexões e intervenções em torno da coesão e inovação social. É também o problema que mais preocupa os atores e instituições da AMP que operam nas áreas da inclusão social.

Com um valor médio da taxa de desemprego superior ao verificado no País em 2011, o desemprego feminino, o desemprego jovem, o desemprego de longa duração e o desemprego pouco escolarizado, assumem contornos particularmente relevantes.

Do ponto de vista da evolução das estruturas familiares e sua composição, foi possível observar uma tendência de diminuição do número de elementos das estruturas familiares na AMP, de um ponto de vista geral e intra-metropolitano, considerando os diferentes concelhos. Esta tendência tem sido ditada pelo envelhecimento demográfico da população, fenómeno responsável pela diminuição do número de elementos por grupo doméstico, pelo retraimento das famílias complexas/numerosas, pelo aumento do abandono e solidão de idosos, com todas as consequências sociais, físicas, psicológicas e simbólicas que esses processos acarretam. Tal como referimos anteriormente, o envelhecimento é no contexto metropolitano um problema pelo facto de não existirem condições sociais de suporte e proteção suficientes.

Também a forma como os portugueses e os residentes na AMP e AML perspetivam o número de filhos é outra das grandes mudanças: há mais casais com filhos do que na média europeia, mas há muito menos crianças por casal, restringindo a dimensão dos agregados familiares. Os desafios das estruturas familiares apontam também para um aumento das famílias monoparentais na AMP, o que pode traduzir-se no agravamento da vulnerabilidade, sobretudo pelo facto de estarmos a considerar estruturas familiares cuja responsabilidade, na sua maioria, cabe às mulheres, as quais, conforme apontado, apresentam um maior número de situações de risco e vulnerabilidade

social, decorrentes de posições desfavoráveis no mercado de trabalho (menores rendimentos e maior precariedade).

Dentro da AMP, é no município do Porto, seguido pelos de Matosinhos e Santo Tirso, que as taxas de famílias institucionais atingem valores mais elevados, em virtude, por um lado da existência, nestes concelhos, de uma maior oferta no que toca a convivências (tipo de alojamento coletivo), mas também devido ao facto de estarmos perante concelhos onde se registam maiores dinâmicas de urbanização, tendencialmente mais favoráveis à implantação deste tipo de estruturas de suporte ao quadro de vida.

As condições de vida traduzem os meios através dos quais as populações se apropriam dos seus rendimentos e os utilizam na construção de um quadro de vida. Neste âmbito, há a salientar, segundo os atores que intervêm no terreno, a importância do enfrentamento das dificuldades de (acesso ao) consumo pelo recurso a redes sociais de proximidade: solidariedade social, apoio familiar, apoio de amigos e vizinhos, etc.. Ainda, é também possível traçar um contexto de maior privação económica baseada no ganho médio mensal no contexto metropolitano português face ao de Lisboa. O poder de compra *per capita* na AMP fica abaixo da base 100 do contexto português no seu todo e ainda mais aquém do cenário apresentado pela AML.

Por ordem decrescente de importância, as despesas dos agregados familiares são as seguintes: habitação, eletricidade, água, gás, transportes e saúde. Esta hierarquização das despesas dos grupos domésticos da AMP segue a distribuição nacional. Do ponto de vista qualitativo, com base na auscultação realizada no terreno, são estas as despesas as que os agregados domésticos

também têm maiores dificuldades em fazer face. Os alojamentos improvisados ou até mesmo as barracas aparecem ainda como soluções de habitação para muita gente. Dentro da AMP, são nos concelhos mais intensamente povoados desta região (Vila Nova de Gaia, Porto e Matosinhos) onde habitam mais pessoas neste tipo de alojamento. Por outro lado, e considerando a vulnerabilidade da população idosa, não deixa de ser relevante apontar a forte presença de idosos a residir nos concelhos do Porto, Espinho ou Vale de Cambra como um fator propiciador de vulnerabilidade também habitacional pela falta de condições materiais e sociais para a manutenção de um espaço habitado de qualidade.

Ainda no que diz respeito às condições de habitação, um indicador importante diz respeito à sobrelotação dos alojamentos. Neste âmbito, dentro da AMP, e em termos absolutos, assinala-se que são os concelhos de Vila Nova de Gaia, Porto, Matosinhos e Gondomar os que apresentam piores cenários.

Ao nível dos direitos e apoios sociais, é possível identificar como vulnerabilidade na AMP a existência de um alargado conjunto de pessoas dependentes das pensões, tendo em conta que, devido aos seus níveis baixos, constituem uma das debilidades estruturais do Estado Providência português. Esta situação é particularmente evidente nos concelhos mais envelhecidos da AMP. Ao olharmos para os subsídios de desemprego, também está patente a discrepância entre aqueles que se encontram na condição de desempregado e aqueles que efetivamente se encontram cobertos por um subsídio de desemprego. Dentro da AMP, são os concelhos de Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde que maiores discrepâncias evidenciam.

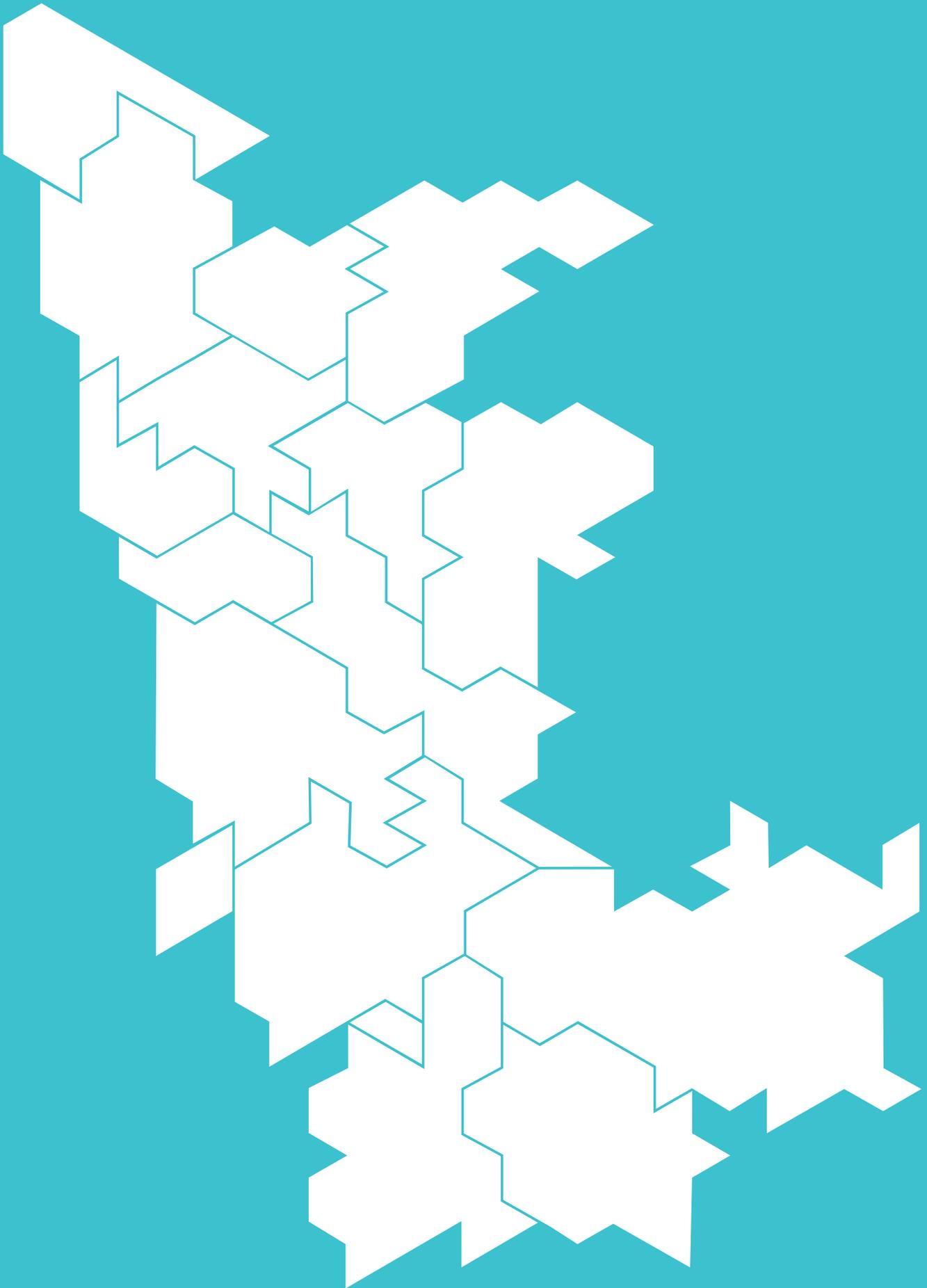
Em termos de respostas sociais, na AMP, os dados analisados acentuam algumas questões fundamentais em termos de oferta de serviços/respostas sociais: concentração metropolitana e urbana, predominância das respostas dirigidas a idosos e crianças e falta de diversidade de respostas para outros segmentos populacionais e necessidades sociais, evidenciando-se, portanto, a aposta em serviços muito “clássicos” em detrimento de respostas inovadoras de inclusão social.

Dentro da AMP, os concelhos com um maior número de pessoas em situação de privação material severa eram os concelhos de Vila Nova de Gaia, Porto, Matosinhos, Gondomar, Santa Maria da Feira e Maia, todos eles com valores acima das dez mil pessoas, sendo que o concelho de Vila Nova de Gaia chega mesmo a ultrapassar as 20.000 pessoas em situação de privação material severa. Assim, este quadro revela-nos a incidência de vulnerabilidades em concelhos mais urbanizados, de perfil mais metropolitano, sendo bem revelador do conjunto de situações de emergência social identificadas pelos profissionais que operam no terreno.

Também é possível identificar, dentro da AMP, os concelhos com um maior número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social: Vila Nova de Gaia, Porto e Matosinhos, territórios que mais acumulam debilidades identificadas de inclusão. No que respeita ao âmbito da governação, das políticas públicas e da coesão social, destaca-se que, na AMP, existe uma certa diferença entre o reconhecimento da diversidade dos problemas e a capacidade efetiva, por parte dos atores, de prossecução dos objetivos com os quais se encontram comprometidos. Ou seja, salienta-se aqui uma relativa dificuldade de procedimento/

ação face aos problemas identificados. Por seu turno, ressalva-se que base institucional da AMP considera que o processo de governação nesta região deve organizar-se em torno da própria AMP, das Autarquias que a integram, da CCDR -N, da Universidade do Porto e da Associação Empresarial de Portugal, não obstante reconhecer que o processo de governação deva ser organizado a partir de outras instituições, consoante o tipo de crescimento. Ainda, salienta-se, a este nível, que a AMP constitui um centro de racionalidade estratégica supramunicipal incontornável no âmbito do crescimento e desenvolvimento económico e social.

O desafio do *crescimento inclusivo* assume-se, conforme se procurou comprovar ao longo deste trabalho de diagnóstico, como pluridimensional e, por tal, deverá assentar em estratégias que tenham por base uma perspetiva holística que incida em áreas como as do emprego, da educação, da habitação, da proteção social, da participação social e cultural e da inovação social, através da qual se acionem simultaneamente dimensões de intervenção coletiva e dimensões de intervenção ao nível da agência, do sujeito (Guerra et al., 2010). Assim, no plano que aqui se salienta, o da intervenção coletiva, importará reforçar o papel do mercado de trabalho enquanto plataforma de recursos e reestruturação da identidade pessoal e social, o papel das instâncias de socialização (como a família, a vizinhança, a escola ou o associativismo), adequar, inovar e integrar as políticas públicas – sobretudo através da cooperação e coprodução de soluções com a sociedade civil e , sobretudo, promover a elaboração de projetos de âmbito e ambição local adequados ao desenvolvimento também ele de base local (Guerra, 2012).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J.; STEVENSON, H.; WEI-SKILLERN, J. (2006) – Social and Commercial Entrepreneurship: Same, Different, or Both?. *Entrepreneurship Theory and Practice*, vol. 30, n.º 1, p. 1-22.
- AXELROD, R. M.; COHEN, M. D. (1999) – *Harnessing Complexity: Organizational Implications of a Scientific Frontier*. Londres: Free Press.
- AZEVEDO, José Maria (2013) – *Escolarização na Região do Norte. Evolução das Disparidades Territoriais 1991-2011*. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR N).
- BECK, Wolfgang; MAESEN, Laurent Van der; WALKER, Alan (2001) – Theorizing social quality: the concept's validity. *Social Quality. A vision for Europe*. Haia: Kluwer Law International. 307-360. ISBN 9041115234.
- BECK, Wolfgang; MAESEN, Laurent van der; WALKER, Alan, eds. (1997) – *The social quality of Europe*. The Hague: Kluwer Law International. ISBN 90-411-0456-9.
- BÉLAND, D. (2007) – The social exclusion discourse: Ideas and policy change. *Policy and Politics*. 35(1), 123-139.
- BIANCHINI, Franco (2006) – *Reflections on urban cultural policies, the development of citizenship and the setting of minimum local cultural standards and entitlements. For the Active citizens, local cultures, European politics project; ECF, ECUMEST*. London: Interarts and South East Europe TV Exchanges.
- BOURDIEU, P. (1997) – *Razões práticas*. Oeiras: Celta Editora.
- BRADSHAW, J. (2003) – How has the notion of social exclusion developed in the European discourse? *Plenary address to the 2003 Australian Social Policy Conference*. Social Policy Research Centre. Wales: University of New South Wales.
- BRUTO DA COSTA, Alfredo (1998) – *Exclusões sociais. Cadernos Democráticos – Coleção Fundação Mário Soares*, n.º 2. Lisboa: Gradiva.
- CARMO, Renato Miguel do; CANTANTE, Frederico (2015) – Desigualdades, redistribuição e o impacto do desemprego: tendências recentes e efeitos da crise económico-financeira. *Sociologia, Problemas e Práticas*. N.º77. ISSN 0873-6529. pp. 33-51.
- CARMO, Renato Miguel do; CANTANTE, Frederico (2014) – Desigualdades e redistribuição em Portugal. Edna, Brennard; Benavente, Ana; Queiroz, Sandra (orgs.) – *Espaços-mundo e educação: desafios no Brasil e em Portugal*. João Pessoa: Editora da UFPB. ISBN 978-85-237-0863-4. pp. 179-196.
- CARMO, Renato Miguel do; BARATA, André (orgs.) (2014) – *Estado Social – de Todos para Todos*. Lisboa: Tinta da China. ISBN 9789896712105.
- CAPUCHA, Luís (2010) – Inovação e justiça social. Políticas ativas para a inclusão educativa. *Sociologia – Problemas e Práticas*. 63. ISSN 0873-6529. 25-50.
- CARVALHO, Ana (2010). Quantifying the third sector in Portugal: an overview and evolution from 1997 to 2007. *Voluntas, International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, ISTR – International Society for Third Sector Research, 21 (4).
- CKAGNAZAROFF, I. B. (2009) – Reflexões sobre estratégias de governança local. *Gestão e Sociedade*. vol. 3. n.º 5. 23-47.
- DAVOUDI, S. (2012) – The Legacy of Positivism and the Emergence of Interpretive Tradition. *Spatial Planning, Regional Studies*, vol. 46, n.º 4, p. 429-441.
- DEES, G. (2001) – *The Meaning of Social Entrepreneurship*. Disponível em http://www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf. [Consult. 6 dezembro de 2012].
- DELGADO, A., WALL, K. (Eds.) – (2014). *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais.
- DIOGO, V.; GUERRA, P. (2013) – A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat. *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n.º 25, p. 141-163.
- EUROSTAT (2013) – *At-risk-of-poverty rate by poverty threshold, age and sex*. Brussels: European Commission.
- FIGUEIREDO, A. M.; BABO, E. P. (2014) – Territorialização das políticas públicas: inovação e cultura. *Conferência Afirmar o Futuro – Políticas Públicas para Portugal*. Fundação Gulbenkian/ Instituto de Políticas Públicas Thomas Jefferson. Disponível em <http://fcgweb05.cloudapp.net/>. [Consult. 15 novembro de 2014].
- FRIEDMAN, J. (1996) – *Empowerment: uma política de*

- desenvolvimento alternativo. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-8027-50-8.
- FURLONG, A.; CARTMEL, F.; BIGGART, A.; SWEETING, H.; WEST, P. (2003) – *Youth transitions: patterns of vulnerability and processes of social inclusion*. Edinburgh: Scottish Executive Social Research.
- GUERRA, Isabel (2011) – As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. *Cidades – Comunidades e Territórios*. 22. ISSN 1645-0639. 41-68.
- GUERRA, Isabel; PINTO, Teresa Costa; MARTINS, Marta; ALMEIDA, Sara; GONÇALVES, Alda (2010) – *À tona de água: retratos de um Portugal em mudança*. Lisboa: Tinta-da-china /Fundação Calouste Gulbenkian.
- GUERRA, Paula; MARQUES, Teresa Sá (2016) – Governação, políticas públicas e coesão. *Revista Trópicos*. Faculdade Internacional do Delta, Parnaíba, Brasil. (no prelo).
- GUERRA, Paula; SANTOS, Mónica (2014) – Narrativas das relações entre o Estado e as organizações do terceiro setor: algumas pistas de análise. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Vol. XXVIII. 145-166
- GUERRA, Paula (2012a) – A cidade inclusiva. In FIGUEIREDO, António Manuel; PENABAD, José Manuel Peña; ÁLVAREZ, Enrique José Varela (coords.) – *Retos de la Acción de Gobierno para las Ciudades del siglo XXI/Desafios da governação das cidades do século XXI*. Cap. 8, p. 351-383. Porto/Vigo: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.
- GUERRA, Paula (2012b) – Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. *Revista Angolana de Sociologia*. nº 10.
- GUERRA, Paula; SANTOS, Mónica (2014) – Narrativas das relações entre o Estado e as organizações do terceiro setor: algumas pistas de análise. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. vol. 28. 145-166.
- GUERRA, Paula (2002) – *A cidade na encruzilhada do urbano*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.
- HAYES, Alan; GRAY, Matthew; EDWARDS, Ben (2008) – *Social inclusion: Origins, concepts and key themes*. Sidney: Australian Institute of Family Studies. ISBN 978-1-921385-59-9.
- INNES, J.; BOOHER, D.; VITTORIO, S. Di. (2011) – Strategies for mega region governance: Collaborative dialogue, networks, and self- organization. *Journal of the American Planning Association*, vol. 77, nº 1, p. 55-67.
- INNES, J.; BOOHER, D. (2010) – *Planning with complexity*. Londres: Taylor & Francis.
- KINDER, K.; HARLAND, J. (2004) – The arts and social inclusion: what's the evidence?. *Journal Customer Services*, vol. 19, nº 2, p. 52-56.
- LAMARQUE, Gilles (1995) – *L'exclusion*. Paris: PUF. ISBN 2130475116.
- LATOUR, B. (1993) – *We Have Never Been Modern*. Cambridge: Harvard University Press.
- LATOUR, B. (2005) – *From Realpolitik to Dingpolitik, or How to Make Things Public*. Disponível em <http://www.bruno-latour.fr/node/208>. [Consult. 15 setembro de 2014].
- MAIR, J.; MARTI, I. (2006) – Social entrepreneurship research: a source of explanation, prediction, and delight. *Journal of World Business*, nº 41, p. 36-44.
- MARQUES, T. S.; ALVES, P. (2010) – O desafio da governança policêntrica. *Prospectiva e Planeamento*, vol. 17, p. 141-164.
- MARQUES, T. S.; GUERRA, P.; MATOS, F. L.; RIBEIRO, D. (2014) – Housing problems in Portugal: a challenge to define a territorialised policy in times of crisis. In: *Proceedings of the International Conference the Welfare State in Portugal in the Age of Austerity*. ISEG. Disponível em <http://www.iseg.ulisboa.pt/mkt/content/the-welfare-state-in-portugal-in-the-age-of-austerity/Papers/>. [Consult.15 julho de 2014].
- MCWILLIAMS, C. (2004) – Including the Community in Local Regeneration? The Case of Greater Pollok Social Inclusion Partnership. *Local Economy*, vol. 19, nº 3, p. 264-275.
- MULGAN, G. T. (2007) – *Social Innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated*. Oxford: Oxford University.
- OMIDVAR, Ratna; RICHMOND, Ted (2003) – *Immigrant settlement and social inclusion in Canada*. Toronto/Ontario: The Laidlaw Foundation. ISBN

- 0-9731957-0-3.
- PAPILLON, Martin (2002) – Immigration, diversity and social inclusion in Canada's cities. *Discussion Paper FJ27*. Ontario: Canadian Policy Research Networks Inc.
- PAUGAM, Serge, dir. (1996) – *L'Exclusion: l'état des savoirs*. Paris: Editions La Découverte. ISBN 9782707125408.
- PINA, Cláudia; MAGALHÃES, Graça (2014) – Principais tendências demográficas: últimas décadas. In DELGADO, A., WALL, K. (Eds.). *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais pp. 25-41
- REEVES, M. (2002) – *Measuring the economic and social impact of the arts: a review*. London: Arts Council England.
- RHODES, R. A. W.; MARSH, David (1992) – New directions in the study of policy networks. *European Journal of Political Research*, v. 21, n. 1-2, p. 181-205.
- RODRIGUES, Dulce; CORREIA, Tânia; PINTO, Inês; PINTO, Ricardo; CRUZ, Cristina (2013). Um Portugal de Imigrantes: exercício de reflexão sobre a diversidade cultural e as políticas de integração. *Da Investigação às práticas*. 4(1). 86 – 109 .
- SANDELI, R. (2003) – Social inclusion, the museum and the dynamics of sectoral change. *Museum and Society*, vol. 1, nº 1, p. 45-62.
- SANDERCOCK, L. (2003) – Out of the closet: the importance of stories and storytelling in planning practice. *Planning Theory and Practice*, vol. 4, nº 1, p. 11-28.
- SASSEN, S. (2011) – El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas en una economía global: ampliando las opciones de políticas y gobernanza. *Revista eure*, vol. 33, nº 100, p. 9-34, 2011.
- SCOTT, A. J. (2000) – *The Cultural Economy of Cities*. London: SAGE.
- SEIXAS, J.; MARQUES, T. S. (2014) – O território e as cidades em Portugal. Filhos de um Deus menor?. In: *Conferência Afirmar o Futuro – Políticas Públicas para Portugal*. Fundação Gulbenkian/ Instituto de Políticas Públicas Thomas Jefferson. Disponível em <http://fcgweb05.cloudapp.net/>. [Consult.15 novembro de 2014].
- SEYFANG, Gill (2004) – Working Outside the Box: Community. Currencies, Time Banks and Social Inclusion. *Journal of Social Policy*. 33. 1. 49-71. doi: 10.1017/S0047279403007232
- SHARP, J.; POLLOCK, V.; PADDISON, R. (2005) – Just art for a just city: public art and social inclusion in urban regeneration. *Urban Studies*, vol. 42, nº 5/6, p. 1001-1023.
- SILVA, Augusto Santos; BABO, Elisa Pérez; GUERRA, Paula (2015) – Políticas culturais locais: contributos para um modelo de análise. *Sociologia, Problemas e Práticas*. N.º 78, p. 105-124. ISSN 0873-6529.
- SOETE, L.; VERSPAGEM, V.; TER WEEL, B.(2010) – Systems of innovation. In: HALL, B.; ROSENBERG, N. *Handbook of Economics of Innovation*, vol. 2. Amsterdam: Elsevier.
- STORPER, M.; SCOTT, A. J. (2009) – Rethinking human capital, creativity and urban growth. *Journal of Economic Geography*, vol. 9, nº 2, p. 147-167.
- TESE; DINÂMIA/CET (2010) – *À tona de água, estudo Associação Tese*. Lisboa.
- UNIVERSITY OF BIRMINGHAM (2014) – *Future Urban Living Birmingham*. Birmingham: University of Birmingham. Policy Commission.
- WALL, Karin; AMÂNCIO, Lúcia, orgs. (2007) – *Família e género em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- WALL, Karin; LOBO, Cristina (1999) – Famílias monoparentais em Portugal. *Análise Social*. 150. 123-145.
- WALL, Karin; ABOIM, Sofia; VASCONCELOS, Pedro (2001) – Families and informal support networks in Portugal. *Journal of European Social Policy*. 3. 213-233.
- WESTLEY, F. (2008) – *The Social Innovation Dynamic*. Waterloo: University of Waterloo.

Relatórios e fontes estatísticas

- CENTRE INTERNATIONAL DE RECHERCHES ET D'INFORMATION SUR L'ECONOMIE PUBLIQUE, SOCIALE ET COOPERATIVE (CIRIEC) (2007), *A Economia Social na União Europeia*. Bruxelas: Comité Económico e Social Europeu.
- COMISSÃO EUROPEIA (2005) – Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao

- Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Relatório conjunto sobre a inclusão social que sintetiza os resultados da análise dos Planos de Ação Nacionais para a Inclusão Social (2003-2005) {SEC(2003)1425} /* COM/2003/0773 final.
- COMISSÃO EUROPEIA (2010) – *Comunicação da Comissão – Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Bruxelas: Comissão Europeia. Disponível em <http://www.ipv.pt/aa/legis/12eu.pdf>. [Consult. 12 outubro de 2013].
- COMISSÃO EUROPEIA (2011) – *Cidades do Futuro. Desafios, visões e percursos para o futuro*. Bruxelas: Comissão Europeia. Disponível em http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citiesoftomorrow_summary_pt.pdf. [Consult. 12 outubro de 2013].
- COMISSÃO EUROPEIA (2011a) – *Objectivos da estratégia Europa 2020*. Bruxelas: Comissão Europeia. Disponível em http://ec.europa.eu/europe2020/targets/eu-targets/index_pt.htm. [Consult. 12 outubro de 2013].
- COMISSÃO EUROPEIA (2011b) – *Metas Europa 2020*. Bruxelas: Comissão Europeia. Disponível em http://ec.europa.eu/europe2020/targets/eu-targets/index_pt.htm. [Consult. 12 outubro de 2013].
- INE (2007) – *Censos 2001*. Lisboa: INE.
- INE (2011) – *Estudo sobre o poder de compra concelhio*. Lisboa: INE
- INE (2012a) – *Censos 2011*. Lisboa: INE
- INE (2012b) – *Anuário Estatístico*. Lisboa: INE
- INE (2012c) – *Inquérito às despesas das famílias*. Lisboa: INE
- INE (2012d) – *Inquérito à caracterização da Habitação Social*. Lisboa: INE
- INE (2012e) – *Estatísticas da cultura*. Lisboa: INE.
- INE (2012f) – *Conta Satélite da Economia Social. 2010 Resultados Preliminares*. Lisboa: INE. Dezembro de 2012.
- INE (2013a) – *Ganho médio mensal por localização geográfica*. Lisboa: INE.
- INE (2013b) – *Valor médio das pensões da Segurança Social*. Lisboa: INE.
- INE (2013c) – *Inquérito aos Centros de Saúde e Inquérito aos Hospitais*. Lisboa: INE.
- INE (2013d) – *Sistema de meta informação*. Lisboa: INE.
- MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL (2012) – *Carta Social: capacidade das respostas sociais*. Lisboa: Gabinete de Estratégia e Planeamento.
- MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL (2012) – *Quadros de Pessoal*. Lisboa: Gabinete de Estratégia e Planeamento.
- OECD (2014) – *Education at a Glance 2014: OECD Indicators*. Bruxelas: OECD Publishing.
- PORDATA (2012a) – *Dimensão média das famílias segundo os Censos*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.
- PORDATA (2012b) – *Recintos culturais*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.
- PORDATA (2013a) – *Dimensão média dos agregados domésticos privados*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.
- PORDATA (2013b) – *Adultos a viverem sozinhos com crianças*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.
- PORDATA (2013c) – *Taxa bruta de imigração na Europa*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.
- PORDATA (2013d) – *Taxa bruta de emigração na Europa*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.
- PORDATA (2013e) – *Cinema: recintos*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.
- PORDATA (2013f) – *Galerias de arte e outros espaços de exposição temporária: número de espaços*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.
- PORDATA (2013g) – *Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários: número*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.
- PORDATA (2013h) – *Abono de família e subsídio familiar a crianças e jovens da Segurança Social: número de beneficiários e descendentes ou equiparados*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.
- PORDATA (2013i) – *População residente total e por grandes grupos etários*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.

